

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSIANE SANCHES

**A OLIVICULTURA NA REGIÃO DA CAMPANHA: REPERCUSSÕES
TERRITORIAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PORTO ALEGRE

2020

JOSIANE SANCHES

**A OLIVICULTURA NA REGIÃO DA CAMPANHA: REPERCUSSÕES
TERRITORIAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Banca examinadora:

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert

Prof^a. Dr^a. Heleniza Avila Campos

Prof. Dr. Tomás Pinheiro Fiori

CIP - Catalogação na Publicação

Sanches, Josiane

A OLIVICULTURA NA REGIÃO DA CAMPANHA: REPERCUSSÕES
TERRITORIAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS /
Josiane Sanches. -- 2020.

155 f.

Orientador: Antonio Paulo Cargnin.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2020.

1. Geografia Econômica. 2. Análise Territorial. 3.
Desenvolvimento Regional. 4. Desigualdade Regional. 5.
Olivicultura. I. Cargnin, Antonio Paulo, orient. II.
Título.

AGRADECIMENTOS

Sozinha não seria possível nem mesmo iniciar o Mestrado, então, começo agradecendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia, me permitiu um ensino de qualidade, credibilidade e relevância.

Agradeço muitíssimo meu orientador pela sua orientação incansável e motivadora, que sempre trouxe seus conhecimentos com calma, mesmo quando os momentos não pareciam ser tão tranquilos. Concluir esse trabalho jamais teria sido possível sem parar, respirar e “vamos ao trabalho”. Obrigada pela confiança!

Aos técnicos de diversos órgãos/instituições, além dos olivicultores do COREDE Campanha que permitiram acesso aos dados para que a pesquisa evoluísse. Agradeço, também, a todos os pesquisadores que realizaram seus trabalhos acadêmicos na área da olivicultura, essas foram muito importantes para a base da pesquisa, identificação de alguns atores da cadeia produtiva e, por instigarem mais e mais pesquisas nessa cultura promissora para o desenvolvimento regional gaúcho.

Ao Bruno Lemos e à Carla Giane Soares Cunha por todo o auxílio e tempo despendidos para a pesquisa.

Aos meus amigos de POSGEA: Joel Melchiors, Patrícia Barbosa, Paula Tavares, Rosiely Reis. E aos meus amigos de vida: Adriano Milani, Alexandre Bressiani, Diego Castillo, Javyer Mendes, Jéssica Krueel, Karolainy Reis, Kellen Cardozo, Marina Hoffmann, Pascal Schimdt, Ronei Giusti, Tatiana Fortunato. Obrigada por me apoiarem em todas as conversas!

À minha mãe que apoiou colocando meus pés no chão inúmeras vezes durante a pesquisa, além de me ouvir diversas vezes e, sempre estar ao meu lado torcendo pelas conquistas.

Ao Ricardo por fazer esse trabalho ter sentido em todas as conversas, pelo apoio e carinho ao longo dessa caminhada.

Por fim, agradeço aos meus professores: Ademir Chiappetti, Ana Soster, Luciano Zasso, Rita Cardoso, Terezinha Furlanetto. E à minha mãe geográfica: Tania Ferrer.

RESUMO

A produção olivícola no Rio Grande do Sul está em crescente instalação e produção, sendo vista como uma possível estratégia de desenvolvimento regional. Tal atividade pode vir a contribuir com regiões com índices socioeconômicos defasados, como a no sudoeste do Estado. Inserido nesse cenário encontramos o COREDE Campanha, que não apresenta representatividade em diversos atributos de estudos como geração de empregos e renda para a população. A pesquisa tem como objetivo central analisar repercussões territoriais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na região da Campanha/RS. Busca compreender o contexto da atividade na região, como se comportam os atores envolvidos na olivicultura nas diferentes escalas e se podem ser observadas redes que se constituíram na região a partir do desenvolvimento da olivicultura, bem como marcas no território a partir do desenvolvimento da atividade na Região. É apresentada uma análise dos atores e suas escalas de atuação nessa produção, assim como a efetividade dos mesmos para o desenvolvimento da região. Guiada pela cooperação, inovação e, aprendizagem parte-se do pressuposto de que a produção se territorializa por meio da relação dos atores da cadeia com o espaço regional. Conclui-se que a olivicultura, como um processo local/regional, é capaz de gerar diversas oportunidades como a geração de empregos, instalações de empreendimentos, migração de empresas e, até mesmo, qualificação de mão de obra. É assim que estamos vislumbrando novas abordagens territoriais do cenário apresentado na Campanha, pois repercussões territoriais e transformações socioespaciais atreladas à olivicultura já são percebidas na região. Dessa maneira, a multiescalaridade dos atores e a articulação entre os mesmos pode ser um processo importante para o desenvolvimento de políticas públicas de caráter regional.

Palavras-chave: Geografia Econômica, Análise Territorial, Desenvolvimento Regional, Desigualdade Regional, Olivicultura.

ABSTRACT

In Rio Grande do Sul, the implementation of olive production has increased steadily, and is seen as part of a possible strategy by which to develop the region. Such production can contribute economically to regions that have outdated socioeconomic indicators (e.g., regions in the southwest of the state). In this scenario, we find that *Conselhos Regionais de Desenvolvimento* (COREDEs)—which are scarcely represented in the literature—have contributed in many respects, including the generation of employment and income among the population. The main objective of the current research is to analyze the territorial repercussions and socio–spatial transformations that have followed the introduction of olive growing in the Campanha region of Rio Grande do Sul. This study looks to understand the context of this activity in the region, the behavior of agents involved in olive growing at different scales, and whether networks have formed in the region as a consequence of olive-growing development; it also examines the residual impacts left on the region by the development of this activity. This study also analyzes the agents and their level of agency in this production, as well as their effectiveness. As olive production is guided by cooperation, innovation, and learning, it is assumed that production is territorialized by the relationship between the agents within the production chain and the environment. This study concludes that olive growing as a local or regional process is capable of creating several opportunities, including job creation, enterprise implementation, corporate migration, and even enhanced workforce qualifications. Indeed, these are the ways in which new territorial approaches to olive growing have manifested in *Campanha*, and they directly inform how territorial repercussions and socio–spatial transformations relating to olive growing are perceived within the region. In this way, the multiscale nature of the agents as well as the links among them are important parts of the process by which regional public policies are developed.

Keywords: Economic Geography, Territorial Analysis, Regional Development, Regional.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE MAPAS	11
LISTA DE QUADROS	12
1. Introdução	13
2. Conceitos e referências para a análise da olivicultura como alternativa para o desenvolvimento regional	23
2.1 Território, escala, atores e desenvolvimento regional	23
2.2 A olivicultura como alternativa para o desenvolvimento regional	33
3. A olivicultura no Rio Grande do Sul e as peculiaridades do COREDE Campanha .	44
3.1 Aspectos da olivicultura no Rio Grande do Sul: escalas e atores	44
3.2 Características gerais da região da Campanha	68
3.3 Aspectos de Sistemas ou Arranjos Produtivos olivícolas na região da Campanha.....	76
3.4 Políticas regionais vigentes na Campanha	80
4 Repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais da olivicultura na Campanha	84
4.1 Inserção da olivicultura na região	84
4.2 Atores identificados: efetividade das ações para o desenvolvimento da atividade olivícola e do COREDE Campanha	89
4.3 Repercussões territoriais já identificadas e possíveis transformações socioespaciais geradas pela olivicultura	97
5 Considerações finais	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	120

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO BADESUL	121
APÊNDICE B- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO BANRISUL	122
APÊNDICE C- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE).....	124
APÊNDICE D- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO PRODUTORES DE AZEITE DE OLIVA GAÚCHO COM MARCA PRÓPRIA.....	125
APÊNDICE E- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO COM OLIVICULTORES/ PRODUTORES DE AZEITE DE OLIVA SEM MARCA PRÓPRIA	130
APÊNDICE F- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO EMATER.....	135
APÊNDICE G- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO EMBRAPA	136
APÊNDICE H- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO IBRAOLIVA	137
APÊNDICE I- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO MAPA: DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA SFA-RS/MAPA.....	142
APÊNDICE J- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO MAPA: SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO	144
APÊNDICE K- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO MAPA: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL – PRÓ-OLIVA.....	146
APÊNDICE L- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO PREFEITURAS DO COREDE CAMPANHA	152
APÊNDICE M- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO REPRESENTANTES POLÍTICOS: ROTA DAS OLIVEIRAS	153
APÊNDICE N- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO COMERCIANTE EMPÓRIO.....	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arranjos Produtivos Locais- características.....	30
Figura 2 – Oliveira histórica Praça em Bagé/RS	45
Figura 3 – Videiras e Oliveiras frente a frente	87
Figura 4 - Escalas de poder e gestão- atores mais representativos que atuam na olivicultura do COREDE Campanha.....	95
Figura 5 – Repercussões Territoriais olivícolas no COREDE Campanha.....	99
Figura 6 – Primeira Feira do Azeite Novo em 2020 em Porto Alegre	101
Figura 7 – Integração oliveiras e ovinos.....	102
Figura 8 – Lei Rota das Oliveiras sendo sancionada	103
Figura 9 – Processo de colheita manual	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Olivicultura no RS: Área (ha).....	66
Gráfico 2 – Evolução de aspectos responsáveis pela dinâmica olivícola no RS	67
Gráfico 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do COREDE Campanha	73
Gráfico 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) no RS e COREDE Campanha.....	74
Gráfico 5 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) - Bolcos no RS e COREDE Campanha.....	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Zoneamento edafoclimático da olivicultura para o Rio Grande do Sul	35
Mapa 2 – Número de produtores na olivicultura -2017	58
Mapa 3 – Marcas de azeite de oliva no Estado do Rio Grande do Sul, por COREDE	64
Mapa 4 – Número de olivicultores no Estado do Rio Grande do Sul, por COREDE.....	65
Mapa 5 – Municípios que integram o COREDE Campanha.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características de algumas formações territoriais	32
Quadro 2 – Finalidades ARGOS	47
Quadro 3 – Atuação das universidades e instituições de ensino.....	57
Quadro 4 – Etapas da identificação das aglomerações e APLs	78
Quadro 5 – Políticas com reflexos no COREDE Campanha	82
Quadro 6 – Número de produtores e área destinada a olivicultura por municípios do COREDE Campanha - 2018.....	85
Quadro 7 – Verificação da participação de alguns atores na olivicultura.....	90
Quadro 8 – Atores e efetividade da produção olivícola COREDE Campanha	91

1. Introdução

No Rio Grande do Sul, a olivicultura tem sido difundida como uma alternativa de diversificação produtiva, tendo sido apoiada como estratégia de desenvolvimento regional em áreas que apresentam essa potencialidade, especialmente associada as condições ambientais favoráveis como na região da Campanha. Os avanços da introdução da olivicultura já são palpáveis e seus resultados perceptíveis na paisagem, com reflexos na estrutura produtiva da região. A introdução desta nova atividade provoca transformações socioespaciais e repercussões territoriais que já podem ser percebidas na região da Campanha.

Esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar as repercussões territoriais e transformações socioespaciais atreladas ao processo de produção da olivicultura na região da Campanha. Parte do pressuposto de que existe uma territorialidade da olivicultura por uma relação estabelecida entre os atores com o espaço, sendo que estes operam em diferentes escalas e buscam interferir visando o sucesso da atividade, com a organização da cadeia produtiva visando a obtenção de ganhos cada vez maiores de competitividade do azeite de oliva, bem como do desenvolvimento de novas atividades associadas à produção, como no caso do turismo. Por consequência, se observam repercussões concretas impressas no território, como o surgimento de uma “nova paisagem” e indústrias de processamento, e mudanças socioespaciais, como a preparação da força de trabalho local com o desenvolvimento de capacitação técnica e o surgimento de empregos, o adensamento institucional pela estruturação de associações e valorização imobiliária.

Assim, é de pertinência compreender como esta nova cadeia produtiva se estrutura no território. Nesse sentido, interessa compreender a abordagem de Dematteis e Governa (2005), que aborda o papel dos territórios e o da organização dos atores para o desenvolvimento regional, na abordagem conhecida como Sistemas Territoriais Locais – SLoTs. Nessa perspectiva, o território é o elemento central e os atores assumem o protagonismo para um processo de desenvolvimento sustentável, articulando ações para a inserção das regiões no processo de desenvolvimento. Em uma abordagem complementar, Cassiolato (2007) trabalha com o conceito de Arranjos Produtivos Locais – APL, que procura compreender a estruturação das cadeias

produtivas e, também os efeitos da inserção de uma nova atividade nas regiões. Para tal, utiliza uma análise contextual da atividade na região, atores envolvidos, redes observáveis e marcas territoriais.

Para Saquet (2015) as diferentes escalas, em especial o local e o global atuam de forma complementar no território. Assim, para o autor especificidades locais são constantemente transformadas em valores universais através da articulação entre os atores que se materializam em redes. Benko e Pecqueur (2001) observam que ao inserir os territórios em cadeias produtivas estes desenvolvem os “recursos específicos”, próprios de uma região, que são intransferíveis e podem significar uma estratégia para o sucesso do desenvolvimento territorial.

Assim, esta pesquisa busca resgatar o planejamento territorial e o desenvolvimento regional como alternativas de inserção dos territórios, no sentido de valorizar potencialidades nos diferentes territórios, conectando os diferentes atores e facilitando o dinamismo econômico e a qualidade de vida de uma população que se vale de uma atividade alternativa para seu desenvolvimento.

A concentração das atividades econômicas no território tem desafiado o Estado e os atores interessados no tema do desenvolvimento. Para Cargnin (2014, p.25), o não enfrentamento dessa temática tende a excluir territórios e as pessoas que nele habitam do processo de desenvolvimento, aprofundando as desigualdades. Já Ory (2008, p.18) afirma que o desenvolvimento constituído no tradicional modelo industrial tem gerado desequilíbrios e agravado os problemas socioambientais existentes.

Do ponto de vista do enfrentamento dessa problemática, o planejamento territorial e o desenvolvimento regional, têm colocado em evidência diferentes abordagens, das quais duas, não excludentes, têm predominado. Em uma vertente, encontram-se os que defendem um posicionamento mais incisivo do Estado, por meio do planejamento territorial e do ordenamento territorial. Em uma segunda, estão os que buscam conectar os territórios ao processo de desenvolvimento, buscando fortalecer um ambiente mais favorável ao desenvolvimento.

A primeira atribui maior responsabilidade ao Estado ordenando no processo de desenvolvimento e atuando no sentido da promoção do desenvolvimento regional e da redução dos seus desequilíbrios. Para Cargnin (2014, p. 21), essa forma de atuação ganha maior relevância quando se trata do ordenamento de áreas adensadas, onde problemas de falta de habitação, ocupações irregulares, ambientais, dentre outros,

tendem a se agravar. Também merece extrema atenção quando se trata de territórios que apresentam dificuldades de se conectar com o processo de desenvolvimento, onde as populações que lá residem tendem a ficar desassistidas e a migrar em busca de novas oportunidades, agravando a fragmentação territorial.

A segunda perspectiva, que apresenta diversas variantes, é muito conhecida como desenvolvimento local e busca conectar territórios e atores ao mercado global. Em uma dessas abordagens, Dematteis e Governa (2005, p.28) defendem o papel dos territórios e o desenvolvimento de ações para a criação de uma “atmosfera” favorável ao desenvolvimento, ou seja, a mobilização dos atores e o desenvolvimento de condições necessárias para a valorização das positivities existentes nas regiões. Trata-se do desenvolvimento de Sistemas Territoriais Locais – SLoTs, onde o território é o elemento central e os atores assumem o protagonismo para um processo de desenvolvimento sustentável. Busca-se a articulação dos atores com vistas a construir alternativas para a inserção no mundo globalizado.

Na mesma linha, para Cassiolato *et al.* (2017, p. 67), os processos locais podem compreender diversas oportunidades referentes a fluxos de conhecimento e tecnologia, as quais podem ser potencializadas. Assim, existem nichos em potencial desenvolvimento em âmbito local, sendo dependente dos agentes territoriais. Para Erber (2008, p.11), os arranjos produtivos locais (APLs) são definidos como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si”. Por sua vez, as aglomerações são definidas de acordo com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (2018):

a existência de um número significativo de empresas em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outras, em um mesmo espaço geográfico (município, conjunto de municípios ou região). (SPGG, 2018, p.5)

Um dos resultados desse tipo de arranjo é a competitividade, fruto da chamada eficiência coletiva, parte do que chamamos de globalização atual, como já apresentava Santos (2006). Assim, estudar um APL é perscrutar em particularidades territoriais. O estudo puramente da cadeia produtiva em alguns casos se torna raso ou incongruente com a análise de estudo regional, visto que de acordo com Lester e Cassiolato (2003):

A cadeia produtiva não se restringe a uma mesma região ou localidade; é conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo

transformados e transferidos diversos insumos, em ciclos de produção, distribuição e comercialização”. (LESTER e CASSIOLATO, 2003, p. 5)

Contudo, estudar um APL não exclui análises pertinentes que envolvam a cadeia produtiva de forma geral, ou seja, que esteja fora dos limites espaciais determinados. Desta forma, apresentam os mesmos autores “Um arranjo produtivo pode conter uma cadeia produtiva estruturada localmente ou fazer parte de uma cadeia produtiva de maior abrangência espacial (por exemplo, de âmbito nacional ou mundial) (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p.8).”

Assim, complexo e sendo visto como uma estrutura, o APL caracteriza-se pela eficiência coletiva, ou seja, se fundamenta na integração dos atores (ERBER, 2008 p.14). Desta forma, os arranjos produtivos locais se valem de mecanismos próprios não podendo ser analisados sem levar em conta vínculos das atividades, atores, inovações e interação com o território. Afirma então Cassiolato *et al.* (2017, p.77) que o foco dos APLs é estabelecer um vínculo entre o território e as atividades econômicas, e não apenas analisar a cadeia produtiva, já que o processo que ocorre é inter-relacionado com o contexto em que se dá a produção e a inovação.

Para Riffo (2013), no processo de desenvolvimento regional, a maior intervenção do Estado no enfrentamento dos problemas ou o maior protagonismo dos atores, está associado ao contexto global e às possibilidades de atuação do Estado, sendo que quando predominam políticas mais liberalizantes, a ação volta-se mais ao desenvolvimento endógeno e a conexão dos territórios ao mercado global. Assim, o maior ou menor protagonismo de cada uma dessas abordagens aparece com diferente relevância conforme o contexto mundial e as particularidades da política internacional dos diferentes países.

De acordo com Harvey (1993) a emergência de uma economia flexível em substituição ao fordismo proporcionou a conexão de territórios à economia agora globalizada. Assim, a década de 70 marca a reorganização do sistema capitalista e dos produtos localizados em diferentes partes do planeta aos mercados mundiais. Como decorrência dessas transformações houve uma mudança de padrão de produção em consumo, resultando em um modo de vida baseado em uma sociedade urbanizada que alterou as relações entre o que era conhecido como rural e urbano. Esse período coincide com a valorização do local, onde busca-se cada vez mais estabelecer conexões dos territórios com o mundo globalizado. Esses aspectos adquirem maior complexidade nos dias atuais, resultado da crise estrutural que se avoluma desde o

final dos anos 2000 e das alterações no econômico e político e econômico mundial (DUMÉNIL e LÉVY, 2014).

Angra e Santos (2001) afirmam que a intensificação do processo de urbanização, a partir década de 70, acrescentou outros aspectos, trazendo um novo sentido à produção agropecuária. No caso brasileiro, o setor agropecuário que sempre foi uma base importante para a economia brasileira, manteve sua importância, tanto do ponto de vista do crescimento do valor que este movimentava quanto das questões políticas, com forte ação de atores ligados ao agronegócio. O papel da agricultura brasileira, de acordo com Angra e Santos (2001), não é somente de produzir no campo, mas também de movimentar a divisão internacional do trabalho, substituir importações e intensificar exportações. Em vista disso, a agricultura brasileira se apresenta como um agente fortemente modelador das dinâmicas espaciais, tanto no que se refere às relações econômicas internas e do país quanto nas suas relações exteriores.

Preocupado com a inserção no mercado global e com os reflexos das desigualdades sobre o território, o Estado do Rio Grande do Sul tem se caracterizado, nas últimas décadas, por antecipar ações para essa temática¹. Inicialmente, a preocupação se concentrou no empobrecimento da chamada Metade Sul, junto à fronteira com o Uruguai e, mais tarde, estendeu-se para as demais regiões que enfrentavam problemas com sua inserção no processo de desenvolvimento. Nesse contexto, o que não pode ser desconsiderado é que o Estado apresenta forte componente agropecuário em sua base produtiva, sendo que a agroindústria movimenta valores significativos de nossa economia².

Esse contexto agrícola e de baixo dinamismo econômico influencia significativamente a inserção da olivicultura, especialmente na região do COREDE Campanha. Cabe assinalar que a introdução dessa atividade esteve, desde sua origem, vinculada às chamadas políticas de combate às desigualdades regionais, no oeste

¹ Um balanço sobre o desenvolvimento das políticas de desenvolvimento regional no Rio grande do Sul pode ser encontrado na obra **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais** (CARGNIN, 2014). FIORI (2016), também analisa a economia e a política do Rio grande do Sul, com ênfase nas capacidades estatais para o desenvolvimento regional.

² O Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), estimou a participação da agropecuária e agroindústria em cerca de 30% da estrutura econômica, além de ser o setor econômico mais desconcentrado no território (RIO GRANDE DO SUL/SCP, 2006).

gaúcho, especialmente nas regiões que correspondem aos COREDEs Fronteira Oeste e Campanha.

A região apresenta comprovada aptidão para o cultivo de olivais que, desta forma, se constituem em uma potencialidade para o desenvolvimento regional. Assim, novas atividades potenciais podem se constituir em alternativas para o desenvolvimento, desde que assentadas nos potenciais e aderentes a base produtiva da região. A modernização e as transformações no meio rural exigem a complementação e a modificação das cadeias produtivas, reafirmando as culturas já existentes e diversificando a sua matriz produtiva. Um exemplo dessa possibilidade é o investimento na olivicultura. Essa cultura vem demonstrando um bom potencial econômico agrícola para o Estado, além de ter comprovado sua adaptação ao clima e ao solo da região.

O potencial vem sendo amplamente demonstrado em estudos acadêmicos e técnicos (SEAPI, EMATER, EMBRAPA, CADASTRO OLIVÍCOLA, ANUÁRIO BRASILEIRO DE OLIVICULTURA). Além disto, o fato de a região fazer parte da Metade Sul do Estado, visto como um local de tradicionalmente em dificuldades e com baixa diversidade produtiva, coloca em xeque suas reais potencialidades. Dessa forma, a Campanha gaúcha, como analisado por Bertê *et al* (2016), tem características muito próprias também por se localizarem em uma região fronteiriça e por apresentar atividades similares às desenvolvidas nos países vizinhos.

A olivicultura, que já é uma atividade reconhecida na Argentina e no Uruguai, traz para a região uma alternativa de diversificar a produtividade e suas consequências socioespaciais. Atualmente o estado já conta com a produção nos olivais e, fora dele, participa de todas as etapas da cadeia produtiva. Conta com jardins de clonagem, os próprios olivais, industrialização, envase e comercialização. A articulação entre os atores é essencial para utilizar da forma mais adequada possível os recursos endógenos, vislumbrando o desenvolvimento da região.

Para Benko e Pecqueur (2001), a articulação dos territórios é vista como uma estratégia de sucesso, vinculada aos “recursos específicos”. Estes são intransferíveis para outros territórios e vão além das vantagens e adaptações físicas, mas também se conectam e dependem de recursos geográficos e culturais. É a articulação e atuação conjunta dos atores na busca de desenvolvimento que possibilita um maior nível de

sucesso territorial. A trajetória da atividade, tanto no país quanto no Rio Grande do Sul, especialmente na região da Campanha, permite **compreender as transformações e repercussões territoriais ocorridas nesta região pela introdução da olivicultura**. Considerando esses aspectos e o potencial desenvolvimento olivícola, a pesquisa propõe abordar o desenvolvimento da atividade na região do COREDE Campanha.

Com base nesses argumentos, essa pesquisa discute **quais as repercussões territoriais e as novas configurações socioespaciais ocorridas nesta região a partir da introdução da olivicultura?**

Vinculado à questão central seguem algumas questões acessórias que auxiliaram a nortear a pesquisa, quais sejam:

- Qual o contexto da atividade na região?
- Quais os atores envolvidos na olivicultura?
- Podem ser observadas redes que se constituíram na região a partir do desenvolvimento da olivicultura?
- Podem ser observadas marcas no território a partir do desenvolvimento da atividade na região?

A pesquisa teve como objetivo central **analisar repercussões territoriais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na região da Campanha/RS**. Para atingir o objetivo buscou-se especificamente: levantar e analisar os dados sobre a produção de olivicultura no estado; caracterizar a região com ênfase no sistema produtivo da olivicultura; identificar os atores envolvidos na olivicultura; evidenciar as redes de atuação e mapear as repercussões territoriais e transformações socioespaciais provocadas pela olivicultura na Região.

A resolução do problema e o objetivo da pesquisa foram sustentados pela hipótese de que **existe uma territorialidade da olivicultura por uma relação estabelecida entre os atores com o espaço, buscando interferir em ações na Campanha visando o sucesso e a competitividade do azeite de oliva**. Com isso, podem ser notadas repercussões concretas no território impressas na paisagem e de mudanças socioespaciais como cursos, empregos, formação de associações, valorização imobiliária.

A análise das repercussões territoriais e das escalas de poder e gestão tem avançado nas pesquisas recentes como em Rückert, 2001; Rambo e Rückert, 2007; Cargnin, 2014; Matos, 2016 e Hammes, 2018. Essas abordagens partem da valorização do território como local onde ocorrem as práticas espaciais, resultado da ação de atores sobre o território. Para essa análise, é fundamental compreender o território em seu sentido de uso, que segundo Santos e Silveira (2003), pode ser empregado como “sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS E SILVEIRA, 2003, p. 19-20). Por repercussões territoriais, adota-se o conceito desenvolvido por Cargnin (2014) que as identifica como “resultados concretos que podem ser identificados no território”, sejam eles na paisagem, por meio do sistema de objetos, ou mesmo nas institucionalidades que se organizam nas regiões (CARGNIN, 2014, p. 20).

Para Castro (1995), o uso da escala como instrumento de análise tem sido retomado por diversos autores, especialmente nas análises geográficas. Racine, Raffestin e Rufy (1983) tratam da escala como um elemento de compreensão da totalidade que vai além da soma das partes. Com essa visão a escala adquire uma perspectiva analítica e metodológica que permite a problematização dos fenômenos, podendo, de acordo com Cargnin (2014), ser utilizada como uma estratégia de apreensão da realidade que é extremamente complexa. Dessa forma, essa pesquisa utilizou-se das **escalas de poder e gestão como método de procedimento**.

A compreensão do território com seu sentido de uso, que é transformado pela atuação de atores em diferentes níveis escalares, faz com que os atores e sua organização no território ganhem importância. Nesse sentido Raffestin (1993), classifica os atores em “sintagmáticos” e “paradigmáticos”, onde os primeiros são responsáveis pela produção de ações no território, por meio de ações estruturadas e com objetivos definidos. Já os atores paradigmáticos, não possuem o mesmo protagonismo na produção do espaço, atuando de forma mais passiva (RAFFESTIN, 1993, p. 152). Essa pesquisa enfatiza a articulação dos atores que protagonizam maior influência sobre o uso do território, atuando diretamente na estruturação o sistema produtivo da olivicultura.

Para uma maior compreensão dos processos e fenômenos relacionados à olivicultura da região da Campanha a abordagem foi baseada nos seguintes passos:

- Levantamento bibliográfico sobre a olivicultura brasileira, sua inserção e expansão no Rio Grande do Sul.

- Pesquisa documental, realização de entrevistas; análise de mapas temáticos, documentação por fotografias, participação em eventos científicos e no acesso de banco de dados de instituições públicas.

- Produção de mapas temáticos para maior compreensão da espacialização da produção, sua evolução e áreas de concentração.

- Realização de trabalho de campo nos municípios do COREDE Campanha para entrevistas com produtores.

- Levantamento de dados disponíveis na SEAPI (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação/RS) com questionário pré-estruturado.

- Levantamentos qualitativos, via formulários e entrevistas gravadas, a fim de identificar a orientação das políticas territoriais específicas para a olivicultura junto a:

- Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA)
- Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Entidades financeiras com programas de financiamento de lavoura ou pecuária-lavoura, como BNDES, BADESUL, BANRISUL.
- Produtores olivícolas (com e sem marca própria de azeite)
- Consumidores de azeite de oliva gaúcho
- Representantes políticos: Rota das Oliveiras
- Prefeituras dos municípios COREDE Campanha
- Comerciantes locais

Assim, a dissertação está estruturada em 5 capítulos, além desta Introdução. O capítulo 2, **Conceitos e referências para a análise da olivicultura como alternativa para o desenvolvimento regional** almeja compreender os conceitos que estruturam o tema estudado, além de procurar assimilar como esta atividade se organiza no território, onde esta atividade está se desenvolvendo no Estado do Rio Grande do Sul. Busca também analisar a produção técnica já existente sobre o tema,

visando reconhecer os avanços encontrados em outras pesquisas. Destacam-se nesse capítulo os conceitos de território, escala e atores, bem como de Sistemas Territoriais Locais (SLoTs) e Arranjos Produtivos (APLs), já abordados inicialmente nos aspectos introdutórios.

O capítulo 3, denominado **A olivicultura no Rio Grande do Sul e as peculiaridades do COREDE Campanha**, visa qualificar a situação da olivicultura no estado e destacar as características do COREDE Campanha. Assim, busca-se analisar a introdução dessa atividade nessa região, resultando, então, na observação de algumas repercussões territoriais frente a olivicultura. Estuda-se também nesse capítulo os aspectos e as relações dos fenômenos existentes e a forma com que estes manifestaram no território como o dinamismo local, as diversidades e como ocorre a articulação da atividade em relação a outras regiões produtoras do estado.

O capítulo 4, trata das **Repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais da olivicultura na Campanha** e busca compreender e identificar as repercussões territoriais no COREDE com base na introdução da olivicultura. Para tal, trata-se inicialmente da inserção da atividade na região. Posteriormente, é abordada a efetividade dos atores previamente identificados para o desenvolvimento da atividade e da região, para compreendermos se há indícios de formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou Sistemas Territoriais Locais (SLoTs).

O capítulo 5 aborda as **Considerações finais** e faz o fechamento da dissertação. Retoma alguns processos da olivicultura no COREDE Campanha, a olivicultura como ferramenta de desenvolvimento da região. O capítulo avança no sentido de identificar os atores que se movimentam nas diferentes escalas e identificar as repercussões territoriais da atividade. Além disso, são sugeridos trabalhos futuros com temas que sirvam de base para políticas públicas regionais.

2. Conceitos e referências para a análise da olivicultura como alternativa para o desenvolvimento regional

Esse capítulo busca discutir os conceitos que estruturam a análise do tema estudado. Também busca compreender como a atividade se organiza no território onde se assenta a atividade da olivicultura no Rio Grande do Sul e os avanços existentes já documentados em outras pesquisas realizadas.

Assim, são detalhados os conceitos utilizados de território, escalas, atores, bem como a perspectiva que embasa o desenvolvimento regional com ênfase na estruturação de Sistemas Territoriais Locais (SLoTs) e de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Além disso, é discutida a importância da complexificação da matriz produtiva em áreas pouco dinâmicas, tendo na olivicultura um fator propulsor.

2.1 Território, escala, atores e desenvolvimento regional

Para Saquet (2007, p.59), tradicionalmente o território não era trabalhado como um conceito central no período da renovação da Geografia brasileira (1960-1980). Porém, território e territorialidade passaram a ganhar forma enquanto conceitos e em seu sentido atual, nos anos de 1990, sendo um modo de explicar as práticas sociais e espaciais. Trata-se de uma forma de conectar o local ao global e, também, de entender os reflexos da globalização. Assim, o conceito de espaço, que era tratado como uma categoria de análise quase que exclusiva, passou a dar lugar para que se começasse a pensar efetivamente o território e todas as suas complexidades.

Em que pese as várias concepções existentes sobre o território e as discussões sobre as diferenças de amplitude e precedência em relação ao espaço geográfico, essa pesquisa considera o território em seu sentido de uso, onde se materializam as práticas espaciais. Parte-se da definição de Santos e Silveira (2003), que define o território como “*extensão apropriada e usada*”, que pode ser considerada pelo autor como “*sinônimo de espaço geográfico*”. (SANTOS E SILVEIRA, 2003, p.19-20).

Como tal, o território é o local onde os atores desenvolvem relações de poder multidimensionais e onde diferentes atores desenvolvem relações multiescalares. Na América Latina, a emergência de regimes democráticos em substituição às ditaduras

que predominaram nos anos 70, de acordo com Becker (1983), permitiu que houvesse um maior protagonismo de um número cada vez maior de atores que atuam em diferentes escalas. Nessa perspectiva, o território passa a ser um “produto produzido e consumido pelas práticas sociais” (BECKER, 1983, p.8).

O território passou a ser pensado por meio do planejamento territorial e da elaboração de políticas de territoriais. Para Becker (2009), o fim dos governos autoritários representou também a emergência de múltiplos atores que passaram a ter influência direta sobre o território. De acordo com Saquet e Silva (2008):

Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo. (SAQUET e SILVA, 2008, p. 31)

Os territórios são reflexos das práticas espaciais e, como tal, não são estáticos e assumem elementos da dinamicidade espacial que ocorre de forma muito veloz, como uma das consequências da globalização e da flexibilização das relações de produção que caracteriza o mundo atual. Embora não seja objeto desse trabalho discutir aspectos da constituição do atual sistema econômico, observa-se que com a queda do fordismo, substituído por um modelo de produção baseado em relações econômicas mais flexíveis, a complexidade dos territórios e da atuação dos atores foi reforçada. Essa mudança teve início na década de 1970 e intensificou o fenômeno da globalização. Esse novo modelo de produção passou a contar com a flexibilidade do capital, globalização das relações produtivas e os interesses de escala mundial passaram a ditar uma nova organização territorial, cujas mudanças vem se acentuando nas últimas décadas como resultado das transformações e adaptações do sistema capitalista. (DUMÉNIL e LÉVY, 2014; HARVEY, 1993; PIKETTY, 2014; SANTOS, 2006).

Com o fenômeno da globalização as fronteiras passaram a ser menos determinantes para os fluxos de mercadorias, capital e pessoas. Empresas com atuação global passaram a dominar as relações de produção, interferindo nas políticas sociais, mas principalmente com uma estratégia territorial definida. Submetidas a esta lógica, organizações internacionais passaram prevalecer cada vez mais, atuando e interferindo na soberania dos países (SANTOS, 2006). Para Santos (2006), a globalização como se propôs em seu modelo difundido na década de 90, é perversa,

prevalecendo aspectos como o fluxo de informações, dinheiro e a competitividade. De acordo com o autor, há um enfraquecimento da política realizada pelo Estado, sendo imposta uma política comandada por empresas.

Embora a emergência recente de novos nacionalismos tenha provocado a necessidade de revisão dessa abordagem, é certo que esse processo fez com que países mais dependentes economicamente fossem sujeitados a integração com outros países e com outros órgãos mundiais, gerando menos controle dentro e fora de seus limites fronteiriços. Sendo assim, o papel do Estado passou a ser o de organização da infraestrutura para receber empresas, normalmente internacionalizadas e que passam a conectar-se diretamente com os territórios, valorizando a escala local (CARGNIN e LIMA, 2009).

Conforme Becker (1988), no Brasil a construção de um Estado e de um planejamento centralizado vigorou até a década de 1980. Com o fim da ditadura militar, iniciaram os processos para uma abertura democrática. O planejamento, que vinha sendo centralizado, entrou em crise e houve necessidade de gestão, enfatizando uma colaboração entre público e privado e, modificando a interpretação do território. Entretanto, a difusão de um modelo flexível fez com que houvesse uma assimilação muitas vezes acrítica dos modelos propostos pelos países centrais, realidade que tem sido bem significativa para os países da América Latina (AMIN, FERNÁNDEZ e VIGIL, 2008).

No Brasil, como consequência de toda essa dinâmica, o planejamento territorial ficou em segundo plano por longos anos, sendo orientado pelas estratégias das grandes instituições internacionais, visto que o Estado passou a ser incapaz de regular questões como a da vida coletiva. O processo de discussões sobre o planejamento territorial no Brasil foi retomado com força a partir do final dos anos 90, como resultado da proposição e políticas públicas mais voltadas ao combate às desigualdades e ao equilíbrio territorial no Brasil (CARGNIN, 2014). Cabe assinalar que estas políticas foram em sua grande maioria interrompidas com a nova onda liberal difundida nos últimos anos, que vem resultando no afastamento sistemático do Estado de um conjunto de políticas, dentre elas as relativas ao planejamento territorial.

Para Riffo (2013), ao observarmos historicamente as políticas de desenvolvimento regional, especialmente nos países da América do Sul, a maior

intervenção do Estado ou o maior protagonismo dos atores, está associado ao contexto global e as possibilidades de atuação do Estado no enfrentamento dos problemas em cada momento histórico. Normalmente, em períodos onde predominam tendências mais liberalizantes, as possibilidades de ação voltam-se mais ao desenvolvimento endógeno e a conexão dos territórios ao mercado global. Já os períodos onde há um fortalecimento de tendências mais desenvolvimentistas, há uma maior preocupação com as estratégias para o desenvolvimento das regiões e, também maior protagonismo do Estado na proposição de políticas públicas de desenvolvimento regional³. Em qualquer contexto, Riffo (2013) chama atenção para a necessidade para uma ação articulada em iniciativas *top-down e bottom-up*:

Pareciera entonces que una nueva perspectiva sobre políticas territoriales requiere de una interacción conceptual y práctica más compleja entre los enfoques de “arriba hacia abajo” y de “abajo hacia arriba”, así como de una incorporación más activa de los diversos actores o agentes del desarrollo, donde la noción de gobernanza adquiere una creciente centralidad para el diseño e implementación de políticas públicas. (RIFFO, 2013, p.48)

Ainda de acordo com Riffo (2013), especialmente no contexto endógeno, o planejamento territorial e o desenvolvimento regional necessitam discutir três aspectos fundamentais: a questão da multiescalaridade dos fenômenos socioespaciais, o papel do Estado nacional na proposição de políticas para mediar o processo de globalização e os processos de produção e ampliação das desigualdades territoriais (RIFFO, 2013, p. 33).

Em um contexto em que os territórios passaram a ser valorizados, se conectando com outros mercados de ordem mundial, o desenvolvimento local ou endógeno foi fortalecido. O papel do Estado passou a ser mais relevante no sentido de mediar a ação do capital. Da mesma forma, Gomes *et al.* (2017) afirmam que o conhecimento de um determinado grupo em relação a algum cenário competitivo é complexo e também é um fator de estratégia, sendo que os atores locais também se organizam para definir suas possibilidades de integração.

Assim, tanto as potencialidades a serem descobertas e estruturadas quanto as relações de escalas e interações passam a considerar elementos que valorizam a

³ Um balanço completo sobre as teorias de desenvolvimento podem ser encontradas em Introdução às teorias do desenvolvimento por NIEDERLE; RADOMSKY (2016). É trazido pelos autores (p.113) que o desenvolvimento local é fruto das intervenções centralizadoras ora do Estado ora da sociedade civil e organizações não governamentais. Ao Estado cabe atribuir aos demais atores locais reponsabilidades, visando gerir os recursos públicos.

perspectiva regional, a fim de encontrar formas de melhorias territoriais, bem como, sociais.

No que tange às escalas, de acordo com Becker (2009):

As escalas se relacionam entre si; as características e a dinâmica de qualquer escala geográfica só podem ser entendidas em termos de seus laços com outras escalas situadas dentro da ordem em que ela está embebida. Significa que os termos escalares global, nacional, etc, diferem qualitativamente segundo o processo social ou formas institucionais específicas a que se referem. (BECKER, 2009, p.43).

Para Racine, Raffestin e Rufy (1983), a identificação correta dos níveis escalares que atuam sobre o território é um recurso fundamental para a compreensão da totalidade. Trata-se de estabelecer um filtro que permite um “esquecimento coerente”, uma simplificação da realidade, resgatando o essencial para a compreensão dos fenômenos que se organizam sobre o território. Permite também que se identifique os atores que se movimentam nos diferentes níveis escalares e sua importância para a compreensão dos fenômenos (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983, p.128).

Atores, de acordo com Rosière (2007), apresentam um sentido geopolítico, ou seja, elaboram práticas espaciais que, muitas vezes, expressam suas representações territoriais ou suas reivindicações. Para Rosière, o ator age sobre o território em interação permanente com outros atores, tanto coordenando ações quanto confrontando ações de outros atores (ROSIÈRE, 2007, p. 283).

Raffestin (1993, p. 40-41), classifica os atores em “sintagmáticos” e “paradigmáticos”. Os primeiros são os que produzem ações no território por meio de ações estruturadas e com objetivos definidos, pois possuem conhecimento de como estes se organizam e se articulam. Nessa concepção, atores como o Estado, empresa e igrejas, são considerados sintagmáticos. Já os atores paradigmáticos, não possuem o mesmo protagonismo na produção do espaço, atuando de forma mais passiva e não estão integrados nos processos (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41).

Assim, interessa a essa pesquisa, identificar as escalas que interferem no fenômeno estudado e quais os atores sintagmáticos que possuem maior protagonismo em cada uma dessas escalas. Em primeira análise, como trata-se de uma atividade que sofre concorrência internacional, observa-se a influência da escala global, e das escalas nacional e estadual, que atuam na promoção da atividade e organização de

políticas. Entretanto, é na escala local que os atores buscam estruturar-se para o desenvolvimento da atividade.

Com base na pesquisa documental foram observados os seguintes atores que interferem diretamente no processo de implantação e desenvolvimento da olivicultura. Na escala global: Organização das Nações Unidas (ONU), Conselho Oleícola Internacional (COI), Governo italiano (UMBRIA), Gruppo Pieralisi, Associação Olivícola Uruguaia (ASOLUR), Câmara de Comércio Portuguesa no Brasil, Clust-ER Agrifood, STIHL Ferramentas Motorizadas Ltda.

Na escala nacional: olivicultores, Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA), Associação Brasileira de Produtores, Importadores e Comerciantes de Azeite de Oliveira (OLIVA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais (EPAMIG), Centro de Tecnologia e Certificação (PRÓ AZEITE), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Pieralisi do Brasil Ltda, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sistema S.

Na escala estadual: olivicultores organizados, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), Fórum dos COREDEs, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS-Ascar), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA Clima Temperado), Associação Rio-Grandense de Olivicultores (ARGOS), Sistema S, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), BADESUL, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), Tecnoplanta Florestal, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL).

Na escala local/regional: olivicultores, COREDE Campanha, Sistema S, indústrias extratoras, EMATER/RS-Ascar, Prefeituras, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Faculdade IDEAU Bagé, IFSul Bagé, Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Caçapava do Sul (COFASUL), Tecnoplanta Florestal, funcionários contratados, funcionários temporários da colheita.

Como uma das ferramentas para a promoção do desenvolvimento regional, principalmente com base local, surge a organização do setor produtivo por meio de sistemas e arranjos⁴. Os Sistemas Territoriais Locais (SLoTs) têm como base a experiência realizada em território italiano, pelo qual a criação de uma “atmosfera” para o desenvolvimento está ligada a promoção de bens materiais e imateriais que se vinculam ao território: Para Dematteis e Governa (2005):

Come definizione de partenza, possiamo considerare un sistema locale territoriale come una rete locale di soggetti i quali, in funzione degli specifici rapporti che intrattengono fra loro e con le specificità territoriali del milieu locale in cui operano e agiscono, si comportano, di fatto e in certe circostanze, come un soggetto collettivo. (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005, p.29).

Já Arranjos Produtivos Locais (APLs) são configurados por aglomerações, cooperações com especificidades e força competitiva, além de estarem espacialmente concentradas. Conforme apresentado pelo Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços:

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2018, p.1)

Assim, o APL é constituído por atores presentes no mesmo espaço, que se articulam para uma mesma atividade ou setor formando redes de atuação e organização, ou seja, é uma estratégia de planejamento da cadeia produtiva com todos os atores participantes fomentada através de políticas públicas. Trata-se de uma articulação entre o setor produtivo com instituições e sociedade como um todo, visando geração de produto(s), empregos, renda, inovação, qualificação. Essa análise é apresentada pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) (2012) conforme figura abaixo,

⁴ Além desses existem outras formas de organização, cunhadas em diferentes países e que apresentam sutilezas em sua perspectiva e afiliações distintas. Uma síntese pode ser observada em BENKO (1999) e RIFFO (2013).

Figura 1 – Arranjos Produtivos Locais- características



Fonte: AGDI (2012); Elaboração: a autora (2019).

Assim, as características endógenas, as relações externas, as cooperações e as relações geo-históricas fazem parte da composição de um APL, ou seja, fazem parte das especificidades de cada território e suas aglomerações. Complementa, assim, Costa (2010):

Para isto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica socioeconômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sociocultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade. (COSTA, 2010, p.127)

A governança, então, é um dos requisitos para uma correta constituição do APL e ocorre de forma que os atores envolvidos na atividade a praticam aplicando em maior ou menor intensidade sua representatividade frente aos demais envolvidos na produção. Para Laster e Cassiolato (2003, p. 5), “Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada; mais ou menos formalizada).”

Uma localidade pode contar com uma concentração de atores cujos processos da cadeia produtiva não se diferenciam muito. Assim, não há um Arranjo Produtivo Local, mas sim uma aglomeração. Conforme Sordi e Meirelhes (2012):

Quanto maior a aglomeração de empresas da localidade em torno de um ou de poucos processos centrais da cadeia produtiva, maior a sobreposição de interesses similares em termos de saberes ou know-how entre as empresas (concorrentes) da localidade, enquanto nos APLs, com atividades distintas e complementares, há mais complementaridade do que sobreposição, tanto de atividades quanto de demanda por saberes/know-how entre as empresas arranjadas, ou melhor, organizadas entre si. (SORDI e MEIRELHES, 2012, p. 776)

Podemos inferir que uma aglomeração seria uma etapa prévia a formação e consolidação de um Arranjo Produtivo Local, sendo a primeira movida por uma concorrência maior. Já a segunda seria movida por interesses comunitários e de busca conhecimentos com menor nível de diversificação das atividades de uma cadeia produtiva. Isto não significa que não existam interesses competitivos no APL, somente que este é compreendido e se manifesta de uma maneira diferente: inovação, conhecimento, crescimento local de forma coletiva e, conseqüentemente, crescimento individual.

Se a aglomeração pode ser classificada como um estágio inicial para o desenvolvimento de um APL, temos a etapa posterior, podendo ser considerada como uma etapa de prosseguimento do Arranjo Produtivo Local, sendo o Sistema Territorial Local (SLoT). Este apresenta como características básicas a presença contundente de governança por partes dos atores, além das relações endógenos e exógenos incisivas. Podemos observar as diferenças e complementaridades conforme tabela a seguir.

Quadro 1 – Características de algumas formações territoriais

Temática	Taxionomia	Características
Arranjo interorganizacional	Aglomeração	Especialização de uma cidade ou região que se torna fator de atração de compradores e de fornecedores para aquela cidade ou região.
	Arranjo Produtivo Local	À medida que a aglomeração cresce, ela passa a atrair para o entorno os produtores das principais matérias-primas e insumos utilizados pelas empresas que a compõem induzindo mais firmas compradoras a se instalarem perto dos fornecedores; carece de estruturas de governança; Vínculo território e atividades econômicas.
	Sistema Territorial Local	Pode ser considerado como um APL que evoluiu e constitui estruturas de governança ; Rede local de atores que agem como uma entidade coletiva; Relações: interna (atores-atores), atores – ambiente, atores locais e escala supralocal.

Fonte: Dematteis e Governa (2005); Lastres e Cassiolato (2003); Sordi e Meirelhes (2012);

Elaboração: autora

Assim, as características entre APL e SLoT não são distintas, mas sim complementares e avançadas. De acordo com análises da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (2018), “As diferentes denominações surgem conforme o alinhamento teórico dos autores em relação às interações existentes entre as entidades formadoras de cada aglomerado”. Assim, uma das evoluções do APL para o SLoT é a ocorrência de uma governança consolidada e relações endógenas e exógenas bem definidas. A governança, conforme Lastres e Cassiolato (2003):

Genericamente, então, o conceito de governança refere-se às diversas formas pelas quais indivíduos e organizações (públicas e privadas) gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas. Diz respeito não só a instituições e regimes formais de coordenação e autoridade, mas também a sistemas informais. (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p.14)

Esses atributos são essenciais para um desenvolvimento regional sustentável, sendo o envolvimento e governança dos atores fatores decisivos para a consolidação desse processo. Aspectos endógenos (fatores internos) são responsáveis pelas políticas públicas a serem aplicadas em determinada região, é a sociedade local

participando do planejamento das mudanças locais, como apresentam Sarreta e Crescente (2004):

Atualmente, a nova estratégia de desenvolvimento regional está baseada em uma abordagem territorial do desenvolvimento, ou seja, as cidades se caracterizam por sua história, cultura e instituições que exercem forte condicionamento no seu desenvolvimento. É na tentativa de valorizar e potencializar essas características que as cidades tem adotado políticas de desenvolvimento local como resposta aos desafios da globalização, através da interação dos mais diferentes atores do desenvolvimento. (SARRETA e CRESCENTE, 2004, p.508)

Assim, para suplantar os desafios da globalização, há o movimento do desenvolvimento local e regional com a valorização de aspectos únicos, intransferíveis, construídos com a colaboração de diversos atores ao longo do tempo. O objetivo do desenvolvimento regional não é somente aumentar os indicadores econômicos, mas integrar as regiões ao processo de desenvolvimento, respeitando suas particularidades de forma a melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

2.2A olivicultura como alternativa para o desenvolvimento regional

No que tange a realidade brasileira com base no desenvolvimento local e regional, um importante fator a ser considerado é nossa grande produção de *commodities*, com importantes reflexos na economia. Assim, as características de nossa agropecuária são fundamentais para entender a inserção dos territórios na economia brasileira e mundial. Em vista disso, a agricultura brasileira, através de seus atores, se apresenta como um agente fortemente modelador das dinâmicas espaciais, que ocorre em muitos casos através da estruturação e fortalecimento das APLS. De acordo com Rapini e Bittencourt (2012):

A diversidade dos tipos de arranjos produtivos locais é um fenômeno inerente da dinâmica econômica do sistema nacional de inovações brasileiro. As extraordinárias dimensões territoriais brasileiras abrigam potencialidades raramente lembradas na literatura recente. Os enormes diferenciais de riqueza e renda regional, escondem competências técnicas e tecnológicas enraizadas e estimuladas por arranjos locais virtuosos, mais ou menos sensíveis a dinâmica produtiva externa e/ou a demanda do território brasileiro [...] (RAPPINI e BITTENCOURT, 2012, p.5)

Para Lastres e Cassiolato (2003, p. 4) os Arranjos Produtivos Locais têm sua formação associada a um histórico de construção de identidade de vínculo com o território. Neste caso os atores se baseiam em: integração, cooperação e confiança.

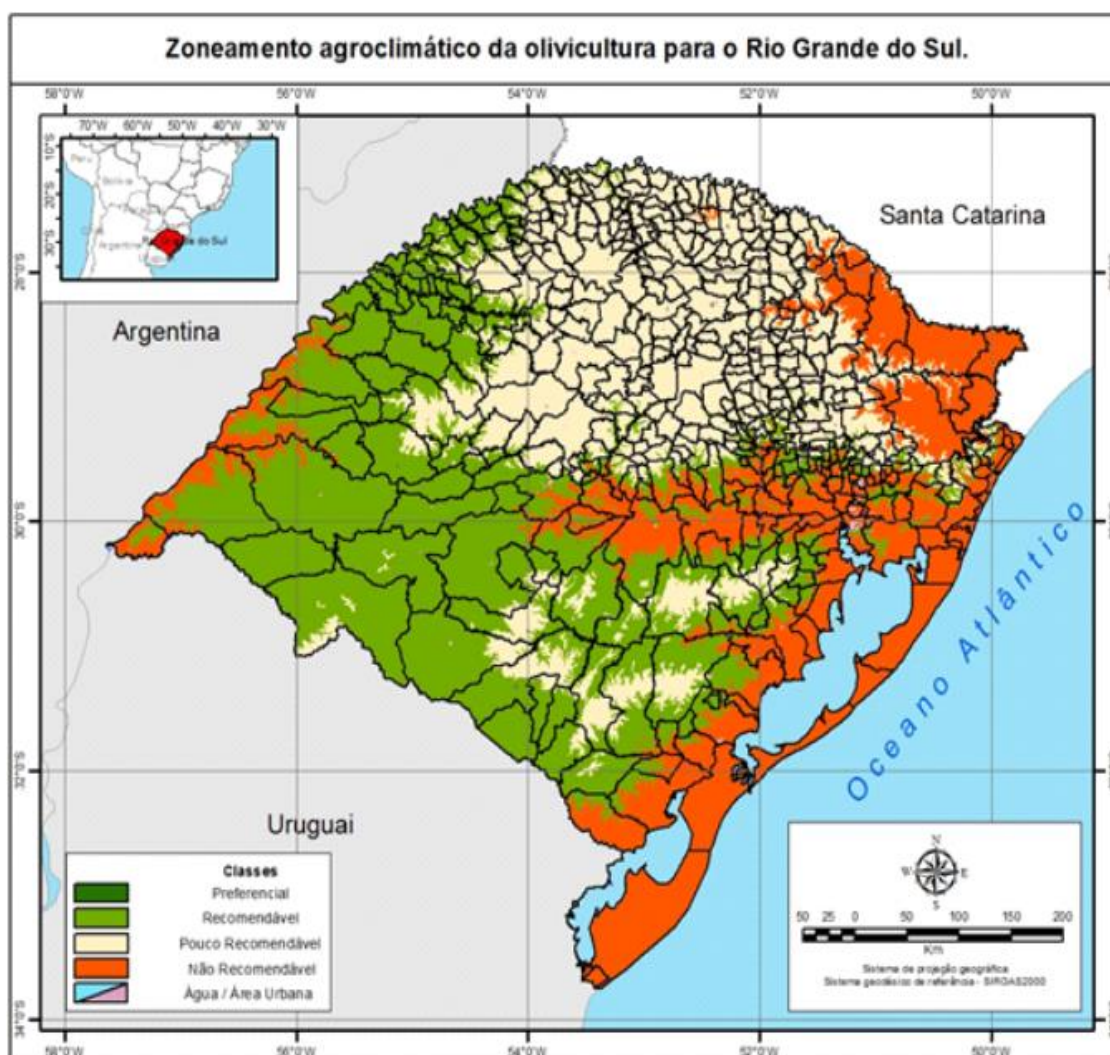
Estes processos podem ser fortalecidos e encorajados por políticas provenientes de diferentes escalas, tanto públicas quanto privadas.

O correto planejamento em introduzir novos cultivos sem prejudicar a economia tradicional é fundamental para o desenvolvimento territorial. Da mesma forma, entender as repercussões territoriais e transformações socioespaciais é um fator de grande relevância. Nesse sentido, a olivicultura é uma das culturas em expansão no território nacional, tendo destaque de produção e produtividade no Rio Grande do Sul, mais especificamente em regiões da Metade Sul.

A localização do país é uma das premissas para esta cultura se adaptar. De acordo com o Zoneamento Edafoclimático da Olivicultura para o Rio Grande do Sul realizado pela EMBRAPA (2013), as latitudes ideais para as oliveiras estão entre 30° e 45°, norte e sul. Este zoneamento olivícola permitiu a visualização das regiões aptas e restritas ao plantio no estado. Resultou como classe “recomendável” o centro norte e a Metade Sul do RS. Como classificação “não recomendável” as principais restrições ocorrem pelo clima e solo. E, tanto as zonas altas não são adequadas pelo excesso de frio quanto as zonas baixas não são indicadas para a olivicultura pelo excesso de umidade e/ou uma drenagem inadequada do solo.

O mapeamento de aptidão edafoclimática (solo e clima) para a olivicultura no Rio Grande do Sul, publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no ano de 2013, comprova essa característica, conforme pode ser observado no Mapa 1.

Mapa 1 – Zoneamento edafoclimático da olivicultura para o Rio Grande do Sul



Fonte: (EMBRAPA) FILIPPINI ALBA; COUTINHO ; FLORES ; JORGE; WREGGE ; (2013)

É possível observar que a Metade Sul possui grande parte de sua área considerada recomendada para a olivicultura. No Brasil um dos principais aspectos que difere do que é encontrado nos países tipicamente produtores (Espanha, Itália, Portugal) é a ausência do clima mediterrâneo. Para Jorge e Costa (2018), 90% da área de cultivo de oliveiras no mundo está concentrada em áreas de clima mediterrâneo. Para o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2019):

De modo geral, os oliveiros estão concentrados nos países abrangidos pela bacia do Mar Mediterrâneo e, na produção de azeite, destacam-se ainda Grécia, Itália e Turquia, além de Marrocos, Tunísia, Síria, Portugal e Argélia. Na América do Sul, aparecem Argentina e Chile como produtores, e o Peru ainda se destaca em azeitonas. (ANUÁRIO BRASILEIRO DAS OLIVEIRAS, 2019, p.34)

O fato da maior parte da produção mundial de azeite de oliva e azeitonas de mesa estarem concentradas em áreas com clima, relevo, solo e tradição diferentes das condições brasileiras, revela algumas dificuldades encontradas na produção nacional e a dependência que o país enfrenta diante do mercado internacional. Revela também a necessidade de coesão e cooperação entre os atores do setor para que se aprenda o mais rápido possível como ultrapassar os limites físicos, suprimindo a cadeia com manejos técnicos e tecnológicos.

Ainda para Jorge e Costa (2018), se excluirmos o comércio olivícola realizado entre países da União Europeia, o Brasil é o segundo maior importador de azeite de oliva e o maior importador mundial de azeitonas de mesa. Dessa forma, o mercado consumidor interno brasileiro se mostra uma oportunidade para o aumento do cultivo e sucesso da cadeia produtiva nacional. Atualmente, a olivicultura passa por um momento de se afirmar frente ao mercado já que foi introduzida recentemente como uma atividade comercial.

Um dos resultados esperados pelo cultivo está o de ser uma alternativa econômica para o desenvolvimento regional, com destaque para o sul do estado, que apresenta condições favoráveis para a produção. Para Gomes *et al* (2017), a forma de gestão do conhecimento sobre um determinado fator estratégico é vista como um diferencial competitivo. Assim, para os mesmos, as oliveiras da região da Campanha estão conquistando mercados internacionais com premiações. Desse modo, diferentes localidades da região estão tendo um olhar diferenciado por diversos atores que veem nessa terra uma oportunidade de investimento e crescimento econômico.

De acordo com Dematteis (2005), o território é, tanto o conteúdo quanto é o meio e processo de relações sociais. Para o autor, o território é mediador das relações sociais ligada à produção, é possível perceber no mesmo os modos de produzir e de viver. Porém, é o ponto de vista adotado nos leva a trabalhar e compreender o conceito de território através das relações sociais presentes no espaço em diferentes escalas e diferentes atores.

Os diferentes atores da olivicultura desenvolvem suas ações no território por meio de escalas diferenciadas. Os atores da base da cadeia, os produtores, necessitam estar em coesão com a classe e com demais atores que fazem parte deste sistema

complexo. Esta ideia é afirmada por Erber (2008, p.20) “a ação conjunta que caracteriza um APL requer rotinas e estratégias. Estas, por sua vez, requerem mecanismos institucionais de governança”.

O contexto entre os diversos atores envolvidos no processo é fundamental para atingir o objetivo de um determinado setor que busca se organizar em forma de um Arranjo Produtivo Local. Qualquer arranjo é um sistema complexo em que atores privados e públicos devem estar em sintonia, sendo este último referente, tanto aos atores em nível estadual quanto federal. Para Rapini e Bitencourt (2012):

Como atores do processo de desenvolvimento dos APLs, os formuladores de políticas de desenvolvimento das unidades da federação devem vincular-se e adaptar-se às ações implementadas em âmbito nacional de maneira que o desenho da política estadual seja complementar à estratégia nacional. (RAPINI e BITTENCOURT, 2012, p.8)

Assim, fica mais evidente que o território possui redes, nós e tessituras, permitindo a coesão entre os demais territórios, conforme a abordagem de Raffestin (1993). O território é onde diversos atores interagem, contudo, o desenvolvimento territorial não ocorre espontaneamente, mas depende da capacidade de articulação desses atores envolvidos. Para Dematteis (2005), esse processo de articulação constrói um processo de desenvolvimento sustentável baseado em sistemas locais articulados no território. Os atores podem ser dos mais diversos, indo do Estado até o próprio indivíduo.

Para Lastres e Cassiolato (2003, p.3) a participação dinâmica em arranjos produtivos locais tem papel importante quando se trata de ultrapassar barreiras ao conhecimento, produzindo mais, de forma eficiente e se introduzindo de maneira mais adequada em mercados. Desta forma, disponível no Anuário Brasileiro das Oliveiras, Marchetti (2018, p.6), presidente do Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA), afirma que “não queremos a concorrência do campo até os lugares. Queremos sim, a união, o compartilhamento de resultados e a busca conjunta de melhorias, da produção e da proteção dos nossos produtos”.

Assim, em uma primeira análise, falta para os pequenos e médios produtores os recursos próprios para a industrialização do suco da oliveira. Essa característica obriga os mesmos atuarem de forma conjunta, desenvolvendo um processo articulado com outros produtores locais. Desta maneira, podemos compreender mais da dinâmica

local que vem ocorrendo. Alguns produtores utilizam as indústrias já existentes para realizar o processo de fabricação do azeite, mas rotulam com suas marcas próprias.

Contudo, para Rodrigues (2016), em seu estudo **A emergência do Sistema Olivícola no Estado do Rio Grande do Sul**, os resultados obtidos apontam para uma organização deste sistema de forma gradual. Para o autor, a produção olivícola é uma atividade ávida por um desenvolvimento rápido e cada vez tenta se tornar mais eficaz, assim é uma produção técnica e tecnológica dinâmica.

Em uma análise geral do estudo de Rodrigues a governança é um conceito fundamental para a atividade, sendo um orientador administrativo e organizacional⁵. É, então, encontrada por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio da criação da Câmara Setorial da Olivicultura e do Programa PRÓ-OLIVA. Na governança por parte do Governo Federal encontramos medidas como a fiscalização de importações e a criação de normativas de caráter geral. Este tem papel fundamental na articulação dos territórios, promoção e organização das governanças. É responsável pela coordenação, legislação e criação de meios e instrumentos para que esta cultura tenha sucesso. Observa-se que, de acordo com Erber (2008), é principalmente por meio da governança que as vantagens competitivas de um APL são definidas.

Assim, em primeira análise, observa-se a necessidade de uma governança ativa do governo federal, principalmente, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esta deve ocorrer através de uma escala a nível nacional, privilegiando áreas onde o cultivo se mostrou mais adaptado como nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

O envolvimento de diversos atores nesta produção, é visto por Rodrigues (2016), como um sistema complexo. Todos os que de alguma forma tenham relação com o produto final são considerados parte do sistema, e os atores envolvidos na olivicultura se relacionam com outros sistemas, formando uma rede complexa de atividades. É assim que o contexto atual, formado por uma sociedade globalizada, com

⁵ SILVA, J.B da. (2010) Apresenta que o termo governança é abordado em diversas áreas como economia, geografia cultural e política. Embasada em MEULEMAN (2008) a autora afirma que o uso do termo se tornou genérico. Em suma, a existência de uma governança ocorre quando regras são estabelecidas, aplicadas e cumpridas. Sendo, então, uma estrutura formada por atores que buscam um objetivo comum, a força das ações ou o empenho dos atores que ocorre com variações de engajamento (p.57).

economia flexível e um ambiente democrático, favorece a emergência de múltiplos atores.

Nesta mesma linha, Becker (1997) apresenta que a coesão entre os atores é um objetivo comum, sendo uma estratégia de controle de áreas por diferentes atores, constituindo a territorialidade. Porém, mesmo com o objetivo de tentar controlar este espaço geográfico o Estado tem suas ações limitadas. Portanto, ocorre em um mesmo espaço diferentes territorialidades simultaneamente, com influência de instituições públicas e privadas. Dessa forma, o fortalecimento territorial ocorre por meio da cooperação destes atores, com relações de valor social privilegiando tanto o individual como o coletivo.

Para Gomes *et al.* (2017):

Desse modo, constituída as relações, quando há confiança, mesmo entre pessoas desconhecidas entre si, há também o compartilhamento de valores, informações, bem como expectativas de uma comunidade como um todo proporcionando uma relação para o resultado o que poderá ser replicado a todos os atores envolvidos. (GOMES *et al.*, 2017, p.4)

Contudo, para Saquet e Cichoski (2013), o território se organiza além do poder do Estado, contando também com outros atores sociais. Para os mesmos autores, o território é produto e meio das práticas sociais. Dessa forma, podemos compreender que distintos atores realizam diferentes processos de territorialidade cujo papel fundamental é de estabelecer limites entre os mesmos. Assim, os demais atores da cadeia produtiva olivícola brasileira (viveiristas, produtores, indústrias, comércio), tem um papel tão significativo quanto o do MAPA na construção de ações, identificação de potenciais ou fraquezas que possam futuramente auxiliar na formação de políticas públicas para o setor.

Por meio de políticas territoriais, que tem como objetivo equilibrar o desenvolvimento do território como um todo e integrar os territórios ao sistema produtivo, as aglomerações produtivas e regionais passaram a ser inseridas na econômica de uma forma competitiva. Segundo Fuini (2018), a gestão territorial é uma prática estratégica e científico-tecnológica do poder no espaço, sendo a correta articulação entre ações e decisões. Para o autor, o conceito de território desde os anos 1990 vem sofrendo mudanças muito significativas (embora ao longo das correntes

geográficas tenha sido trabalhado de diversas maneiras) que privilegiam diversas escalas e dimensões.

A sensação de pertencimento, de territorialidade e o conhecimento do território, foi fundamental para que os produtores da Campanha iniciassem a olivicultura, ao observarem o cultivo e produção de azeite de oliva em países como Argentina, Chile e Uruguai, em que clima e relevo se identificam em alguns pontos com a paisagem encontrada no sul do estado. Sendo assim, para Santos *et al* (2000), os atores organizados territorialmente se apropriaram e se apropriam da globalização e, também, a identidade e o ato de pertencer são expostos pelo conceito diante de um constante movimento de relação entre o próprio território e seus atores.

Dessa forma, a atividade se estrutura no Rio Grande do Sul inicialmente pela observação de mercado e de produção em territórios próximos. De acordo com Gomes *et al* (2017), é notável entre os produtores que há um interesse em adquirir e disseminar conhecimento, através da troca constante de experiências com o objetivo de melhorar os processos e a produtividade. Sendo assim, essa maior interação entre os produtores resulta em troca de conhecimentos tácitos visando o sucesso da cadeia produtiva local, conforme Lastres e Cassiolato (2003):

Conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta ou mesmo impede seu acesso por atores externos a tais contextos, tornando-se portanto elemento de vantagem competitiva de que o detém. (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p.4)

Os conhecimentos tácitos são transmitidos e gerados através do compartilhamento e socialização de informações e percepções pelos atores envolvidos em um determinado processo ou setor, que se desenvolveu de uma maneira única em um dado território.

O território é uma das bases da geografia política juntamente com a população e os recursos (RAFFESTIN, 1993). Logo, o território se mostra através das relações marcadas pelo poder por meio de um trabalho realizado no espaço geográfico, ou seja, depende da ação dos atores ali presentes. Assim, disputar o território é disputar também população e recursos.

Santos (2000), afirma que todo o espaço que é apropriado, usado, controlado, produzido, vivido por atores, através de relações de poder, é/se torna um território. Assim, o território é expressão das ações realizadas por diversos atores, constituindo uma espécie de mosaico onde são impressas de diferentes formas e intensidade os poderes. Um dos atores da cadeia da olivicultura gaúcha, já identificados por Rodrigues (2012) com governança ativa, o Governo do Estado, também foi caracterizado pelo Cadastro Olivícola (2017). De acordo com o documento técnico, o estado tem sido ativo nesta cultura através da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI) e outras instituições. Esse ator age diretamente no território efetivamente em relação à “olivicultura comercial gaúcha” desde 2005, quando financiou os primeiros pomares na Campanha, em Caçapava do Sul. Após, houve em 2008 a criação do Grupo Técnico da Olivicultura, que se constitui conforme a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (2017):

Por se tratar de cultura sem histórico comercial no estado, em 2008, a Secretaria da Agricultura criou o Grupo Técnico da Olivicultura. O grupo formado por extensionistas e pesquisadores passou a trabalhar na 'tradução' de tecnologias de outros países para as condições de clima e solos do RS. Desde então, pesquisas locais passaram a ser conduzidas por instituições como Fepagro (atual DDPA/SEAPI), UFRGS, UFSM, EMBRAPA, entre outras. (SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO, 2017).

Em 2012, iniciada a abertura oficial da colheita, foi criada a Câmara Setorial das Oliveiras. Esta reuniu subsídios junto aos integrantes da cadeia produtiva e em 2015 foi lançado o Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura (PRO-OLIVA). O Programa foi responsável por dar suporte legal para a criação do Cadastro Olivícola. Nota-se que ao longo dos anos o governo estadual se mostrou efetivo para que fosse elaborado um diagnóstico da cadeia, auxiliando em futuras políticas públicas para o setor.

Contudo, para Gomes *et al* (2017), em uma análise do ambiente encontrado pelos produtores, o papel do Governo do Estado, como um dos atores, ainda não é totalmente satisfatório sendo encontrados problemas de eficiência de pesquisas e resultados por parte das instituições oficiais, além de dificuldade de acesso ao crédito agrícola. Outra falha encontrada no papel do regulador federal é a dificuldade de importação de material vegetal, inexistência de defensivos próprios para a cultura, poucos viveiros credenciados e a fácil entrada de azeites fraudados provenientes, principalmente, da União Europeia.

Assim, os recursos são ou podem ser uma forma de poder, condicionando os atores a certas ações. Temos em formação um sistema que há 10 anos está em processo de se qualificar e progredir em suas diretrizes e produtividade, contudo, há um embate entre as diferentes forças de poderes e intensidade aplicadas pelos diferentes atores deste sistema produtivo. Para Raffestin (1993, p.251), “a utilidade de uma matéria, como elemento básico de um recurso, é função da estrutura técnico-econômica e das sucessivas conjunturas”. Pensar o território levando em conta suas escalas e seus atores é uma ação importante e, que reafirmou a sua relevância em diversos momentos na história.

Portanto, o território, a escala e os atores são fundamentais. No caso da escala do governo federal, foi criado dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira (2017), que por sua vez era coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável (DEPROS) submetido à Secretária de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo. Contudo esta foi extinta em 2019, passando as atribuições para outra secretaria do mesmo ministério, a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI/MAPA).

A intenção da criação da comissão era, de acordo com o MAPA (2017), ser um fórum de discussão dos atores facilitando a futura criação de diretrizes que protejam e sustentem a cadeia do produto brasileiro, como Indicações Geográficas e Denominação de origem. Além de tratar de outros assuntos pertinentes aos demais atores, estando em contato com secretarias como a de defesa, política agrícola, relações internacionais e instituto de meteorologia.

A escala mais abrangente que o MAPA trata atualmente em relação à olivicultura, quando comparado com programas estaduais, abarca aspectos amplos de cunho territorial nacional, muitas vezes excluindo aspectos culturais e físicos estaduais e locais, privilegiando políticas diretamente ligadas a uma estruturação da cadeia produtiva a nível nacional, com foco de diminuir as importações em relação ao azeite de oliva e azeitonas de mesa.

Assim, embora sem uma comissão exclusiva, o objetivo deste ator é pensar o processo desta nova cultura de forma que os espaços de produção interajam buscando o sucesso da produção. No caso dos olivais gaúchos, mineiros e paulistas (estados de

maior produção), se não houverem políticas públicas nacionais para a cadeia produtiva, dificilmente elas sobreviverão de forma isolada.

Ou seja, o território é onde estes atores e outros diversos interagem, contudo, o sucesso territorial não ocorre espontaneamente, mas depende da capacidade de articulação desses atores envolvidos. Para Dematteis (2005), esse processo de articulação constrói um processo de desenvolvimento sustentável baseado em sistemas locais articulados no território. Observa-se que nesse aspecto a atuação estatal pela promoção de políticas públicas e no estímulo ao engajamento dos atores não governamentais é fundamental para a estruturação do segmento.

As peculiaridades territoriais e a articulação dos atores para seu uso sustentável em busca de um desenvolvimento local tem sido uma alternativa em algumas regiões do Brasil (principalmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) com a olivicultura. Este cultivo típico das áreas mediterrâneas já passou por diversos momentos no Brasil, mas em nenhum momento anterior sabe-se de relatos que afirmassem a coesão entre os atores envolvidos nos processos de cultivo de oliveira. Dessa forma, não há confirmação de que em algum outro período o país houve uma quantidade relevante de olivais e olivicultores.

Com o apoio do Governo do Estado (PRO-OLIVA), da iniciativa privada, do Instituto Brasileiro da Olivicultura (IBRAOLIVA), da Câmara Setorial das Oliveiras, da Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Associação Rio-Grandense dos Olivicultores, empresas privadas e com a criação de fóruns de discussão e envolvimento de novos atores, essa dinâmica vem demonstrando seu potencial com base no crescente número de atores envolvidos, auxílio de agentes e reconhecimento da produtividade.

3. A olivicultura no Rio Grande do Sul e as peculiaridades do COREDE Campanha

A atividade da olivicultura tem se expandido por grande parte do território gaúcho. Dentre as regiões, as condições edafoclimáticas tem possibilitado que a região da Campanha seja uma das principais áreas a receber investimentos, tanto na plantação de novas lavouras quanto na industrialização. Associado a esse processo, observa-se um movimento dos atores regionais atrelados ao segmento para constituir a atividade de forma organizada.

Considerando esses aspectos, esse capítulo busca caracterizar a situação atual da olivicultura no Rio Grande do Sul e, também, caracterizar a região do COREDE Campanha, objeto desse estudo por se tratar de uma região protagonista na atividade e que concentra grande volume da produção e industrialização. Assim, busca-se caracterizar a região da Campanha, avaliar a introdução da olivicultura nesta região e analisar algumas repercussões territoriais frente ao cultivo de oliveiras. Procura-se estudar os aspectos e as relações dos fenômenos existentes e a forma com que estes manifestaram no território como o dinamismo local, as diversidades e como ocorre a competitividade em relação a outras regiões produtoras do estado.

3.1 Aspectos da olivicultura no Rio Grande do Sul: escalas e atores

De acordo com Quest-Ritson (2011), no período colonial, houve tentativa histórica de cultivos de olivais brasileiros, os quais foram interrompidos por representarem uma concorrência a um dos principais produtos da Coroa Portuguesa, o azeite. Em 1900 oliveiras foram trazidas para o Rio Grande do Sul por Açorianos e, plantadas em praças e ruas do estado, de acordo com Garcia (2015). Algumas destas oliveiras permanecem até hoje em alguns municípios, como pode ser visto em Bagé na figura a seguir.

Figura 2 – Oliveira histórica Praça em Bagé/RS



Fonte: a autora.

A oliveira bageese não apresenta consenso em sua data de plantio, contudo, com base na EMBRAPA (2013, p.10), entre os anos de 1938 e 1930 puderam ser observados olivais espalhados pelo estado. Em 1948 a Secretaria da Agricultura do estado criou o Serviço Oleícola tendo, então, seu primeiro papel como ator do setor com o objetivo de direcionar pesquisa e fomento. Contudo, com um cultivo sem base técnica e que promovia isenção do imposto territorial, resultou em olivais de baixa qualidade (Garcia, 2015).

Posteriormente, em 2005, houve o primeiro financiamento por parte da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento (SEAPDR) para um grupo de produtores de Caçapava do Sul totalizando 6 hectares, assim, a partir de então o plantio veio crescendo (FEPAGRO, 2016). Paralelamente, no mesmo ano de 2005, a região do COREDE Campanha e Fronteira Oeste por meio do MAPA, do Governo Italiano (UMBRIA) e das prefeituras de Bagé, Aceguá, Candiota, Hulha Negra, Caçapava do

Sul e Santana do Livramento, iniciaram uma cooperação denominada Brasil Próximo. O objetivo era obter aprendizado para o desenvolvimento integrado do território, diversificar as produções locais e inserir os produtores no mercado, com base em 4 pilares: cooperação, desenvolvimento local, economia da cultura e políticas públicas (Gomes, 2018, p.55). Nesse período, 5 bolsas de estudos foram oferecidas para engenheiros agrônomos.

Convém assinalar que iniciativas anteriores já haviam sido tomadas com o algum protagonismo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, muitas delas em parceria com atores locais. Como exemplo, tivemos em 2001, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Regiões Menos Desenvolvidas do Estado, que já articulava ações tendo como perspectiva de desenvolvimento para a Campanha e Fronteira Oeste. Entretanto, a Política, desenvolvida em parceria com os COREDES, priorizava a vitivinicultura e a constituição de um polo cerâmico como alternativa para o desenvolvimento das regiões (CARGNIN, 2014, p.160).

Além dos atores globais (Governo Italiano), nacional (MAPA), prefeituras (local/regional) outro ator global se envolveu, o Conselho Oleícola Internacional (COI). Posteriormente o papel do COI será melhor descrito e suas funções e ações conjuntas com outros atores destacadas. No Projeto Brasil Próximo, o COI participou por meio desses cursos oleícolas como o *Master Internacional em Olivicultura e Elaiotecnica* entre os anos de 2011/2012. Assim, logo que os engenheiros retornaram as suas regiões puderam aplicar as técnicas para fomentar a produção local.

O ano de 2005 foi marcante para a olivicultura da região do COREDE Campanha. Além desses projetos iniciados, foi inaugurada a Associação dos Olivicultores do Sul (AOC) com a finalidade de estimular o desenvolvimento da olivicultura. Atualmente, o site da AOC é redirecionado para a Associação dos Olivicultores do Sul do Brasil (OLISUL), e houve extinção da primeira associação e criação da segunda. Com base no site, “quem somos”, (2019), há referência ainda da criação da Associação dos Olivicultores do Sul (2019):

Em abril de 2005 com a finalidade de estimular o desenvolvimento organizacional da cultura de oliveira vários produtores de diversos seguimentos, como fruticultores, piscicultores, pecuaristas, médicos, agricultores, comerciantes, professores, empresários, profissionais liberais e outros membros da comunidade que já se encontravam articulados e trabalhando com o apoio da Agência de Desenvolvimento através de parceria com a Administração Municipal, após alguns encontros começaram a trocar

ideias, compartilhem problemas e visualizar soluções conjuntas, representando a criação de uma lógica de compromissos em comum, numa perspectiva de continuidade de trabalho, e foi criada em 15 de julho de 2005 a Associação de Olivicultores de Caçapava do Sul - AOC. (AOC, 2019).

Em 2006, de acordo com Wrege *et al* (2009, apud Dominguet, 2016, p.19) foi realizado um estudo de viabilidade do cultivo comercial da oliveira no estado tendo como atores envolvidos: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Clima Temperado), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), EMBRAPA Semi-árido, INIA (Uruguai), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER-RS), Câmara do Comércio Portuguesa no Brasil, Agromillora Produção e Comércio de Mudas Vegetais Ltda (Espanha). Assim, estes atores realizaram ações de pesquisa, divulgação, fomento e viabilidade da olivicultura no estado, ao longo desse período. A EMATER/Ascar e a EMBRAPA, buscaram atuar fortemente para capacitar técnicos para atender o cenário encontrado por produtores no Rio Grande do Sul.

De acordo com o SEBRAE-RS (2017), os produtores, um dos atores bases desse cultivo, exerceram pressão por informações técnicas. Essa ação levou a SEAPDR a criar, em 2008, o Grupo Técnico – Pesquisa e extensão com atores também fundamentais para a produção: técnicos e pesquisadores.

Em escala estadual, em 2008, foi criada a ARGOS (Associação Rio-Grandense de Olivicultores) em Ijuí. O alcance previsto pela associação seria inicialmente o Rio Grande do Sul e posteriormente podendo atingir outros estados. As atividades propostas pela ARGOS tendem a envolver diversos atores da cadeia produtiva (setor público, olivicultores, técnicos). Como finalidades o site da ARGOS (2009) mais relacionada com o desenvolvimento regional é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Finalidades ARGOS

n°	Finalidade
I	Congregar os plantadores e outros profissionais envolvidos com as “oliveiras” no estado do Rio Grande do Sul e, posteriormente, os demais plantadores de toda Região Sul do Brasil, que porventura venham associar-se à ARGOS, com o objetivo de desenvolverem a cultura ou divulgá-la em todas as suas formas.

II	Promover a integração de todos em volta da cultura da oliveira , através de estudos, plantio, publicidade, consumo, etc, consolidando e estabelecendo apoio recíproco para alcançar os objetivos da entidade.
III	Ajudar, com a implementação da olivicultura, no desenvolvimento social e econômico do Estado do Rio Grande do Sul e de toda Região Sul do Brasil.
V	Orientar os associados na obtenção de assistência técnica para o acompanhamento e o desenvolvimento da cultura, também nos estudos e na divulgação.
VI	Realizar programações visando à divulgação da cultura dentro do Rio Grande do Sul e de toda Região Sul do Brasil, para isto não medirá esforços, no sentido de trazer técnicos e outras autoridades no assunto de dentro e fora do país, mediante convênios ou outros procedimentos
VII	Estabelecer no futuro, com a concordância do poder público , uma data que fará parte do calendário oficial do Rio Grande do Sul e da Região Sul do Brasil, para a “Festa da Oliveira”.
VIII	Representar os associados perante os poderes públicos , visando à obtenção de apoio para a implantação, divulgação e concretização da cultura.
XII	Representar os associados perante qualquer Órgão, quer seja Municipal, Estadual ou Federal, em defesa dos interesses dos mesmos .

Fonte: ARGOS (2009). Elaboração: a autora.

Em 2009 a EMBRAPA, como outro ator que promove o desenvolvimento da olivicultura, realizou o primeiro Zoneamento Agroclimático, mencionando e indicando quais regiões eram mais aptas e as menos aptas para o cultivo. O objetivo era dar suporte técnico aos produtores e demais profissionais envolvidos na cultura da oliveira no Rio Grande do Sul. De acordo com a EMBRAPA:

Aspectos relacionados ao clima, tais como: temperatura (mínima, média e máxima), pluviometria, umidade relativa do ar e ocorrência de geadas, são determinantes na escolha das regiões com maior aptidão à cultura da oliveira, uma vez que influenciam diretamente no florescimento, polinização, fixação dos frutos (*fruit set*), época de maturação dos frutos e na qualidade da azeitona de mesa e do azeite. (EMBRAPA, p.5, 2009)

Em 2012 foi possível observar uma articulação de atores em prol da olivicultura gaúcha, mais especificamente de Caçapava do Sul. Para fomentar a produção nesse município a União das Associações Rurais (UAR), Associação de Olivicultores de Caçapava do Sul (OAC, atual OLISUL), Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar (COFASUL) e Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, se uniram para pleitear um financiamento proveniente do Fundo Estadual de Apoio do

Desenvolvimento de Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). O recurso em pauta seria destinado à construção de uma indústria extratora para a região que já contava com olivais, mas com recursos muito insipientes na área técnica e tecnológica da produção. Por indicativos, podemos concluir que o recurso foi utilizado para auxiliar na construção da agroindústria que supre parte da região, inaugurada em 2013.

Dentro do Programa Brasil Próximo foi desenvolvido o Projeto Olivais do Pampa, sendo, em 2013, formado por 11 municípios da Metade Sul. O Engajamento de atores como MAPA, Governo Italiano, prefeituras da região, olivicultores e outros agentes do poder público e privado foi essencial para a formalização e desenvolvimento do projeto. Podemos observar parte dos recursos e ações descritas pela SEAPDR (2013):

Na primeira fase do projeto, orçada em R\$ 350 mil, entre outras ações, foram implantadas 12 unidades demonstrativas, cada uma com 1 hectare, realizados intercâmbios e treinamentos. Ainda durante a visita da técnica italiana, foram entregues três máquinas para a colheita da oliva. Agora, os municípios vão lutar para obter recursos da ordem de R\$ 600 mil, para construir um lagar que atenda a produção daquela região, com capacidade de processamento de 500 kg/hora. (SEAPDR, 2013),

Em 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Assembleia Legislativa, decretou a criação da Câmara Setorial da Olivicultura (Decreto nº 49.945 de 11/12/2012), sob comando da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado, para definir políticas públicas e diretrizes pra cadeia produtiva das oliveiras. Com as responsabilidades somadas pela Secretaria através da Câmara Setorial da Olivicultura, em 2015, foi criado, por meio do decreto 52.479 de 29/07/2015, o Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura (PRO-OLIVA), como uma das ações desse ator estadual, visando aumentar a cooperação e ações entre instituições estaduais, federais, municipais e iniciativa privada na época já tendo como apoiadores EMATER, MAPA, EMBRAPA e prefeituras.

De acordo com Jorge e Costa (2018), o PRO-OLIVA possui seis linhas básicas: defesa sanitária, produção de mudas de qualidade, aumento da produção e da produtividade, assistência técnica/pesquisa, industrialização e acesso ao crédito. Os objetivos das linhas de financiamento instituídos foram (CAMARA SETORIAL DAS OLIVEIRAS,2015):

1. Contar com instituições bancárias para fomento da produção e industrialização.
2. Assegurar a parceria com bancos para o crédito a expansão de olivais e agroindústrias.
3. Adequar condições de financiamento ao cultivo de oliveiras.
4. Crédito rural atrelado à assistência técnica e recomendações da pesquisa para a cultura.

Na ocasião do lançamento do programa, R\$ 10 milhões foram disponibilizados para crédito via Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e BADESUL Desenvolvimento - Agência de Fomento/RS (BADESUL), com o objetivo de instalação e expansão de novos olivais e agroindústrias. Além disto, foi anunciado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2015) que novas linhas de crédito seriam disponibilizadas em breve pelo Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco do Brasil.

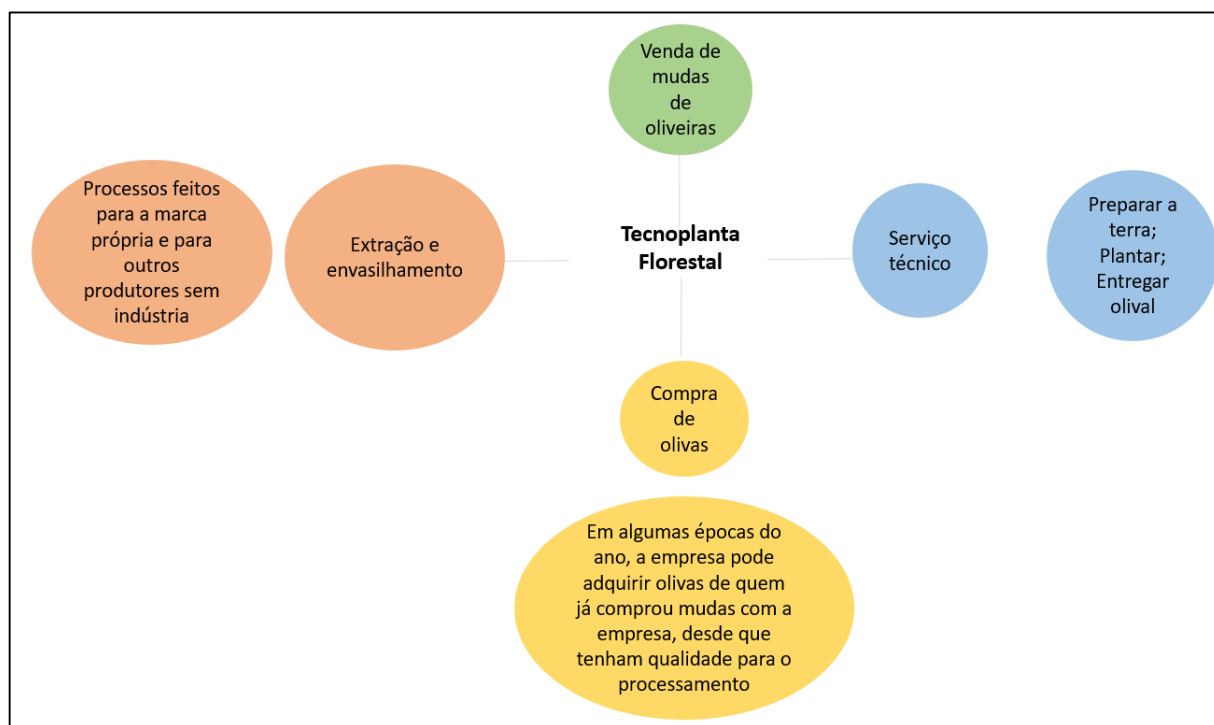
No mesmo ano, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária realizou outro estudo a nível regional com a EMBRAPA Clima Temperado, o Zoneamento Edafoclimático da Olivicultura para o Rio Grande do Sul, um estudo de solo e clima. O trabalho é um aprofundamento do realizado em 2009 e em 2019 ainda é utilizado como balizador de áreas aptas aos olivais.

No ano de 2013 a Tecnoplanta Florestal com sede em Barra do Ribeiro, até então produtora de mudas florestais, apostou nas oliveiras como um mercado a ser explorado. Situada em Barra do Ribeiro a empresa em 2011 completava 20 anos de operação e 400 funcionários (TECNOPLANTA, 2011). De acordo com Caye (2018), a empresa iniciou suas atividades no ano de 1990, baseada na terceirização da indústria de celulose, contudo, em 2008 passou por uma crise e precisou diversificar suas atividades. Em 2011 a Tecnoplanta Florestal iniciou suas atividades na olivicultura com 45 hectares e, após dois anos, inaugurou em Caçapava do Sul uma indústria para produção de azeite de oliva e sua marca própria.

Além de venda de mudas de oliveiras, marca própria de azeite de oliva e indústria extratora de azeite, a empresa, que vislumbrava fazer parte de toda a cadeia produtiva, também se encaixava no mercado de forma a contribuir com a instalação e assistência técnica dos olivais e geração de fluxo de compra-venda de olivas: vende as

mudas e compra as azeitonas em alguns casos, como retratado por Sanches (2016) e por Caye (2018), conforme figura abaixo.

Figura 4 –Tecnoplanta: algumas das etapas olivícolas



FONTE: CAYE (2018), SANCHES (2016). Elaboração: a autora.

Duas das etapas mais complexas e que beneficiam a região são: compra de olivas e extração e envasilhamento. A primeira ocorre de forma que o produtor adquire mudas diretamente da empresa, planta e realiza todo o ciclo dentro de sua propriedade e na época da colheita tem a opção de vender os frutos para a Tecnoplanta/Tecnolivas. A empresa desenvolve processos que privilegiam a qualidade do azeite, adquirindo somente frutos que estejam em boas condições para o processamento e para um azeite sem defeitos. Já a segunda, auxilia os produtores que vem de outras culturas agrícolas para a olivicultura e a tratam como um complemento da renda ou uma diversificação e ainda não querem investir em sua produção ou ainda os produtores que não possuem condições financeiras para a instalação de um lagar (local onde se processa o azeite). Os produtores plantam, colhem e realizam o processamento e envaze na empresa. Estas são questões de cunho regional, pois a azeitona é uma fruta muito frágil que

necessita que seu beneficiamento seja realizado o mais rápido possível após a colheita para evitar problemas como a oxidação, gerando um azeite de qualidade inferior.

Em 2016, de acordo com o SEBRAE RS (2017), a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), SENAR/RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e o próprio SEBRAE/RS, parte do Sistema S⁶, incluíram a olivicultura no Programa Juntos para Competir, com presença na 39ª Expointer. No ano seguinte, representantes da EMATER/RS-ASCAR, SEAPI, FARSUL, SENAR/RS e SEBRAE/RS, afim de fazer parcerias, buscar conhecimento para a olivicultura por meio dos atores que atuam em escala estadual, juntamente com produtores rurais (em escala local/regional) e empreendedores provenientes de diversas escalas, realizaram uma viagem técnica para o Uruguai, como afirma Kessler (2017):

Escolhemos o Uruguai porque é um país que tem condições de solo, clima e relevo próximas às nossas, principalmente na metade Sul do Estado, e que serve como referência para a olivicultura gaúcha. (KESLER, 2017)

Dentro desse Programa Juntos para Competir, a integração entre os atores se mostrou importante para o desenvolvimento de planejamentos de treinamentos com produtores e com empresários e para incluir outra escala no processo, a global. O estudo contou com a presença da Associação Olivícola Uruguaia (ASOLUR), visando absorver conhecimentos técnicos e tácitos que pudessem ser aplicados em solo gaúcho.

Para estimular e auxiliar a área técnica, em 2016, iniciou-se a Fundação Oliveiras do Brasil tendo como projetos assistência técnica e gestão de olivais, certificação de azeites, elaboração de projetos, lançamento de projetos (2019). Como missão a fundação apresenta “Ensinar produtor a produzir azeitonas e extrair azeite de qualidade. Tornar o Brasil referência na produção de azeite e azeitonas de mesa. Disseminar conhecimento e tecnologia em olivicultura no Brasil.” As instituições têm a preocupação de auxiliar na parte técnica olivícola, ponto que é uma demanda dos

⁶ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). AGÊNCIA SENADO (2019)

produtores por estarem apostando nesse cultivo como uma alternativa de sucesso no país.

Em nível nacional, em 2017, através da Câmara Setorial das Oliveiras juntamente com outros atores da cadeia, como os produtores, foi criado o Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA), com o objetivo de diagnosticar a situação da cadeia e auxiliar políticas públicas olivícolas (LIPP *et al* , 2018, p.30). O IBRAOLIVA atua em escala nacional principalmente nas regiões produtoras do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, embora existam outras regiões emergentes nessa produção, como Santa Catarina. A competitividade e cooperação é uma das premissas da existência do instituto conforme o próprio IBRAOLIVA (2019),

O IBRAOLIVA foi criado para juntarmos forças na busca pela competitividade da olivicultura brasileira.

O nosso objetivo é viabilizar a cultura da oliveira no Brasil, através do uso das tecnologias existentes e das melhores práticas adaptadas às nossas condições de solo e clima, que consiga produções crescentes com a qualidade já obtidas até então; e se aliando às condições justas de mercado para obter a lucratividade necessária para o sucesso econômico e social dos empreendimentos oleícolas.

Pretendemos atingir este objetivo com ações que permitam aos associados terem acesso às informações necessárias, seja através da troca de experiências, palestras e treinamentos, além de convênios e parcerias com instituições de pesquisa, assistência técnica, fabricantes de produtos e equipamentos necessários, e ainda intercâmbio com outras entidades nacionais e internacionais. (IBRAOLIVA, 2019)

Como missão o IBRAOLIVA apresenta a troca de experiência entre os membros, que são da escala nacional, fato esse que agrega mais conhecimento, buscando gerar força competitiva ao setor e aos territórios em que estão instalados produtores, indústrias e empresas de suprimentos agrícolas. Atores do setor público como o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da SEAPDR, apoiam as ações do IBRAOLIVA “visando o desenvolvimento e consolidação da cadeia olivícola no Rio Grande do Sul.” (Disponível em IBRAOLIVA/CONVÊNIOS). O SEBRAE RS também está envolvido desde 2018 na forma de convênio, “para desenvolver a cadeia produtiva da olivicultura” juntamente com o SENAC-RS e o IBRAOLIVA (Disponível em IBRAOLIVA/CONVÊNIOS).

Atualmente, além dessas relações com a cadeia produtiva nacional, o IBRAOLIVA está disposto a buscar experiências com um dos maiores olivicultores mundiais, a Itália. De acordo com o próprio Instituto (2019) “IBRAOLIVA participa de

reunião visando a troca de experiências e tecnologias com Cluster italiano”. Um trabalho em conjunto entre IBRAOLIVA, Clust-ER Agrifood de Emilia-Romagna, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) e a Secretaria de Inovação, devem auxiliar a alavancar os conhecimentos gaúchos. Esses não podem ser simplesmente reproduzidos de um espaço geográfico totalmente diferente, mas podem servir de referência na solução de alguns dos problemas enfrentados pelos membros dessa produção no Rio Grande do Sul, como também compreende o presidente do IBRAOLIVA

Paulo Marchioretto (2019): “os acordos técnicos de cooperação podem auxiliar no crescimento e desenvolvimento da olivicultura, tanto em nível de Rio Grande do Sul quanto no restante do Brasil”. Assim, esses atores elencados fazem parte do que Dematteis e Governa (2005, p.28) apresentam como capazes de protagonizar um esforço para a criação de uma “atmosfera” favorável para o desenvolvimento.

Com as cooperações, em momentos próximos outras escalas e outros atores obtiveram mais força para acrescentar ações importantes para o setor. Novamente em escala nacional, em 2017, foi criada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento a Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira, visando “fortalecer a olivicultura brasileira nos aspectos sociais, ambientais e tecnológicos” (MAPA, 2017), que recentemente foi extinta. De acordo com Schwanke (2019)⁷, “existiam muitos conselhos, comissões e colegiados que eram criados a qualquer tempo e que amarravam muitos processos”, assim, atualmente o IBRAOLIVA e o MAPA assumem as atividades previstas e propostas pela extinta comissão.

Além disso, o Brasil, mais especialmente, o Rio Grande do Sul vem ao longo da última década promovendo um processo gradual de consolidação do seu sistema olivícola e, tem apresentando o seu produto final nos supermercados. Para o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2019, p.7) “Com isso, o Brasil, já tão referencial em dezenas de cadeias do agronegócio, torna-se terra também do azeite de oliva.” As instituições de ensino, como já exposto, atuam em nichos de pesquisa a serem preenchidos na olivicultura para auxiliar nesse crescimento de produção e produtividade.

Atuando com a ARGOS, atualmente uma das parceiras para disseminação de conhecimento olivícola é a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio

⁷ Entrevista com Schwanke, F. (MAPA, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo, 2019)

Grande do Sul (UNIJUÍ), que se envolve com a realização de palestras técnico-científicas. Além disso, o Departamento de Estudos Agrários (DEAG), firmou convênio com a associação em 2018 com o objetivo de desenvolver estudos envolvendo a produção local/regional e a nacional (UNIJUÍ, 2017).

No ano de 2019 foi inaugurada uma agroindústria na região do COREDE Campanha, resultante de pesquisas como zoneamento da EMBRAPA (2013) e programa Brasil Próximo/Olivais do Pampa. Localizada em Bagé, com 9 sócios e uma marca própria de azeites, a agroindústria foi concretizada por projetos e estudos anteriores como o zoneamento edafoclimático da EMBRAPA e as visitas técnicas a Itália. “A intenção dos sócios é utilizar o espaço para o desenvolvimento de um roteiro turístico com visita na indústria, além de criar um espaço e agenda para eventos gastronômicos afim de educar o consumidor” (JORNAL MINUANO, 2019).

A indústria extratora, que se formou por uma sociedade, tem a premissa de que os sócios necessitam ser olivicultores também. Nesse contexto, atores que trabalham no setor público e privado se agregam, o que tende a garantir decisões mais focadas e certeiras para a região. Como exemplo, temos a administradora da empresa e marca de azeite, a qual também produz olivas, e o responsável técnico da agroindústria e engenheiro agrônomo da prefeitura de Bagé, que fazem parte do quadro de sócios. Assim, a cooperação nas atividades e decisões são feitas por quem realmente vive o dia a dia da produção, enfrenta as dificuldades e sabe melhor o que a produção necessita para se desenvolver e alavancar a região, conforme Jornal Minuano (2019),

O atual empreendimento revela, é claro, um novo nicho para investimentos que resultem no desenvolvimento local, de forma prática. Tal entendimento, aliás, é compartilhado pela reitora da URCAMP, Lia Maria Herzer Quintana, que também responde pela presidência do Conselho Regional de Desenvolvimento da Campanha (COREDE Campanha). "Enquanto reitora de uma instituição que atua há 60 anos comprometida com o desenvolvimento regional, sinto que a agroindústria Azeites do Pampa só vem a contribuir neste processo de evolução que buscamos, seja desmistificando a matriz produtiva, o que é importante, já que abre novas possibilidades, como criando um ecossistema ideal para o fortalecimento e o desenvolvimento da nossa região", avalia ao elogiar os empreendedores. (JORNAL MINUANO, 2019)

Para DRUMM et al (2018), atuar como reitora no Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP) e como presidente do COREDE Campanha permite formular diversas articulações regionais visando o desenvolvimento, inclusive agrega força para que outros atores se envolvam, como é o caso da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Ministério da Educação com os Centros de Desenvolvimento Regional

(CDR)⁸. O projeto tem como objetivo principal estimular as instituições de ensino e pesquisa a olhar para suas regiões e auxiliarem com atividades locais relevantes (DRUMM *et al*, 2018, p.31).

Assim como estudos técnicos estimularam a instalação da agroindústria extratora de azeite na região, o CRD pode contribuir com outras pesquisas integrando esses atores e demais envolvidos na cadeia produtiva do azeite de oliva da região. Atualmente, por essas universidades e outras que atuam na região do COREDE Campanha e no estado, já são desenvolvidos trabalhos diretamente ligados a olivicultura como no quadro a seguir,

⁸ O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), em parceria com a URCAMP - Universidade da Região da Campanha, o COREDE Campanha e outras instituições, promovem o Centro de Desenvolvimento Regional - CDR, Piloto de Bagé/RS. Assim, Bagé faz parte de um projeto piloto desenvolvido pelo CGEE para o MEC voltado à concepção de um programa de implantação de Centros de Desenvolvimento Regional em universidades e instituições de Ciência e Tecnologia do País. No total há apenas quatro pilotos de centros instalados em todo o país. O MEC tem por objetivo implantar esses centros com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Bagé foi contemplada para desenvolver essa missão a partir de um trabalho conjunto entre as universidades e comunidade. Voltado à concepção de um Programa Nacional de Apoio à Implantação de Centros de Desenvolvimento Regional em Universidades e ICT no Brasil, o MEC promove eventos no intuito de articular os atores regionais em torno do apoio ao desenvolvimento da região e definir um conjunto de projetos prioritários para guiar as ações do CDR. (URCAMP, 2019)

Quadro 3 – Atuação das universidades e instituições de ensino

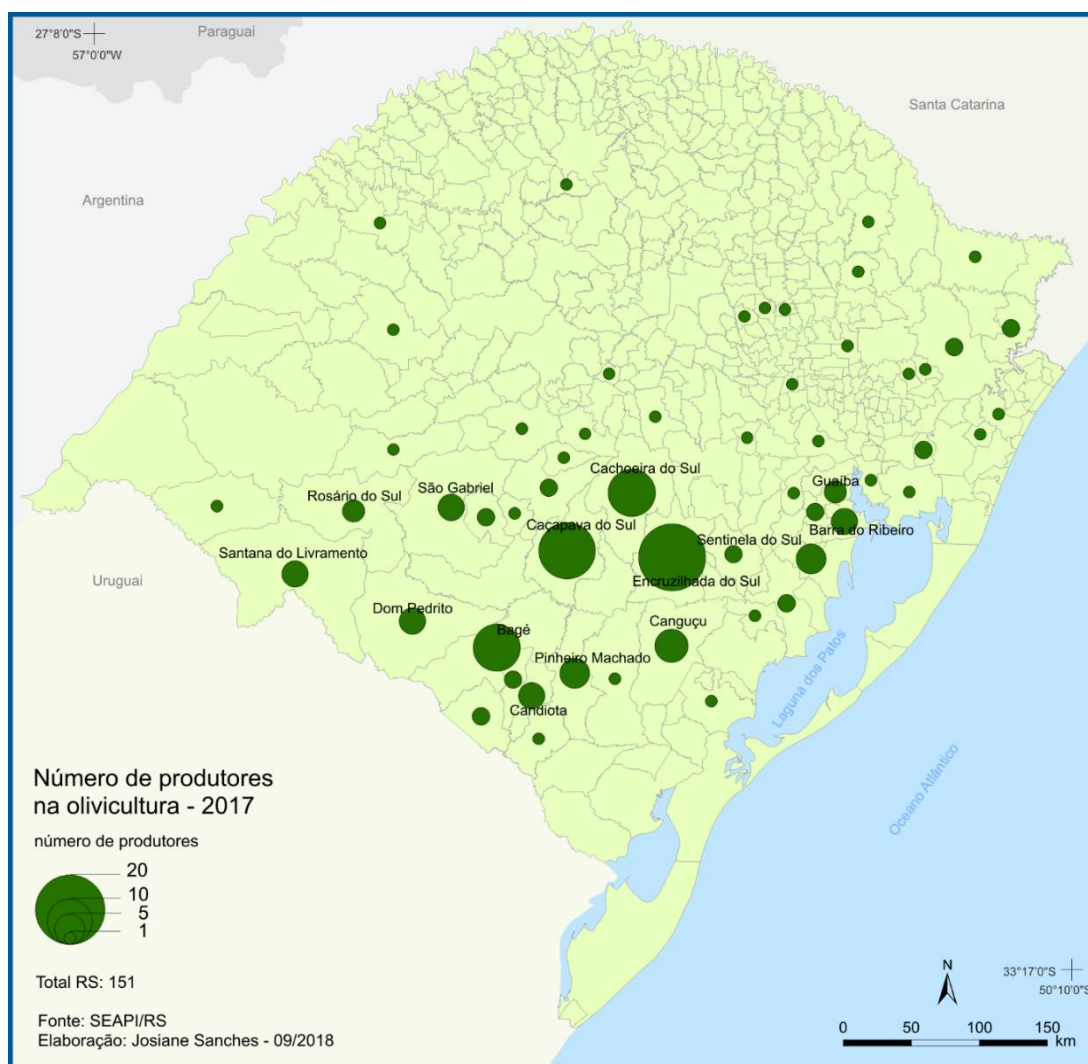
PESQUISA	UNIVERSIDADE DE ORIGEM DA PESQUISA	IMPORTÂNCIA ESTADUAL E REGIONAL
Avaliação da metodologia de extração de óleo residual do bagaço de oliva (SABREDA <i>et al</i> , 2017).	UNIPAMPA	Subprodutos; rentabilidade para os produtores com resíduos; direcionamento técnico e tecnológico
O desenvolvimento da olivicultura no Rio Grande do Sul: potencialidades e desafios (SAUERESSIG, D., 2018)	UFRGS	Identificação de pontos que podem auxiliar em políticas públicas para a produção olivícola gaúcha como: conscientizar o consumidor, capacitação de mão de obra, maior conhecimento técnico.
O desenvolvimento de um sistema setorial de inovação: a produção de azeite de oliva no Rio Grande do Sul (CAYE, A. 2018)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Sistema Setorial de Inovação em desenvolvimento e sendo potencial para o agronegócio gaúcho.
Produção de Oliveiras e diversificação produtiva: uma abordagem sobre o potencial estratégico para o desenvolvimento territorial (GOMES, L. S., 2018)	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Destaque para necessidades como aprimorar a troca de conhecimento da cultura e auxílio ao produtor, para poder resultar em desenvolvimento de algumas regiões.
Avaliação da utilização de farinha de folhas de oliveira, na substituição parcial de farinha de trigo, para elaboração de massa fresca e pão-de-ló (LELING <i>et al</i> , 2016)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Subprodutos para produtores de um resíduo resultante da poda recomendada, gerando um possível aumento da renda.

Fonte: SABREDA *et al* (2017); SAUERESSIG, D. (2018); CAYE, A. (2018); GOMES, L. S. (2018);

LELING *et al* (2016); Elaboração: a autora.

O Rio Grande do Sul possui aptidão para produção de olivais em 8 milhões de hectares, representando 31% da área total do estado, de acordo com o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2018). Além disto, o mesmo documento apresentado no ano de 2019 mostra que, desde o projeto teste implantado em Caçapava do Sul em 2005, passou-se de 80 hectares para 4,5 mil hectares de olivais no Estado em 2019. Também é afirmado que os olivais já fazem parte da paisagem da Metade Sul, área em que há a maior concentração de olivais gaúchos e o número de produtores é expressivo, conforme Mapa 2.

Mapa 2 – Número de produtores na olivicultura -2017



Fonte: SEAPI (2018). Elaboração a autora.

Entretanto, com todos esses avanços, a olivicultura no Brasil ainda é tratada como um tema novo, visto que sua produção efetiva e de forma comercial iniciou há cerca de 10 anos. Assim, sua introdução no Estado do Rio Grande do Sul, tem gerado inquietações em um duplo aspecto.

Pelo lado da produção, os conhecimentos ainda são muito recentes, ligados ao que é aprendido na prática pelos atores envolvidos em todas as etapas de produção, ou ainda o que é trazido de outras regiões produtoras e testado aqui. Contudo, até recentemente estávamos cultivando uma espécie típica de clima mediterrâneo. O conhecimento técnico e científico está sendo formado simultaneamente aos cultivares, o que torna esta produção e seus resultados inovadores.

Um segundo aspecto importante é o das repercussões territoriais e transformações socioespaciais que esse cultivo vem gerando nos territórios. É fundamental que se conheça a capacidade da atividade em gerar densidade territorial, agregando novos atores e atuando como um elemento capaz de gerar desenvolvimento regional. Além disso, é importante compreender como os diferentes atores enquadram-se nesse processo.

As produções acadêmicas neste tema são em parte formadas pelo que já foi testado ao longo do tempo, que se constitui em uma espécie de cartilha para o cultivo, mas também acabam sendo produto do que ainda está se aprendendo no dia a dia e, relevantes para formatar projetos de lei, diretrizes e firmar acordos. Fruto de estudos e conhecimento técnico, há uma decisão que está em andamento no país com maior representatividade do MAPA e outros países como europeus e demais latino-americanos (Argentina, Paraguai e Uruguai) é o Acordo Mercosul-União Europeia.

A promessa desse acordo é a eliminação de taxaço para exportações entre os países membros, como para frutas, óleos vegetais, café solúvel, peixes, suco de laranja. Espera-se aumento de vendas, facilidades comerciais e ganhos para ambos os lados (MAPA, 2019). Assim, azeite de oliva é um produto de valor internacional, portanto, para uma pesquisa mais completa não basta focar apenas no local ou regional, mas outras escalas são fundamentais em alguns momentos, como a global.

A escala global aparece interferindo diretamente nas produções gaúchas, visto que é de conhecimento público o interesse de grandes marcas produtoras de azeite importado pelas terras indicadas para a plantação no Rio Grande do Sul. Além disso, atores como o Gruppo Pieralisi que, de acordo com Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (2017), veio da Itália para o Brasil em 1995, organizado por meio de representações para trazer maquinários de outros produtos alimentícios (decanter para leite e sucos) com presença na Serra Gaúcha, identificou o nicho de mercado da olivicultura e se instalou definitivamente em São Paulo (2012) com a Pieralisi Brasil Ltda. A empresa tem desenvolvido maquinários para a olivicultura, auxiliando os produtores ao longo de todo o processo de produção do azeite de oliva extra virgem.

Assim, com a produção de azeite em emergência no país, podemos destacar outro ator, sendo esse o que rege grande parte da produção olivícola mundial, o

Conselho Oleícola Internacional (COI). O Conselho é subordinado à Organização das Nações Unidas (ONU) e tem como funções: organizar, regular, difundir informações, realizar pesquisas em diversas áreas envolvendo a produção e consumo de azeitonas e subprodutos e, principalmente, gerir o Convênio Internacional do Azeite de Oliva. Portanto, é um ator com ampla atuação e presente em todos os países produtores de alguma forma e com abrangência multiescalar, conforme o documento de boas-vindas do COI (2019),

O Conselho Internacional do Azeite é a única organização intergovernamental do mundo a reunir as partes interessadas na produção e consumo de azeite e de azeitona de mesa. Isso o coloca em uma posição única como um fórum de discussão autorizada sobre questões de interesse da indústria da azeitona. (COI, 2019).

Nem todos os países são signatários do Conselho Oleícola Internacional, contudo, é tendência se tornar membro com o aumento da área plantada e da produção. O Brasil não pertence ao COI e uma das desvantagens é não receber uma linha de formação técnica olivícola, o que poderia auxiliar no avanço das pesquisas e produção de forma mais rápida (ANUÁRIO BRASILEIRO DAS OLIVEIRAS, 2019, p.11).

Embora o Brasil ainda não seja signatário do COI, segue-se em território nacional as diretrizes do Programa de Controle e Pureza dos Azeites, por meio da Associação Brasileira de Produtores, Importadores e Comerciantes de Azeite de Oliveira (OLIVA), a qual é filiada ao COI e atua em escala nacional. A OLIVA atua em conjunto com os consumidores e produtores, de forma a divulgar e preservar a imagem do azeite, implementar programas com empresas que produzem e comercializam esse produto no país e, com o setor público, implementar ações em relação as falsificações e fraudes do produto. De acordo com a OLIVA (2019):

A Associação OLIVA segue padrões e diretrizes de excelência e qualidade ao ser filiada ao Conselho Oleícola Internacional - COI, além de aplicar essas orientações no Programa de Controle da Pureza dos Azeites. Através de atividades e palestras destinadas a ampliação e divulgação do conhecimento da cultura do azeite, bem como o monitoramento dos produtos comercializados no país, visamos a preservação e a autenticidade deste alimento tão rico. (OLIVA, 2019)

Os dados disponíveis no site institucional da Associação (2019) mostram que esta foi criada em 2001, em âmbito nacional e sem fins lucrativos para “congregarmos produtores, importadores, distribuidores, comerciantes e entidades interessadas no desenvolvimento neste nicho no Brasil.” (OLIVA, 2019). Desta forma, podemos

perceber a relação, coesão, cooperação que se tenta criar dentro do setor e que são ações provenientes de diversas escalas e que interagem com tantas outras importantes para a produção, comercialização e consumo.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) atua fortemente para a olivicultura brasileira em escala nacional e, no caso de Minas Gerais, em escalas estadual e regional. De acordo com a EMBRAPA (2018), a EPAMIG realizou a primeira extração de azeite de oliva extra virgem no Brasil em 2008. Já em 2012 lançou o livro **Oliveira no Brasil Tecnologias de Produção** apresentando aspectos únicos de cultivos para o território nacional. Outra forma de atuação da EPAMIG que reflete de forma mais direta na produção gaúcha é através do Banco de Germoplasma de Oliveiras, para preservar e pesquisar o material genético.

O consumo de azeite de oliva no país é um dos fatores decisivos para a continuação da produção, sendo o mercado brasileiro um dos maiores consumidores e o Brasil um dos maiores importadores de azeite do mundo. Para Rodrigues (2016), a atual busca da sociedade por uma dieta saudável, tipicamente baseada em alimentos mediterrâneos, é um dos impulsionadores desse cultivo pelo mundo, mesmo em regiões não vistas como tradicionais. De acordo com o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2019):

Apenas 1% do azeite de oliva consumido no Brasil é produzido em âmbito nacional. Este “por ora” leva em conta o fato de que, a tomar por base a crescente predileção dos brasileiros por esse item, e a expansão dos olivais nas principais regiões de cultivo no País, muito em breve a participação dos produtos nacionais tende a aumentar no comércio. (ANUÁRIO BRASILEIRO DAS OLIVEIRAS, 2019, p.6)

Atualmente, há muito desconhecimento dos consumidores em relação aos atributos sensoriais de um azeite de oliva extra virgem. Este é um desafio que acompanha os produtores. Para tal, visando assegurar o aumento da produção, valorização do produto e segurança alimentar ao consumidor, o Ministério da Agricultura realiza a Operação Isis, desde 2014, com o objetivo de identificar possíveis fraudes em azeites vendidos como extra virgem (MAPA, 2018). O órgão desempenha um papel inerente frente a uma de suas funções, a regulação e controle do setor. O MAPA auxilia também na parte de divulgação de produções com qualidade. Em 2019 ocorreu em Bagé o SUDOLIVA (3º Concurso Sul-Americano de Azeites de Oliva), concretizado por diversos atores: Prefeitura de Bagé (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural-SDR), UFCSPA, Instituto Federal Rio-grandense (IFSul),

UNIPAMPA, Universidade Ideau, URCAMP, EMATER, EMBRAPA e revista Azeites e Olivais (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2019).

Além disso, visando auxiliar a segurança alimentar da população há o Centro de Tecnologia e Certificação de Azeite- Pró Azeite, que tem como missão, “analisar e certificar azeites de oliva extra virgens e virgens, nacionais e importados seguindo as normas do MAPA e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (PRO AZEITE, 2019). A atuação desse Centro é outro meio de garantir ao consumidor um azeite de qualidade, que seja idôneo desde a certificação de mudas até as gôndolas dos supermercados.

A maior parte das comercializações dos azeites gaúchos é feita diretamente com o produtor, em empórios especializados em azeites, vinhos e outros produtos *gourmet* (comerciantes locais) e feiras. Porém, já se sabe da disposição de grandes redes de supermercados em comprar grandes quantidades de azeite de produtores locais.

Atualmente, há um azeite de oliva extra virgem fabricado no município gaúcho de Pinheiro Machado em uma rede gaúcha de supermercados. A marca desse azeite pertence a um grupo que tem atuação nos ramos agropecuário (gado, cavalo, ovelha e oliveiras), rede de *fast food* e setor imobiliário (loteamentos, *resort* e residencial). Conforme Batalha (2009), esse grupo vem se consolidando como um dos maiores olivais do país, com utilização de alta tecnologia e de diversificação econômica. Considerando esses aspectos, o que ainda muitas vezes impede o produtor de competir com seu azeite em grandes centros de venda é a pequena área de cultivo e o rendimento final do produto. Isso possivelmente acarretaria em valores ainda menos atraentes para o consumidor final frente às outras marcas importadas disponíveis em ampla escala, como apresenta o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2019):

O consumo é promissor pois o país é um dos maiores importadores de azeite de oliva do mundo. Estão em andamento pesquisas voltadas ao aumento da produtividade e à redução dos custos, o que pode contribuir para preços mais acessíveis nos próximos anos. (ANUÁRIO BRASILEIRO DAS OLIVEIRAS, 2019, p. 14)

Com essa perspectiva, têm sido realizadas pesquisas para aumentar a produção e produtividade. Para o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2019, p.7) “O Brasil ingressa com responsabilidade no mapa da olivicultura global.” No Rio Grande do Sul essa produção tem sido vista como uma oportunidade de diversificar a matriz produtiva,

de forma que possam implementar políticas de combate às desigualdades regionais no Estado. Portanto, considerar a necessidade de diversificar as economias locais a inserção de novas atividades tem sido uma alternativa explorada, e é esse um dos contextos que se enquadra a atividade olivícola no Estado.

No Rio Grande do Sul, a olivicultura conta com atores que tem papel fundamental no “antes da porteira” e no “depois da porteira”, como os identificados por Silva (2013), fornecedores de insumos, indústrias de beneficiamento, comércio, mercado consumidor. O estudo de Silva possui 5 anos, sendo este um tempo considerável para que atualmente já consigamos vir a reconhecer outros atores que possam estar fazendo parte deste processo. Como já há indicativo por Anuário Brasileiro de Oliveiras (2018):

O comprometimento e a colaboração de todos já nos mostram por onde seguir, sendo fortalecidos com boas parcerias, dentre elas de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), secretarias estaduais da Agricultura, Stihl, empresas de extensão rural, associações e universidades, com propostas inovadoras e descobrindo que é possível sempre avançar. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE OLIVEIRAS, 2018, p.7).

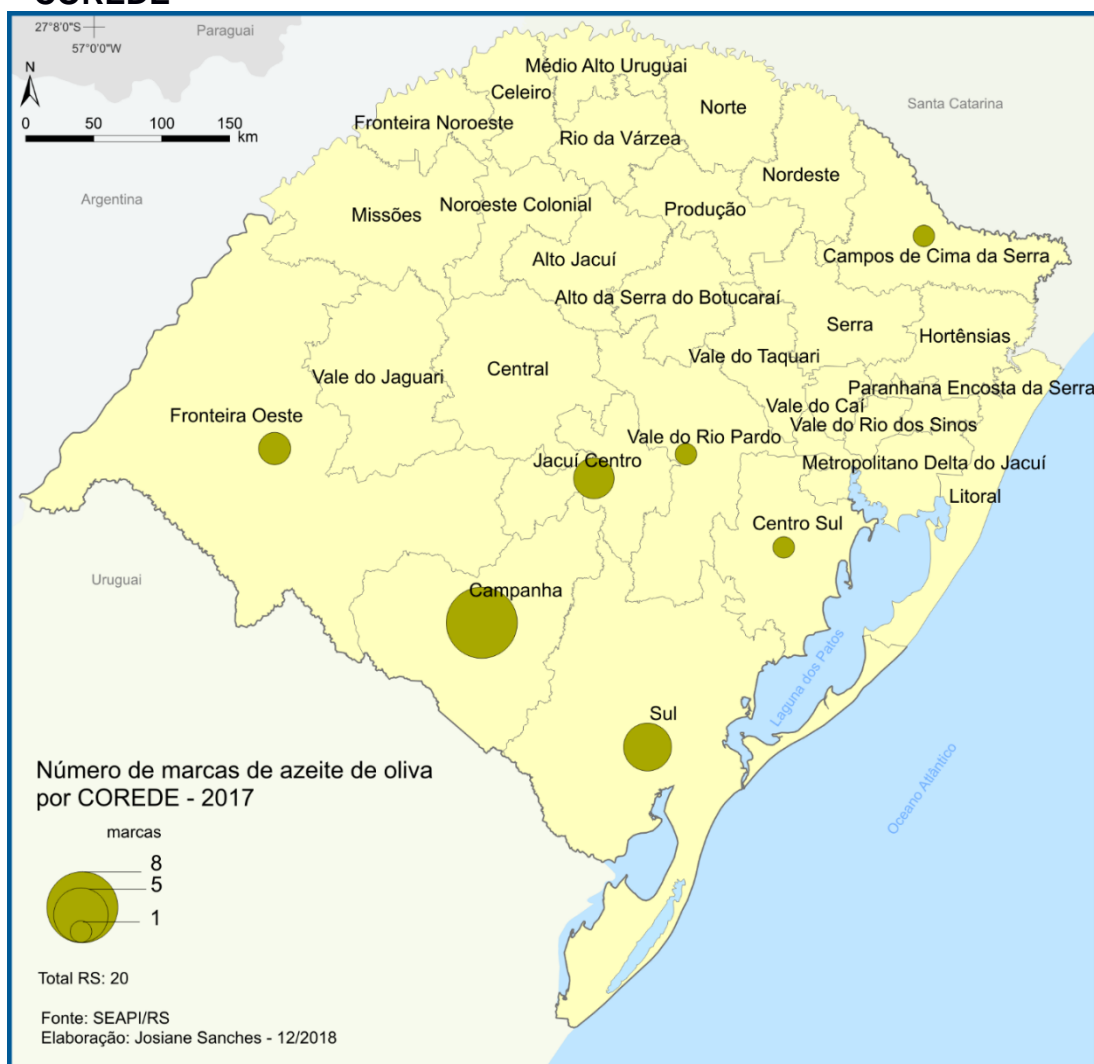
No âmbito “da porteira para dentro” contamos a cada ano com um número maior de agricultores ligados aos cultivos nos olivais. Esta não é uma cultura que privilegia a somente os grandes investidores, mas também aproxima os pequenos produtores, que auxilia na caminhada para uma inserção de novos territórios nos processos de desenvolvimento, como demonstram estudos realizados por Sanches (2016).

A maior parte dos produtores não possui grandes extensões de terra que são destinadas ao cultivo das oliveiras, porém conseguem ter uma rentabilidade através de cooperação com produtores com indústrias, contratação de mão de obra temporária na época da colheita, contratos técnicos e alguns funcionários empregados, além de apoio de marcas como a Stihl Ferramentas motorizadas Ltda com a doação de alguns maquinários (SAUERESSIG, 2018). A empresa não possui maquinários próprios para olivicultura, então, a doação para os produtores é uma oportunidade para se adaptar ao mercado brasileiro dos olivais com clima, solo e relevo únicos para o cultivo.

De acordo com o Cadastro Olivícola (2017), existem 8 marcas de azeite na Campanha gaúcha, sendo que somente 37,5% possuem fábrica própria, ou seja,

existem na região da Campanha 3 indústrias destinadas à extração do azeite de oliva. As marcas gaúchas podem ser vistas espacialmente no Mapa 3, que apresenta destaque para o COREDE em estudo.

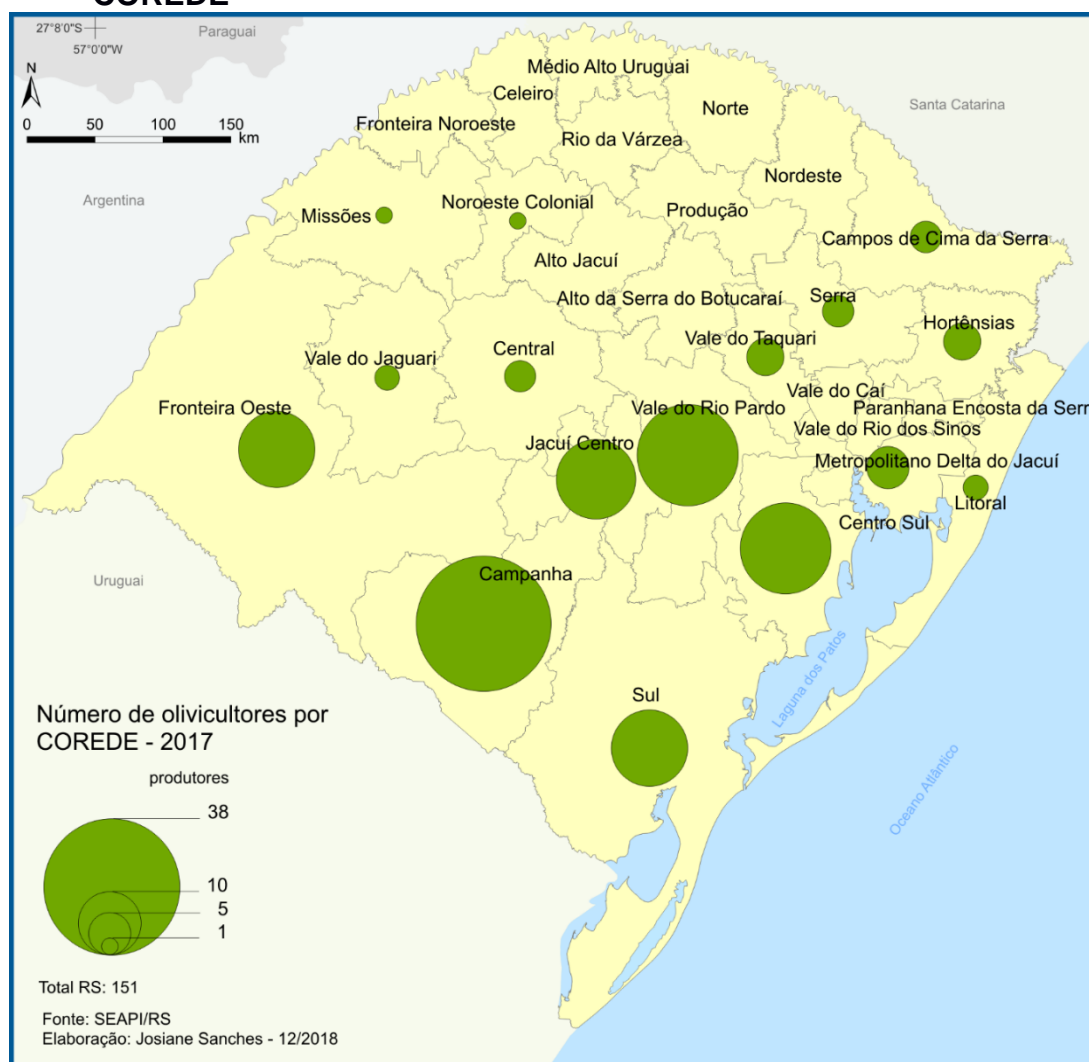
Mapa 3 – Marcas de azeite de oliva no Estado do Rio Grande do Sul, por COREDE



Fonte: SEAPI (2018). Elaboração a autora.

Com base nestes dados é possível perceber que há um grande número de marcas frente a poucas indústrias, reafirmando a cooperação. De acordo com o Cadastro Olivícola (2017), a região do COREDE Campanha apresenta o maior número de marcas e o maior número de indústrias do Rio Grande do Sul, contudo, estas não suprem todos os produtores com marca e os que plantam, colhem, mas não beneficiam a fruta. Podemos observar a espacialização dos olivicultores gaúchos por COREDE no Mapa 4.

Mapa 4 – Número de olivicultores no Estado do Rio Grande do Sul, por COREDE



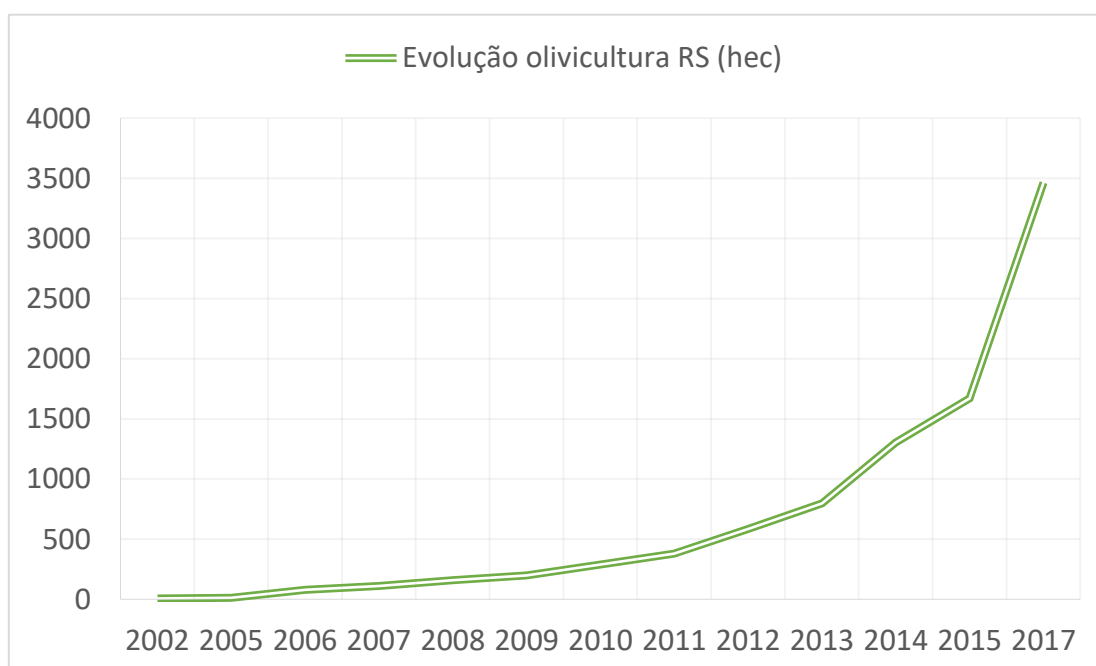
Fonte: SEAPI (2018). Elaboração a autora.

O Rio Grande do Sul possui vantagens físicas que possibilitam esta produção, conforme o mapa edafoclimático da EMBRAPA, como regiões com umidade não elevada, meses com frio permitindo o estresse térmico e uma boa floração. A adaptação e cultivo de oliveiras está fazendo parte da paisagem da região da Campanha, situada na metade Sul do estado. A região apresentou no zoneamento edafoclimático da EMBRAPA (2013) diversas áreas caracterizadas como “recomendável” para a olivicultura, como explicam Costa e Jorge (2018):

Estes plantios estão distribuídos principalmente nesta região, devido a trabalhos da EMBRAPA Clima Temperado na realização de Zoneamento Edafoclimático para a cultura da oliveira no Rio Grande do Sul, mostrando que as áreas preferenciais e recomendáveis em maior expansão estão localizadas na Metade Sul do Rio Grande do Sul. (COSTA e JORGE, 2018, p.2)

Assim, a região conta com 38 olivicultores, o maior número entre os COREDES, e estão distribuídos em 437,7 (ha) com base em dados da SEAPI (2018). A Campanha possui indústrias, olivicultores, universidades comunitárias e conta com a atuação de diversos outros atores, apresentando características e ações para o desenvolvimento da produção. A evolução da cultura é demonstrada pelo crescimento significativo entre os anos de 2002 e 2017, como observado no gráfico a seguir com dados da EMATER (2015) e SEAPI (2018).

Gráfico 1 – Evolução da Olivicultura no RS: Área (ha)



Fonte: EMATER (2015)/SEAPI (2018)

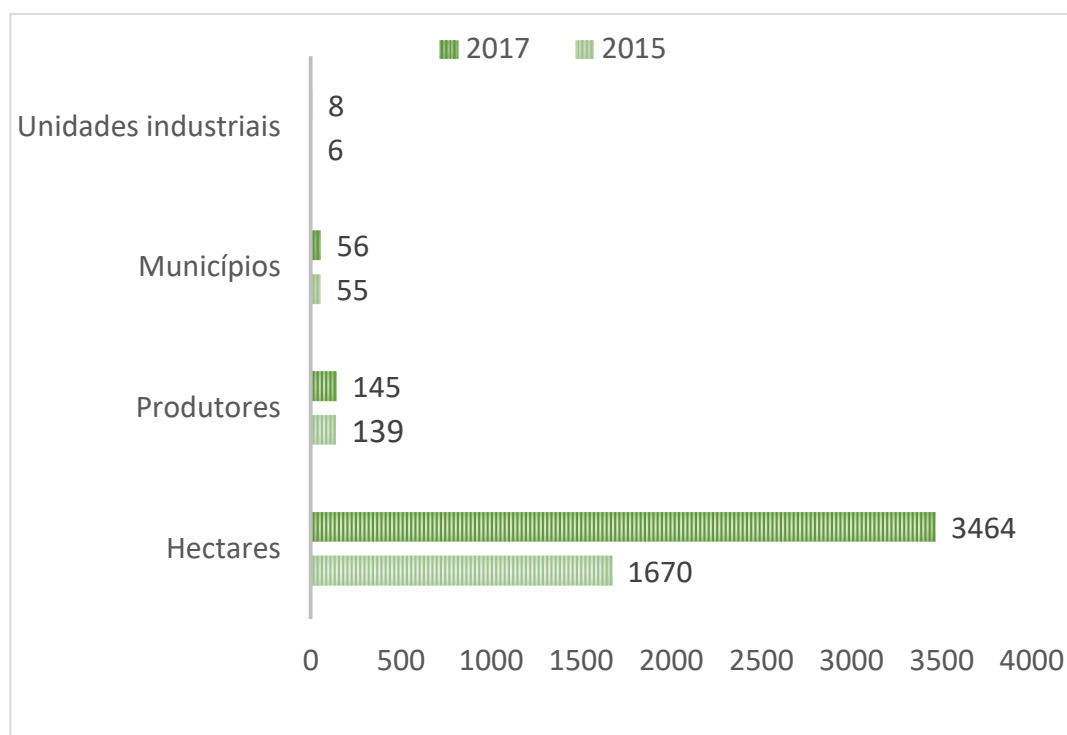
Elaboração: autora

Além disto, o Brasil como um todo se mostra muito propício para este tipo de cultura, visto que é o segundo país em importação de azeite. Mesmo outras regiões do país onde o clima não é tão frio podem se tornar produtoras de oliveiras especificamente com o objetivo de extrair suas folhas para chás. Contudo, através do correto auxílio técnico, no Rio Grande do Sul é possível a produção de azeite e da utilização das folhas também através da poda.

Os estudos já realizados tem demonstrado que a produção de olivas tem se mostrado uma alternativa promissora com sua boa adaptação à região. De acordo com o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2019), são encontrados 4,5 mil hectares de olivais

no estado em 2019. No ano de 2018 contávamos com 3.466 hectares de plantações de oliveiras em 56 municípios, 145 produtores sendo a maioria na região da Campanha ou em áreas próximas, além de oito indústrias, 57.875 litros de azeite no ano 2017 e 20 marcas de azeite⁹. O crescimento no setor se torna visível quando comparamos dados disponíveis da Secretaria da Agricultura para os anos de 2015 e 2017, como apresentamos no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução de aspectos responsáveis pela dinâmica olivícola no RS



Fonte: EMATER (2015)/SEAPI (2018)

Elaboração: autora

O crescimento dos aspectos produtivos entre os anos de 2015 e 2018 apontam para o desenvolvimento da cadeia produtiva, com apostas no retorno financeiro e social para os municípios e regiões produtoras. Embora se desenvolvam majoritariamente na Metade Sul do estado, regiões com baixo crescimento socioeconômico, os atributos em

⁹ Os dados se referem ao Cadastro Olivícola 2017. Produção para fins de atualização de dados do setor olivícola gaúcho. Realizado pela Secretaria da Agricultura (SEAPI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBROLIVA).

análise no gráfico anterior apresentam uma perspectiva positiva quanto ao que é trazido na literatura como desenvolvimento endógeno (SCHEPA *et al*, 2019):

O conceito de desenvolvimento endógeno, da ótica regional, é compreendido como um meio de crescimento econômico que resulta em uma contínua expansão da capacidade de agregação de valor sobre a produção e o potencial de uma determinada região em absorvê-la, no qual o empenho é a retenção de excedente econômico criado na economia local ou a atração de excedentes originários de outras regiões, este processo todo resulta no aumento do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001, apud SCHEPA *et al*, 2019, p.6).

Assim, a olivicultura se desenvolve abrangendo e engajando cada vez mais atores em diversas regiões do Rio Grande do Sul e pode vir a auxiliar, principalmente, as localidades com defasagem em aspectos socioeconômicos. De acordo com o Anuário de Oliveiras (2019, p.11):

Estima-se que o investimento privado na implantação de olivais e viveiros de mudas e na instalação de fábricas de azeite passou dos R\$100 milhões no Rio Grande do Sul, gerando mais de mil empregos. O Estado apresenta a maior área e as melhores perspectivas para a cultura no País. No entanto, para representantes do setor, é necessário investir mais em pesquisas e em cursos técnicos sobre olivicultura para ampliar a área de produção e garantir desempenho promissor. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE OLIVEIRAS, 2019, p.11)

Assim, as particularidades de cada território e o nível de cooperação e governança dos atores envolvidos serão decisivos para o desempenho dessa cultura agrícola que pode transbordar seus benefícios além dos limites dos olivais. As previsões para o setor são encaradas como favoráveis e articulação dos elos da cadeia em prol da utilização da olivicultura como uma ferramenta de desenvolvimento de áreas com baixos índices socioeconômicos é uma alternativa que pode acarretar políticas públicas para o estado.

3.2 Características gerais da Região da Campanha

A investigação da relação entre atores olivícolas e o espaço de atuação, leva para a formação do cenário na região da Campanha e procura compreender se a atividade se estrutura com coesão entre os atores. Acima de tudo, buscou-se a observação de repercussões concretas no território e de mudanças socioespaciais.

Já é possível observar com base em pesquisas anteriores a formação de uma certa governança entre os atores, contudo, as pesquisas trazem pontos que ainda

podem ser explorados de diversas formas (GOMES *et al*, 2017; RODRIGUES, 2012; SILVA, 2013; RODRIGUES 2016; COSTA e JORJE, 2018). Além disto, convém assinalar que se trata de uma atividade introduzida a mais ou menos uma década para fins comerciais no Rio Grande do Sul e, deste modo, embora exista uma tendência de avanços técnicos e tecnológicos contínuos e de forma rápida, esses avanços ainda não podem ser observados de forma totalmente organizada.

Isto tende a ocorrer, visto que a maneira como se produz oliveiras e o azeite no Estado do Rio Grande do Sul não pode ser replicada de outros locais pelas condições diferentes técnicas, ambientais, climáticas e tecnológicas. Desta forma, muito do que se sabe a respeito da olivicultura gaúcha hoje foi e é aprendido com o tempo e no dia a dia do campo e dos lugares. Com isso, existem conhecimentos tácitos (informal, pessoal, construído no dia a dia) e explícitos (documentos técnicos, pesquisas) passados entre os atores envolvidos que permitem as transformações constantes nesta produção, fazendo com que as pesquisas sejam relevantes quando feitas, de modo a acompanhar esta transformação.

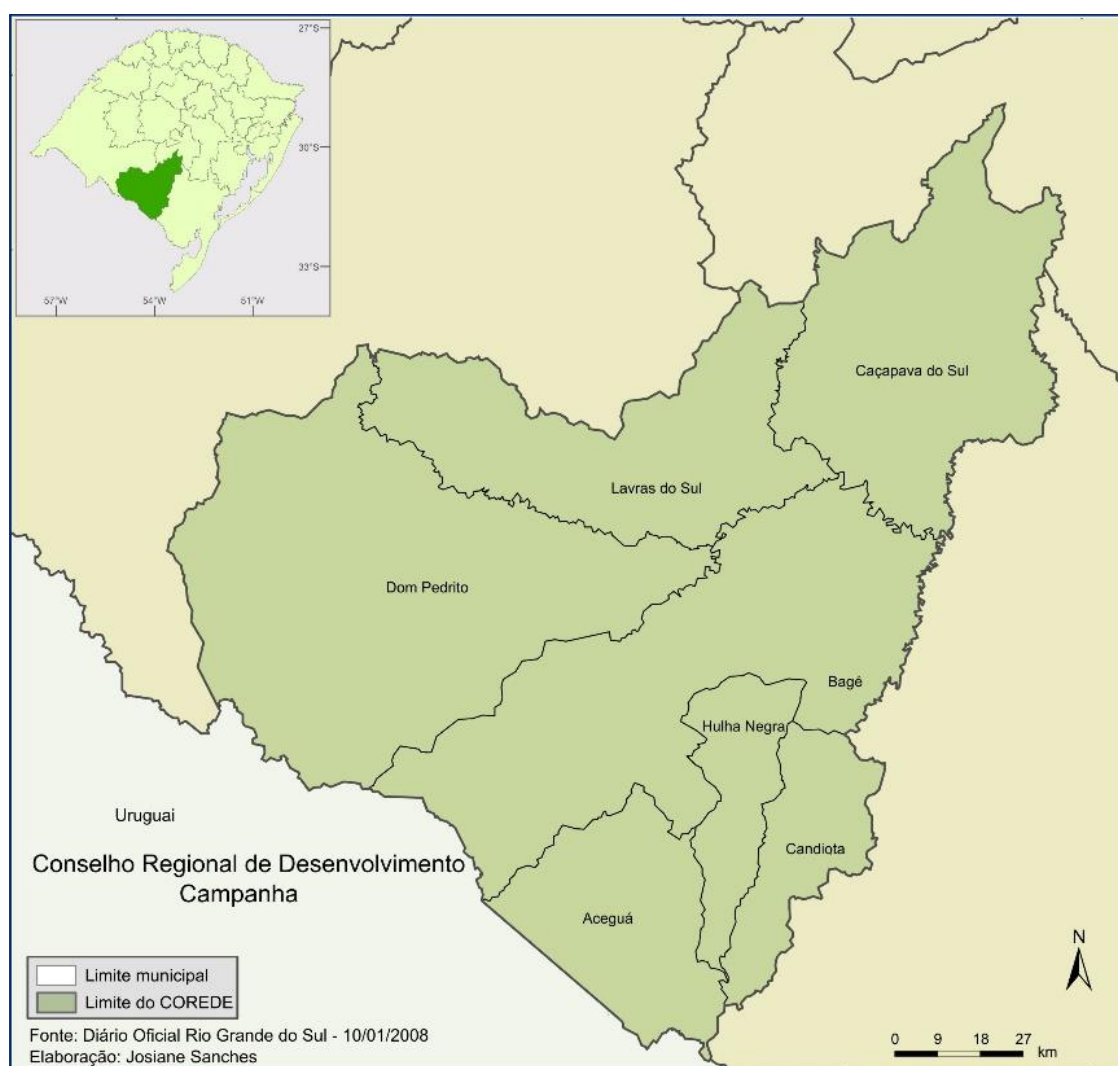
Outro aspecto relevante a ser abordado se refere a região onde a atividade tem se inserido, a Região da Campanha. A Região sempre foi considerada pelas políticas públicas como região prioritária para a estruturação de políticas de desenvolvimento, tendo em vista suas limitações na dinâmica socioeconômica. Entre as políticas públicas já desenvolvidas para apoiar as regiões que não conseguem se inserir de forma adequada no processo de desenvolvimento, de acordo com Cargnin (2014), destacam-se a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)¹⁰, em 1994; o Programa de Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL); a Política de Desenvolvimento Regional de 1998, que instituiu a Consulta Popular; a criação do Grupo de Trabalho para as Regiões Menos Desenvolvidas, em 2001; e os dois estudos denominados RS 2010 e Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015). Além disso, tivemos estudo denominado RS:2030 – Agenda de Desenvolvimento Regional e o Futuro RS, ambos coordenados pela Secretaria do Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) foi foram organizados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 1991, tendo sido instituídos, por lei, no ano de 1994 e, atualmente, existem 28 COREDEs.

Todas essas propostas de agendas colocam a região da Campanha como prioritária para a estruturação de ações de desenvolvimento regional.

Assim, a área de estudo é delimitada no Conselho Regional de Desenvolvimento Campanha, que apresenta indicadores de desenvolvimento econômico e social abaixo da média estadual, tendo sido continuamente objeto da atenção de políticas de desenvolvimento regional, tanto na esfera federal quanto na estadual. A região é formada por sete municípios Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul, conforme Mapa 5. O município com maior população estimada (IBGE, 2019) é Bagé com 121.143 habitantes, seguido por Dom Pedrito com 38.461 habitantes, Caçapava do Sul com 33.624 habitantes, Candiota com 9.584 habitantes, Lavras do Sul com 7.480 habitantes, Hulha Negra com 6.776 habitantes e Aceguá com 4.901 habitantes.

Mapa 5 – Municípios que integram o COREDE Campanha



Fonte: Diário Oficial Rio Grande do Sul. Elaboração: a autora

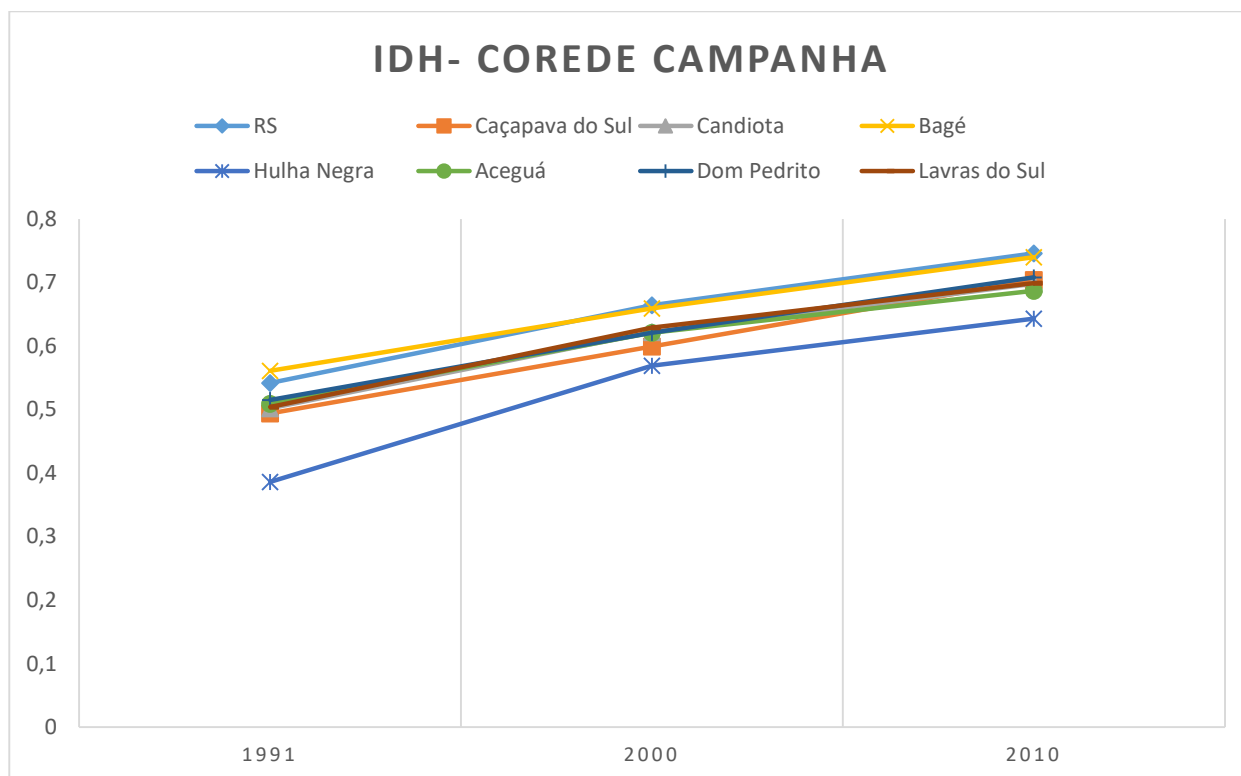
De acordo com dados dos últimos Censos, a Região tem apresentado crescimento populacional abaixo da média estadual e os dados econômicos mostram uma economia pouco dinâmica. Na agropecuária, as principais produções são o cultivo do arroz e a criação de bovinos de leite e de corte. A Indústria de transformação é pouco significativa na economia local, com destaque para a indústria extrativa do carvão. Os indicadores sociais do COREDE estão, em sua maioria, abaixo das médias estaduais, com a situação mais preocupante ocorrendo na área da saúde. Além disso, todos os indicadores sociais da região possuem desempenho abaixo das médias estaduais (BERTÊ *et al*, 2016).

O baixo dinamismo econômico associado ao fraco desempenho dos indicadores sociais tem colocado a região como constante foco de políticas públicas voltadas ao combate das desigualdades regionais. Entre as diversas ações propostas como iniciativas promissoras para o desenvolvimento da Região, o apoio à diversificação da produção agropecuária tem se mostrado recorrente e a olivicultura sempre aparece como alternativa relevante. Isso porque, excetuando-se os municípios de Bagé, que tem sua estrutura econômica baseada nos serviços urbanos, e de Candiota, que se fundamenta na extração mineral e produção de energia, os demais municípios são dependentes da produção agropecuária (BERTÊ *et al*, 2016). Além disto, ainda enquanto atividades econômicas, de acordo com o Perfil Socioeconômico do COREDE Campanha, elaborado por técnicos da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional:

Nota-se ainda que é significativa a importância das atividades agroindustriais aglomeradas para a composição do valor da produção industrial de diversas regiões. Nos COREDEs Fronteira Oeste, Vale do Rio Pardo e Campanha, por exemplo, a participação dessas atividades é superior a 70% do valor da produção industrial total. (BERTÊ *et al*, 2016, p.64)

Um dos indicadores importantes e que representa a região é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 1991, 2000 e 2010. Através do IDH é possível observar três eixos: educação, renda e saúde, o que nos permite ter um panorama histórico que considera a dimensão social do desenvolvimento. A região do COREDE Campanha apresenta os seguintes dados:

Gráfico 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do COREDE Campanha

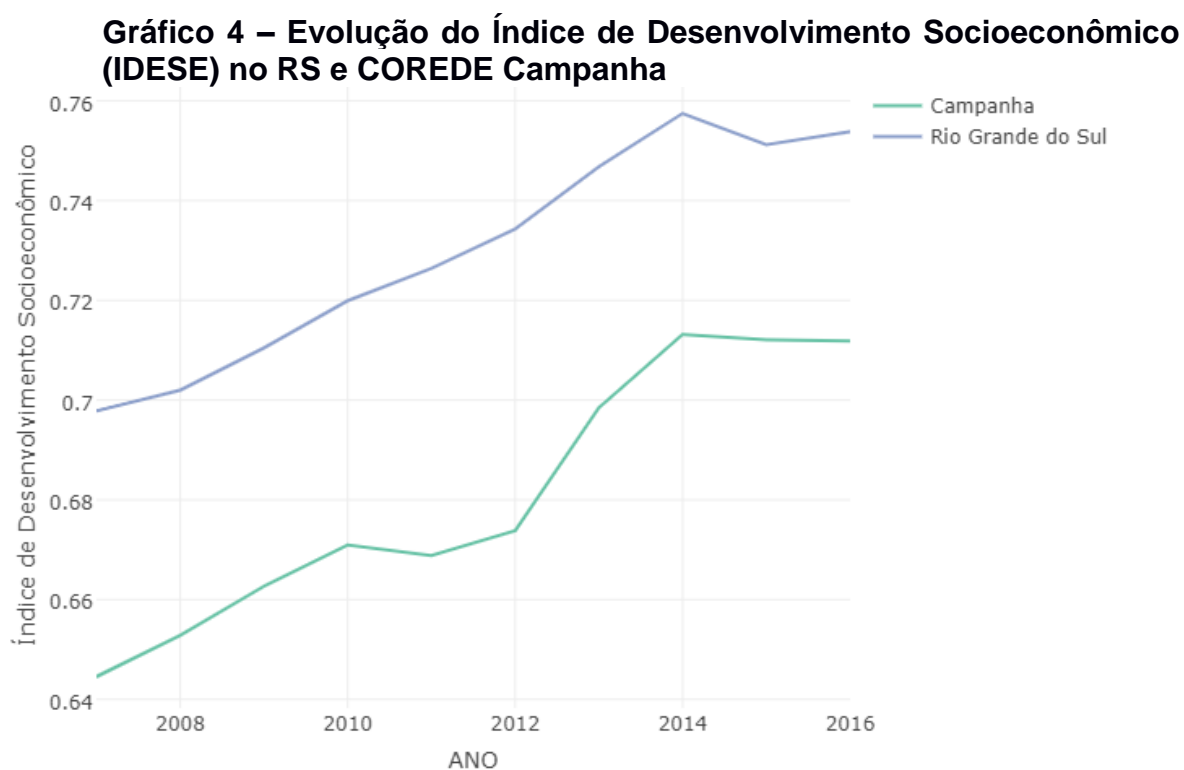


Fonte: IBGE Cidades; Elaboração: autora

Atualmente os IDHs dos municípios pertencentes ao COREDE Campanha estão classificados como médio (0,5-0,79), apresentando uma crescente desde 1991. O município da região com maior indicador é Bagé, assemelhando-se ao índice do estado. O indicador mais baixo é o de Hulha Negra. Baseado nos indicadores e metodologia aproximada do IDH, o Departamento de Economia e Estatística (DEE), da atual Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), formula o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)¹¹. Para os municípios deste COREDE os

¹¹ O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) é um índice sintético produzido originalmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) desde 2003 e atualmente a cargo do Departamento de Economia e Estatística da SEPLAG. Assim como o IDH, o Idese é também um índice multidimensional e sintético e serve como um norte para o desenho e a implementação de políticas públicas em nível municipal. Considera-se a classificação do índice em Alto (acima de 0,800), Médio (entre 0,500 e 0,799) e Baixo (abaixo de 0,499) nível de desenvolvimento. Idese inspira-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando as especificidades dos municípios gaúchos na sua formulação. Na sua nova versão, o novo Idese conta com 12 indicadores divididos em três blocos: Educação, Renda e Saúde. Mudanças metodológicas foram realizadas por razões teóricas e empíricas, tais como o surgimento de novas bases de dados em nível municipal. Além disso, foram incluídos alguns indicadores de qualidade, respondendo a novas demandas da sociedade em termos de políticas públicas de desenvolvimento.

índices (2016) foram considerados médios, abaixo do indicador do Rio Grande do Sul, conforme gráfico apresentado a seguir pelo IDESE (2019),

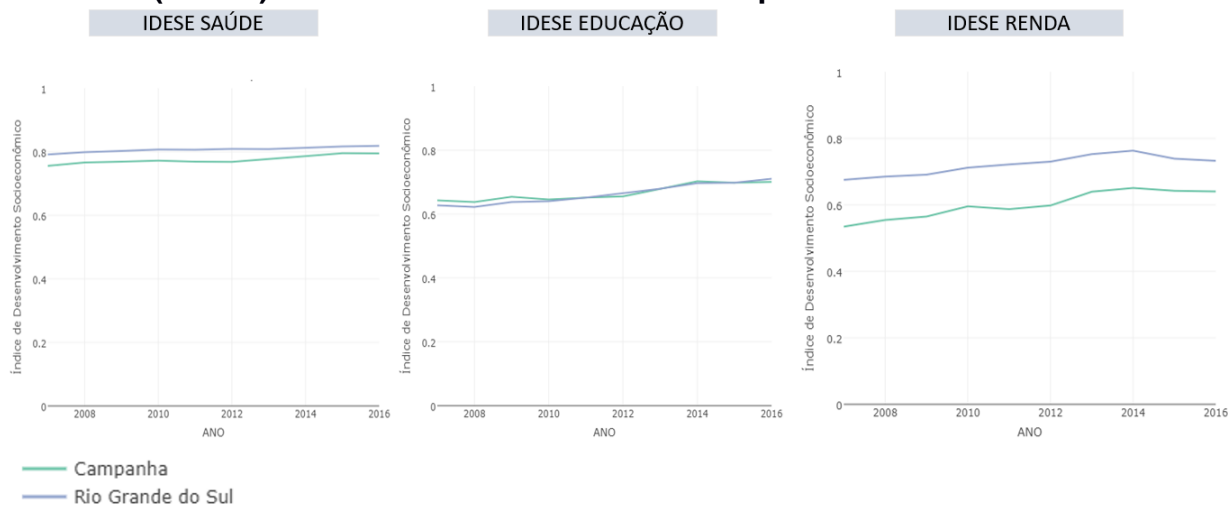


Fonte: SEPLAG/DEE - IDESE Vis (2019).

Podemos observar que ambos os indicadores são considerados médios, tanto o Rio Grande do Sul quanto o COREDE Campanha. Entretanto, convém observar que a partir de 2014 o COREDE apresentou declínio do indicador, movimento que se observa inicialmente também para o estado, mas que é interrompido em 2016. Assim, enquanto o estado está novamente em ascensão, a região da Campanha permanece com seu indicador estagnado nos anos de 2015 e 2016.

É possível analisar o IDESE comparativo entre Rio Grande do Sul e COREDE Campanha para os anos de 2008-2016, sendo específico para cada bloco: saúde, educação e renda. Entre os atributos, o que apresenta maior discrepância entre estado e região é renda, conforme IDESE (2019) em gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) - Blocos no RS e COREDE Campanha



Fonte:SEPLAG/DEE - Idese vis (2019).

Tais dados indicam que há uma má distribuição de renda e, possivelmente, potenciais locais não aproveitados para a geração de renda. Dessa maneira, conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2017-2030 COREDE Campanha (2017):

A possibilidade de fortalecer arranjos produtivos locais e a organização de cooperativas, além da agricultura e da pecuária familiar são recursos que ampliam a possível geração e distribuição de renda, nos diferentes territórios que constituem a região da Campanha. (SEPLAN, 2017, p.82)

De acordo com o Plano, no âmbito da saúde, a região conta com indicador em crescente melhoria, sendo a saúde preventiva responsável pelo incremento. Contudo, ainda há uma demanda para atender procedimentos mais complexos. Atualmente, a população necessita buscar centros de referência para o tratamento de casos de média e alta complexidade.

O bloco educação mostrou mais semelhanças com a média do Estado. A região tem destaque na educação tanto formal quanto informal, sendo o saber-fazer local um aspecto considerado importante para o desenvolvimento regional, de acordo com o estudo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2017-2030 COREDE Campanha (SEPLAN 2017).

Para este Plano a região possui destaque como polo educacional. Assim, é esperado que ao longo do tempo novas atividades educacionais sejam introduzidas

para a população, de forma a suprir as necessidades locais e as modificações de atividades técnicas e tecnológicas. É fundamental para o desenvolvimento de regiões que todos os elos (saúde, educação, empregos, qualificações constantes) estejam alinhados. Desta forma, gradativamente aguarda-se cada vez mais a presença de atividades formais e informais ligadas a produção olivícola que vem crescendo na região e tem demonstrado um potencial a ser desenvolvido e desdobrado em indicadores socioeconômicos.

Assim, pode ser projetado que olivicultura da Campanha, com a constante utilização e aperfeiçoamento do conhecimento local voltado para a atividade olivícola, deva ampliar a confiança coletiva e rede de relacionamentos com atores engajados para um desenvolvimento territorial assertivo.

Dessa forma, a análise das repercussões territoriais e socioespaciais, deve auxiliar em futuras tomadas de decisão do setor através do panorama atual traçado pelo presente trabalho e outros em desenvolvimento em áreas diversas em outras universidades do Rio Grande do Sul. Analisando o perfil e como esta produção se territorializa, é possível potencializar as oportunidades locais e regionais, apontando para novas formas de aproveitar as etapas dessa produção de uma maneira em que os diversos atores estejam em coesão.

O estudo das repercussões territoriais e transformações socioespaciais é como um termômetro de determinada atividade. Assim, é possível com a análise das mesmas, identificar o desenvolvimento de diferentes esferas, de atores e de outras atividades derivadas. É comprovar ou não a efetividade de ações territoriais. Cada região ou localidade reage de modos diferentes diante da mesma atividade, assim, é muito particular cada resultado. Estes estudos, que ocorrem com base nos processos territoriais, auxiliam também na tomada de decisão e orientação de políticas públicas, sendo uma das premissas para o desenvolvimento.

3.3 Aspectos de Sistemas ou Arranjos Produtivos olivícolas na região da Campanha

Ao longo da cadeia produtiva diversos atores são necessários e decisivos para o sucesso da produção e da Região, sejam esses privados ou públicos. Assim, os

atores que afetam a produção em um dado território se tornam membros e auxiliam na constituição de um sistema que é a aglomeração. Dependendo do tipo e nível de integração, cooperação e governança entre os atores esta aglomeração pode se tornar um Arranjo Produtivo Local. Para tanto, a proximidade territorial é um dos pilares, sendo trazido por Costa (2010) como:

A proximidade física entre os agentes permite que os laços de confiança e cooperação se estreitem. Desta maneira, abrem-se espaços para a criação de parcerias entre as empresas por meio de associações e consórcios. Estas, ao compartilharem da qualificação de mão de obra, da compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, serviços especializados de logística etc., estão obtendo acesso a competências que individualmente não alcançariam e que lhes proporcionam eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade. (COSTA, 2010, p.128)

Assim, capaz de afetar o território em diversas escalas, esse tipo de aglomeração se torna uma ferramenta para o desenvolvimento regional, conforme afirma Costa (2010, p.125) “O apoio ao desenvolvimento de APLs no Brasil vem ganhando cada vez mais espaço como importante instrumento estratégico de desenvolvimento regional.” Nesta perspectiva de desenvolvimento de regiões o Governo como um ator normativo e com capacidade de propor políticas de estímulo, se envolve diretamente na estruturação dos segmentos produtivos. No Rio Grande do Sul a preocupação iniciou ano fim dos anos 1990 como expõe a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (2018),

As políticas de apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Rio Grande do Sul tiveram início em 1999, quando foi criado o Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI). Essas políticas têm tido continuidade no Estado desde então, com enfoques distintos conforme as características de cada governo. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018, p.3)

Ainda, de acordo com a mesma secretaria, a continuidade do Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos e Locais, por meio do Projeto Arranjos Produtivos Locais, criado em 2011, e do Projeto Extensão Produtiva e Inovação, tem servido como elemento estruturador para a olivicultura. O objetivo dos projetos é auxiliar a formação de governança, capacidade técnica dos atores envolvidos no processo produtivo, estimular os fatores endógenos a agregar valor, gerar e apropriar a renda localmente. Além de, fomentar a cooperação entre os atores, instigar a busca por inovação (SEDETUR, 2019).

Em 2016, a então Fundação de Economia e Estatística (FEE) realizou um estudo a respeito das aglomerações e Arranjo Produtivos Locais no Rio Grande do Sul, identificando 11 APLs gaúchos, não sendo identificado nenhum APL na região da Campanha na ocasião da pesquisa. Entre as etapas da identificação das aglomerações e APLs podemos destacar o mapeamento e seleção de aglomerações em regiões de menor desenvolvimento relativo e o mapeamento e seleção de aglomerações agroindustriais, ambos contemplam o COREDE Campanha. De acordo com FEE (2016):

Quadro 4 – Etapas da identificação das aglomerações e APLs

ETAPAS	CARACTERÍSTICAS	JUSTIFICATIVA DE ESTUDO DE AGLOMERAÇÕES NA REGIÃO
1. Mapeamento e seleção de aglomerações em regiões de menor desenvolvimento relativo	<p>Há diferença entre regiões de menor desenvolvimento em expansão e as regiões de menor desenvolvimento em declínio.</p> <p>No primeiro caso a renda cresce acima da média estadual. No segundo, cresce abaixo.</p>	Direcionar atenção de políticas públicas que possam auxiliar a reduzir desequilíbrios regionais.
2. Mapeamento e seleção de aglomerações agroindustriais	As atividades industriais aglomeradas são importantes para a composição do valor da produção industrial da região. Tendo participação de mais de 70% do valor de produção industrial total nesse COREDE.	<p>Regiões com propriedades de maior porte tem destaque em empregos relacionados as agroindústrias tradicionais, contudo menor representatividade em agroindústrias familiares.</p> <p>Agroindústrias tradicionais combinadas as familiares são importantes para avaliar dados econômicos e sociais de políticas regionais que contemplem APLs agroindustriais.</p>

Fonte: FEE (2016); Elaboração: a autora

Dessa forma, as características e as justificativas então apresentadas pelo estudo da FEE vão de encontro aos realizados pela EMBRAPA (2013, p.5), identificando que a Metade Sul do Rio Grande do Sul é uma região que necessita de políticas públicas de redução da desigualdade regional, principalmente por ter um

território equivalente a 61% do estado e contribuir com cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho.

O estudo apresentou 93 aglomerações industriais e agroindustriais no Rio Grande do Sul para posterior análise de identificação de potenciais APLs. Para o COREDE Campanha foram identificadas quatro aglomerações relacionados a diferentes atividades, sendo que cada uma das atividades possuem um código CNAE (Código Nacional de Atividades Econômicas) e estão relacionados com uma classe diferente produção, sendo 3 ligadas a indústria de transformação através da fabricação de produtos alimentícios e 1 com a indústria extrativista, como apresentado no quadro a seguir da FEE (2016),

Quadro 4 – Aglomerações selecionadas, COREDE CAMPANHA, Rio Grande do Sul — 2010

CÓDIGO CNAE	CLASSE CNAE	Regiões de menor desenvolvimento	Agroindustriais
08100	Extração de pedra, areia e argila	x	
10112	Abate de reses, exceto suínos	x	x
10619	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	x	x
10911	Fabricação de produtos de panificação		x

FONTE: FEE (2016).

*O estudo identificou importância das atividades para a geração de empregos, além de não utilizarem tecnologia intensiva.

As composições identificadas no COREDE Campanha pela FEE (2016) apontam para uma não conformidade com o conceito de APL, mas sim de aglomeração. Tal conclusão de baseia no fato de que, pela metodologia de estudo utilizada, posteriormente a identificação das aglomerações por COREDE, foram escolhidas 11 para serem estudadas de forma mais aprofundada por apresentarem características que apontavam para a formação de Arranjos Produtivos Locais. Nenhuma das aglomerações citadas no COREDE Campanha foi selecionada para esta segunda etapa de análise.

Fatores que podem contribuir para as aglomerações não terem progredido para Arranjos Produtivos Locais são: vínculos de articulação, cooperação, aprendizagem,

aproximação, competitividade, vantagens locacionais (FEE, 2016, p.85). Podemos compreender que na região não foram identificadas possíveis APLs no estudo, mas que existem aglomerações importantes para a Campanha devido ao seu baixo dinamismo econômico, sua grande área territorial e seus indicadores socioeconômicos em declínio ou estagnados. Essas aglomerações identificadas podem vir a se tornar APLs com a organização, cooperação e governança dos atores envolvidos nas respectivas cadeias produtivas.

3.4 Políticas regionais vigentes na Campanha

As políticas territoriais normalmente refletem um posicionamento mais incisivo do Estado frente aos desequilíbrios regionais inerentes ao processo de desenvolvimento. A falta dessas proposições pode gerar fragmentação territorial pois pode resultar em ações territoriais individualizadas na tentativa de sucesso local. Além disso, também pode gerar outros problemas relacionados ao uso do território, tanto nas áreas mais desintegradas do sistema produtivo quanto nas áreas densamente povoadas, onde problemas relacionados à habitação e ao meio ambiente são alguns exemplos recorrentes (ORY, 2008, p. 18).

A forma como se constituem, são pensadas e levadas a prática apresenta a estratégia de intervenção do Estado e sua relação com as territorialidades, reflexo da atuação dos atores, bem como os comandos aplicados ao território. Assim, como expõe Rückert (2010):

A abordagem das políticas públicas territoriais em Geografia Política é realizada adotando-se a análise dos usos políticos e econômicos do território, isto é, as estratégias de intervenção na estrutura, no ordenamento e no desenvolvimento territorial, em múltiplas escalas. (RÜCKERT, 2010, p.9)

Para Cargnin (2014), as políticas territoriais se caracterizam por apresentar alguma estratégia de intervenção territorial, sendo que um dos tipos mais facilmente identificados para o tratamento das desigualdades regionais são as políticas de desenvolvimento regional, que buscam formular alternativas específicas para as regiões menos inseridas no processo de desenvolvimento (CARGNIN, 2014, p. 36).

Já Riffo (2013) identifica que, no desenvolvimento dessas políticas, o protagonismo do Estado sempre é maior em períodos de crescimento econômico

constante. Já em tempos de crise estrutural, onde predominam tendências mais liberalizantes, predomina o esforço de articulação dos usos do território relacionados aos processos produtivos ao mercado, no que é amplamente conhecido como desenvolvimento endógeno. Entretanto, o mesmo Riffo (2013) chama atenção para a necessidade para uma ação articulada desses dois tipos de políticas para que estas tenham maior efetividade (RIFFO, 2013, p.48).

Seja com maior ou menor intervenção do Estado, existe um protagonismo do sistema de atores para que os territórios se insiram no processo de desenvolvimento. Ocorre pois, em uma visão descentralizadora, o Estado possui suas ações limitadas, assim processos de desenvolvimento contam com demais atores locais (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016, 113). As estratégias perpassam, principalmente, por escala como a nacional/estadual e a local/regional. O Estado atua como balizador, regulando as atividades latentes ao território por meio dos atores locais, que por sua vez também são responsáveis por dar seguimento as atividades com integração, governança, aprendizagem, confiança. Dessa forma, tanto o Estado quanto os demais atores são insuficientes e incapazes isoladamente na concretização de objetivos territoriais.

Adormecidas no pensamento político e geográfico brasileiro, a falta de prioridade para a elaboração de políticas territoriais eficientes aprofundou o processo de desigualdades regionais, que se manifesta na defasagem dos resultados dos indicadores socioeconômicos. Percebe-se que algumas políticas dadas como territoriais tendem a observar e a tratar espaços de forma isolada do contexto em que se inserem, desconectados da sua cadeia produtiva e desconsiderando o funcionamento globalizado da economia. Além disso, estas tem se tornado cada vez mais escassas e sua ausência pode aprofundar o quadro de desigualdades presentes no país e nos estados:

Cargnin (2014), afirma que:

Assim, mesmo que o desenvolvimento regional esteja fora da centralidade da ação estatal, essas políticas produziram repercussões territoriais diretas ou indiretas, contribuindo para a reversão das tendências de agravamento das desigualdades regionais. (CARGNIN, 2014, p.26).

Da mesma forma, Silveira, Allebrandt e Campos (2015), analisando os processos de planejamento e desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul, observam que embora essa temática sempre estivesse presente nos últimos governos, a relação entre

os atores, principalmente os COREDEs, não tem sido sempre harmoniosa. Além disso, enfatizam a necessidade de integração entre as diferentes escalas, representadas pelas esferas de poder, para uma maior efetividade das políticas públicas (SILVEIRA, ALLEBRANDT e CAMPOS, 2015, p. 73).

No COREDE Campanha, recentemente, podemos observar algumas políticas que não atuam de forma exclusiva ou específica para a região, mas se enquadram em políticas territoriais maiores que são ramificadas. Para Cargnin existem políticas de diversas escalas que se aplicam a região, conforme tabela abaixo,

Quadro 5 – Políticas com reflexos no COREDE Campanha

ESCALA NACIONAL PARA O ESTADUAL	
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)-2010	Efeitos no Rio Grande do Sul
	- Áreas prioritárias: faixa de fronteira -Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO): Metade Sul- Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião- APLs – Investimento em setores fortemente regionais, capacitação de atores vinculados a base produtiva como fruticultura e silvicultura.
ESCALA NACIONAL PARA O REGIONAL/LOCAL	
RESULTADO PARA O COREDE CAMPANHA	
Através da PNDR e de políticas setoriais	UNIPAMPA (2008), com sede em Bagé. Atuação em uma das regiões diferenciadas.
UNIPAMPA	Importância regional: discussão sobre planejamento; auxílio na elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento, executados pelos (COREDEs)

Fonte: Cargnin (2014), elaboração: a autora.

Outras políticas ocorreram e como resultados geraram algumas ferramentas: Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RECOVERSUL), criado em 1996 que financiou o setor produtivo a nível privado com foco no setor alimentício da região, tendo como principais atores o BNDES, Bannisul, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (Albuquerque e Aued, 2007, p.99)

Em escala estadual também houve a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), com papel institucional e enfoque regional, sendo institucionalizado em 1994, formando atualmente 28 conselhos. “Os COREDEs se

constituem em um fórum de discussão e decisão sobre políticas e ações relativas ao desenvolvimento regional.” (CARGNIN, 2014, p.25).

Ainda em escala estadual, a análise da regionalização dos últimos Planos Plurianuais, demonstra que existe um esforço no sentido de identificar e territorializar as políticas públicas. Entretanto, esses documentos mostram que efetivamente poucas políticas ainda são territorializadas. Em sua grande maioria tratam da ação ordinária do estado para setores estratégicos como educação, saúde e segurança. No caso da olivicultura, as ações observadas se refletem mais em instrumentos isolados, cuja a atividade se beneficia, como no caso dos financiamentos do FEAPER, do BRDE e do próprio Banrisul.

Embora as políticas específicas para o COREDE Campanha sejam escassas contamos com políticas territoriais mais amplas que apresentam reflexos na região, como a **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)-2010** supracitada. O COREDE Campanha tem sido presente na introdução e fortalecimento da cadeia produtiva da olivicultura, por meio de discussões com atores e, principalmente, por ter um olhar especial proveniente do meio acadêmico, sendo a atual presidente do COREDE Campanha também reitora da URCAMP. Assim, as perspectivas são de continuação do desenvolvimento como foco por meio de novas alternativas produtivas que ainda não estão saturadas na região e com perfis enraizados de produtores como em outras atividades como a criação bovina.

4 Repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais da olivicultura na Campanha

Esse capítulo dedica-se a compreender a existência e identificar as repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais da atividade olivícola no COREDE Campanha, além de identificar quais atores apontados no Capítulo 2 estão sendo efetivos para a região e suas contribuições para o desenvolvimento regional.

Para tal, é apresentada a inserção da olivicultura na região, características regionais que justifiquem a produção nesse território e a produção olivícola como uma diversificação da matriz produtiva do COREDE. Além disso, examina-se se há indícios de formação de Arranjos Produtivos Locais-SLoTs.

4.1 Inserção da olivicultura na região

O ciclo das oliveiras no país, após diversas tentativas, recomeçou em Caçapava do Sul, em 1996, mas ganhou força somente entre 2003 e 2005 de acordo com o Anuário Brasileiro das Oliveiras (2018). Ainda hoje, na região da Campanha (COREDE), o município é o que apresenta maior número de produção e de produtores.

O presidente da Associação Rio-grandense de Olivicultores (ARGOS), em entrevista no Anuário Brasileiro das Oliveiras, Oliveira (2018, p.22) afirma “é preciso muito esforço, conhecimento e domínios das técnicas”. Aos poucos o número de olivicultores do estado vem crescendo como podemos observar na tabela a seguir, com o número de produtores e área destinada a olivicultura por municípios do COREDE Campanha com base em dados da SEAPI (2018):

Quadro 6 – Número de produtores e área destinada a olivicultura por municípios do COREDE Campanha - 2018

Município	Número de produtores	Área (ha)
Aceguá	2	13
Bagé	11	128,6
Caçapava do Sul	15	115,1
Candiota	4	86,5
Dom Pedrito	4	61,5
Hulha Negra	2	33
Lavras do Sul	-	-
Total	38	437,7

Fonte: SEAPI (2018); Elaboração: autora

A despeito de um município da região ter sido o local inicial da produção, o que ainda se reflete nos números apresentados no Quadro, não se pode falar na existência de um *terroir* da oliveira porque, apesar de termos condições físicas, não possuímos ainda o “saber-fazer”. De acordo com Tonietto (2007) o *terroir* inclui fatores naturais e humanos, ou seja, solo e clima fazem parte, mas não são os únicos elementos.

Este conceito tem relação com o “saber-fazer” local formado historicamente, mas, pelo que se observa no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2017-2030 COREDE Campanha (2017), isso ainda é considerado uma potencialidade regional. Assim, a força do conhecimento local e o conhecimento acumulado na região podem ser a resposta por Caçapava do Sul ter sido o berço desse cultivo na região da Campanha e apresentar um grande número de produtores e hectares 23 anos após o início, espalhando seu modelo para municípios limítrofes e que tenham as características regionais.

Para Gomes *et al.* (2017), o conhecimento local é a chave para o crescimento, é um conhecimento que aborda as especificidades de uma sociedade em um dado contexto. Por ser uma cultura relativamente nova em escala comercial no Brasil, as referências são escassas. Dessa forma, foi necessário que se criasse uma interação e cooperação entre os produtores, onde suas experiências fossem relatadas e repassadas, como as tentativas, erros, acertos, primeira colheita, existência de pragas, combate as pragas, manejo, instrumentos.

O capital social¹² um é conceito ligado ao desenvolvimento econômico por ser baseado em um benefício comunitário que é acumulado, sendo intangível, e que gera benefícios individuais. Assim para Lastres e Cassiolato (2003):

Capital social refere-se a um conjunto de instituições formais e informais, incluindo hábitos e normas sociais, que afetam os níveis de confiança, interação e aprendizado em um sistema social. A emergência do tema do capital social vincula-se ao reconhecimento da importância de se considerarem a estrutura e as relações sociais como fundamentais para se compreender e intervir sobre a dinâmica econômica. (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p.9)

Uma das compreensões de capital social, tem relação com as normas que balizam e viabilizam a confiança, sendo construída ou destruída ao longo do tempo em um determinado espaço por redes de diversos atores e escalas de atuação. Desta forma, cada membro formador um tem sua relevância, seja formal ou informal, como afirma para Woolcock apud Rodrigues (2017):

Quatro tipos de capital social em dimensões macro e micro, que são relevantes ao processo de desenvolvimento. No nível micro consiste em laços intracomunitários ou como redes extracomunitárias. Ao nível macro, o capital social pode ser pensado como a capacidade que os governos têm de construir respostas eficazes em conjunto e favor da sociedade ou a capacidade institucional de uma comunidade. A vantagem desta perspectiva é que ela reconhece a natureza formal e informal do capital social, bem como a ideia de que o capital social tem características individuais e comunitárias. (WOOLCOCK, 1998, apud RODRIGUES, 2017, p. 46)

Assim, para utilizar a cooperação entre os atores como uma ferramenta, é preciso que haja confiança entre os mesmos, estando cientes de que o resultado esperado é para o bem comum. É relevante para o desenvolvimento regional a participação de cada ator no compartilhamento de conhecimentos de qualquer natureza que possam contribuir para a consolidação de uma cadeia produtiva. Principalmente no caso de novas alternativas, como a olivicultura na região do COREDE Campanha.

A economia da região vem se diversificando e novas atividades têm sido introduzidas, como apresentado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2017-2030 COREDE Campanha (2017, p.4) “o potencial da região para a produção de energias renováveis, a produção de vinho e de azeite tem imprimido na região a possibilidade de diversificação da matriz econômica”. Tal fato é ilustrado conforme

¹² O conceito de capital social tem sua origem na obra de Robert D. Putnam, Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. (PUTNAM, 1996)

imagem a seguir na BR 293, no trecho entre Bagé e Candiota, em que de um lado da rodovia temos olivais e de outro as videiras,

Figura 3 – Videiras e Oliveiras frente a frente



Fonte: a autora (2020).

Convém assinalar que, justamente nessas regiões em que as duas culturas estão sendo desenvolvidas em propriedades próximas ocorreram discussões a respeito da utilização de um produto denominado 2,4-D nos vinhedos. A utilização causa sérios problemas para os olivais, abortando o fruto, diminuindo a produtividade e aumentando o prejuízo. Assim, instituições privadas e públicas estão trabalhando junto aos produtores para minimizar os prejuízos e encontrar novas alternativas para as produções. Segundo Nachtigal (2019)¹³, a EMBRAPA está auxiliando com apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias. Recentemente, em dezembro de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União a Instrução Normativa proibindo a utilização do

¹³ Entrevista com Nachtigal, J. (EMBRAPA, 2019)

herbicida durante o período de greve dos fiscais agropecuários, ou seja, teve durabilidade de cerca de um mês. A decisão foi tomada de acordo com o IBRAOLIVA (2019) e estiveram envolvidos na pauta atores como: IBRAOLIVA, Ministério Público do Rio Grande do Sul, Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul LTDA, EMATER, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, acatando uma recomendação do Ministério Público do RS.

Ainda para o IBRAOLIVA (2019), foram divulgados dados de análises de deriva de 2,4-D, que é o deslocamento do produto para outro alvo, realizadas em dezembro de 2019 para 143 amostras, sendo 92,93% das amostras positivas para a presença do produto em diversas plantas. Aproximadamente 4% da contaminação foi encontrada em oliveiras e nos municípios de **Bagé**, **Candiota**, Cachoeira do Sul e **Dom Pedrito*** ¹⁴. Visto que as amostras totais pertenciam a 41 municípios, os resultados não indicam que as oliveiras não estão sendo contaminadas, mas pelo contrário, que onde há a plantação de ambas as culturas (oliveiras e videiras), a probabilidade de deriva é grande.

É nesse contexto que se enquadram produções como a viticultura e, em crescimento, a olivicultura. Contudo, as oliveiras apresentam para pesquisadores vantagens frente a introdução vitivinícola na região, como para Costa e Jorge (2018):

Por ser uma região ainda nova na produção de Oliveiras, ainda não se possui resultados concretos acerca de rentabilidade, cultivares mais adaptadas e produtividade. Porém, comparado ao custo de implantação de outras espécies perenes, a Oliveira possui um custo mais baixo, principalmente se compararmos a uva, tornando-se assim, uma oportunidade de diversificação da matriz produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul. (COSTA e JORGE, 2018, p.4)

Além disso, de acordo com o Cadastro Olivícola (2017), em pouco mais de 10 anos de cultivo para fins comerciais no RS, a olivicultura tem ampliado sua área de cultivo e já se mostra parte da paisagem do estado. A Campanha apresenta 38 produtores de oliveiras com um total de 437,7 hectares. Portanto, a região conta com 12% da área total plantada com olivais do Rio Grande do Sul e ¼ dos produtores do

¹⁴ Municípios do COREDE Campanha que apresentam ambas as produções (oliveiras e videiras).
*duas amostras contaminadas. IBRAOLIVA (2019)

estado encontram-se nesta área. Assim sendo, um COREDE conta com 25% dos olivicultores enquanto os outros 27 Conselhos Regionais de Desenvolvimento dividem a cota restante de 75%.

Estudos realizados por Sanches (2016), em Caçapava do Sul, mostraram que a produção regional conta com participação dentro e fora dos olivais, fazendo com que mais atores se envolvam efetivamente no desenvolvimento desta cadeia produtiva. Assim é o caso apresentado anteriormente, onde há participação desde o viveiro de mudas¹⁵ até o processamento e envase do azeite, envolvendo dos grandes aos pequenos produtores, fortalecendo as relações regionais de cooperação.

4.2 Atores identificados: efetividade das ações para o desenvolvimento da atividade olivícola e do COREDE Campanha

Visando o desenvolvimento territorial, os atores são fundamentais para que o processo ocorra de forma sustentável. A articulação dos atores e a função que cada um assume em diferentes posições da cadeia produtiva são impressos no território e resultam em um arranjo produtivo local ou outras formas de aglomerações.

Assim, para Cassiolato *et al* (2017, p.67) os processos locais podem gerar oportunidades, mas são dependentes dos agentes territoriais. No caso da Olivicultura são identificados alguns atores e sua importância, como na tabela a seguir construída através de questionários como uma das etapas desse trabalho

¹⁵ Mesmo com mudas provenientes de Barra do Ribeiro, a empresa é de um ator que se envolve fortemente com a indústria, contratação de funcionário, relações com outras empresas privadas e órgãos públicos e olivais no COREDE Campanha. CAYE, A. (2018) e SANCHES (2016).

Quadro 7 – Verificação da participação de alguns atores na olivicultura

Ator	PARTICIPAÇÃO E IMPORTÂNCIA DE DIFERENTES ATORES NOS PROCESSOS OLIVÍCOLAS
EMBRAPA (2019)	“As Normas de Produção Integrada da Oliveira foram elaboradas por uma comissão formada pelos diferentes elos da cadeia produtiva e está no MAPA, aguardando a publicação. A PI é um sistema que apresenta diversas vantagens para a cadeia, com destaque para a garantia do uso de boas práticas, a rastreabilidade e a certificação. Para a sua implantação, além da definição das Normas, a PI também exige a capacitação dos técnicos e o envolvimento dos diversos elos da cadeia (empresas produtoras de insumos, produtoras de máquinas e implementos, embalagens, processadoras, transporte, certificação e, principalmente, do setor produtivo).”
ENG. AGRONOMO DA PREFEITURA DE BAGÉ/RS (2019)	“ Secretaria de Agricultura do Estado do RS, Emater, MAPA, IBRAOLIVA, Prefeituras, Agroindústrias de Extração. A importância é a difusão do conhecimento no que tange à olivicultura, os benefícios da inclusão de uma nova matriz produtiva local que proporciona geração de empregos no campo e nas cidades, exploração do potencial turístico através da criação da “Rota das Oliveiras”, envolvimento da rede hoteleira, restaurantes que passam a contar com um produto de alta qualidade visando à alta gastronomia.”

Fonte: entrevistas realizadas pela autora. (2019)

Após identificados em entrevistas e em pesquisas documentais (como apresentados no capítulo 3 através de uma ordem cronológica), podemos avaliar a efetividade das ações dos atores envolvidos na olivicultura no COREDE Campanha. Como também apresentado anteriormente, a produção gaúcha possui atores em todas as etapas da cadeia produtiva, mas nem sempre são suficientes para manter a produção ou contribuir com o desenvolvimento regional por não terem efetividade em suas competências.

Portanto, a governança é um dos requisitos para uma correta constituição do APL e esta ocorre de forma que os atores envolvidos na atividade a praticam aplicando em maior ou menor intensidade frente aos demais envolvidos na produção. Para Laster e Cassiolato (2003, p. 5), as diferentes representatividades e governanças refletem nas maneiras das tomadas de decisão. Para tal, apresentamos uma tabela com os atores ou grupos de atores identificados atuando no COREDE Campanha para analisarmos a efetividade de suas ações, que estão subdivididas em consolidada, parcialmente consolidada, fracamente consolidada e não consolidada. Assim, através de um estudo de referencial bibliográfico e entrevistas o quadro a seguir (2019):

Quadro 8 – Atores e efetividade da produção olivícola COREDE Campanha

ATOR	EFETIVIDADE	JUSTIFICATIVAS
EMATER/RS	CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -cooperação para a criação do PRÓ-OLIVA -busca por conhecimento técnico em países limítrofes -apoio aos produtores -apoio a eventos
Associações	NÃO CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -produtores desconhecem a efetividade, por tal razão não buscam as associações para participação. -OLISUL atua de forma mais forte em Caçapava do Sul -produtores desconhecem uma associação regional como a ARGOS.
Trabalhadores do comércio	FRACAMENTE CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -interesse em comercializar produtos locais (conectados com produtores); -conectados com o mercado consumidor;
Cooperativas	NÃO CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -não há registro de cooperativas que sejam efetivas regionalmente para olivicultura.
COREDE Campanha	PARCIALMENTE CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -proximidade com instituições de ensino com pesquisas olivícolas; -reconhecimento da importância a olivicultura para o desenvolvimento regional.
Empresas privadas internacionais	PARCIALMENTE	<ul style="list-style-type: none"> -empresas dispostas em intercâmbio técnico-científico
Empresas privadas nacionais	PARCIALMENTE CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -ainda sem tecnologias específicas para a olivicultura; -empresas buscam os produtores para parceria para modificar e/ou adaptar suas tecnologias para suprir o mercado olivícola nacional; -relação de ganha-ganha entre empresas e produtores.
Mão de obra	FRACAMENTE CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -os funcionários contratados costumam ser: técnicos relacionados a agronomia e serviços gerais. Assim, os primeiros apresentam formação de nível superior, já os segundos são empregados que, em geral, estão trabalhando na propriedade há anos. Esses, em sua maioria, não recebem cursos ligados a olivicultura. Ambos os grupos apresentam preferencialmente naturalidade na região. -os funcionários temporários são contratados entres os meses de fevereiro-abril na época da colheita, são da região e não possuem instruções e formação técnica em manejo de oliveiras e afins.
Indústrias extratoras	CONSOLIDADA	<ul style="list-style-type: none"> -auxiliam a produção de forma a envolver os pequenos e médios produtores sem indústria. Fato que beneficia toda a região, os pequenos e médios produtores da região conseguem ter suas produções diversificadas com a olivicultura sem precisar investir inicialmente em extratoras e envazilhadoras. -são importantes regionalmente também pela proximidade com os olivais. O tempo entre colheita e extração do azeite é fundamental para a qualidade de um azeite extra virgem.

Instituições de ensino	FRACAMENTE CONSOLIDADA	<p>-percebe-se que muitas pesquisas olivícolas estão em andamento, porém envolvem características físicas do azeite e da fruta. Assim, há um nicho a ser preenchido por pesquisas regionais, de perfil dos atores.</p> <p>-algumas instituições estão engajadas na olivicultura somente na promoção de eventos, contudo, faltam cursos aplicados a área.</p> <p>-as regiões produtoras não estão se organizando, de forma aparente, para a formação de mão de obra especializada na cultura.</p>
Instituições financeiras	FRACAMENTE CONSOLIDADA	-para a maior parte dos produtores do COREDE Campanha, sem indústria, não foram solicitados financiamentos para a implantação dos olivais. Porém, o MAPA (2019, em entrevista) avalia que “através do PRONAF, programa ABC, PRONAMP, dependendo de onde o agricultor se enquadra. Crédito não é o problema.”
Instituições de fomento e pesquisa	CONSOLIDADA	<p>-buscam o desenvolvimento de soluções para a redução dos diferentes tipos de gargalos da olivicultura (material genético, o manejo da planta e do solo, o controle das pragas e as práticas de colheita e extração de azeite);</p> <p>-participação em reuniões e seminários com outros atores da cadeia produtiva;</p> <p>-abertura de editais para a pesquisa na área.</p>
IBRAOLIVA	CONSOLIDADA	<p>-produtores associados</p> <p>-governança estabelecida</p> <p>-relação com outros atores públicos e privados</p>
Olivicultores	PARCIALMENTE CONSOLIDADA	<p>-governança não estruturada completamente;</p> <p>-produtores ausentes ou não informados de associações;</p> <p>-interesse em ter uma produção que cresça de forma segura, sem riscos de aumento de produção;</p> <p>-produtores não presentes em diversos eventos técnicos/científicos relacionados com a produção.</p>
Órgãos internacionais	NÃO CONSOLIDADA	-por não ser um grande produtor, o Brasil é visto aos poucos por órgãos reguladores internacionais como o COI. A conexão do Conselho com país e regiões produtoras ocorre através de outros atores mais próximos da produção nacional
Prefeituras	FRACAMENTE CONSOLIDADA	-as prefeituras se mostraram engajadas principalmente no período de instalação dos olivais e auxílio a programa técnicos.
Governo do Estado do RS e suas secretarias	PARCIALMENTE CONSOLIDADA	<p>-projeto de arranjo produtivos locais</p> <p>-Cadastro Olivícola</p> <p>-encontros técnicos com produtores e outros atores</p> <p>-uma possibilidade de consolidação das ações seria inserir a olivicultura em agenda de desenvolvimento regional</p>
Governo Federal e seus Ministérios	PARCIALMENTE CONSOLIDADA	<p>-órgãos reguladores de produção e comercialização;</p> <p>-os ministérios não atuam diretamente nas cadeias; produtivas específicas, mas de maneira geral;</p>

		-a Comissão Permanente da Olivicultura (MAPA) foi extinta e as atribuições passaram para o IBRAOLIVA; -como um dos principais contra estão projetos de isenção de impostos para alguns azeites importados, não tornando justa a competição interna.
Sistema S	PARCIALMENTE CONSOLIDADA	-programas de estímulo a competição -envolvimento com outros atores

Fonte: a autora (2019).

Ser um ator com efetividade classificada como não consolidada ou parcialmente consolidada não significa que nunca houve ação importante para o desenvolvimento regional com base na olivicultura, mas que atualmente não pode ser reconhecida sua inserção efetiva na região. Não sendo uma cultura consolidada e que está em expansão, é importante que os atores identificados se engajem para o desenvolvimento da cultura e da região imprimindo no território repercussões e transformações socioespaciais.

Sendo a governança uma das premissas para a constituição de um arranjo produtivo local, Rodrigues (2016) apontou que, para a olivicultura, não era ainda consolidada de forma satisfatória na cadeia. A consolidação do APL tem sido foco em estudos e políticas públicas pela sua importância, como traz o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2006):

Pelo potencial que apresentam do ponto de vista de políticas de desenvolvimento local, ou mesmo regional, com elementos de políticas industriais, as aglomerações geográficas e setoriais de empresas vêm crescentemente sendo objeto de políticas públicas. Por meio da coordenação de ações entre os agentes privados, as ações de políticas visam melhorar as condições locais para o crescimento das empresas, incentivo a investimentos, desenvolvimento tecnológico, aumento de exportações e, sobretudo, aumento do emprego e da renda local ou regional. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p. 14),

Para a cadeia olivícola são apresentados problemas como de confiança entre os produtores e as associações regionais, já que os produtores reconhecem a existência de algumas, mas não conseguem mencionar suas ações e benefícios de pertencimento. Porém, é apresentada pelos produtores uma relação de integração e confiança com o IBRAOLIVA, visto pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa (2019) ¹⁶ como o responsável pela cooperação nacional.

¹⁶ Entrevista com Schwanke, F. (MAPA, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo, 2019)

Porém, outro fator decisivo para a produção e para mudanças socioeconômicas regionais são os empregos. A olivicultura é uma cultura que ainda necessita aprimoramento técnico e tecnológico de maquinários. A maior parte da colheita é manual, mas a mão de obra não é capacitada, conforme afirma Menezes (2019),

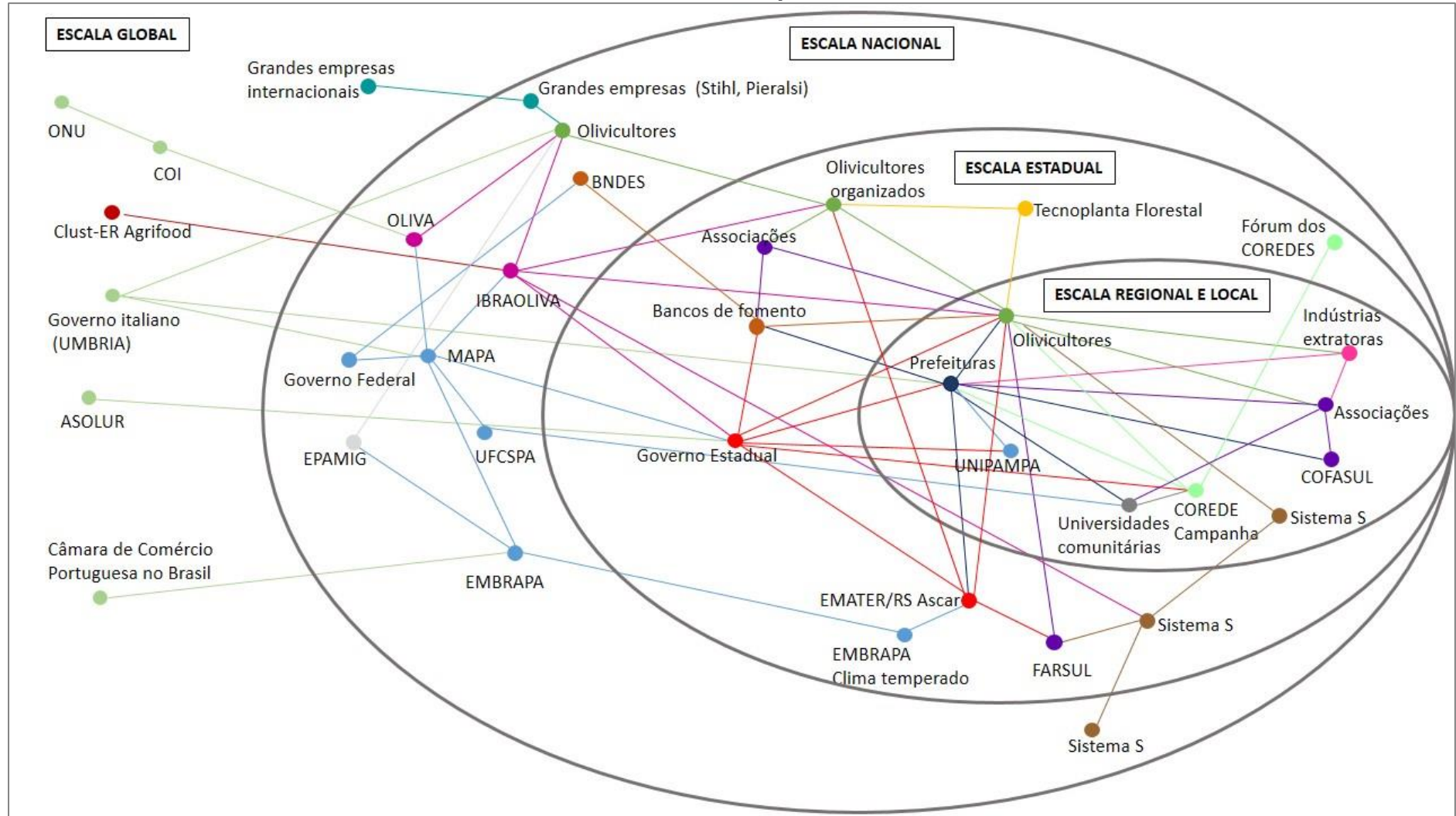
Se levarmos em conta que a colheita manual representará para muitos produtores a única alternativa e que 70% do custo de produção total do Olival é representado pela colheita e que nossos olivais são muito jovens ainda, tenho a convicção que dentro de poucos anos a demanda por mão de obra durante a colheita será enorme; e não estamos preparando essa mão de obra. (MENEZES,2019)¹⁷

É apresentado novamente por Rodrigues que o sistema olivícola é complexo e envolve diversos atores. É uma cultura relativamente nova na região e não há histórico de sucesso anterior por um longo período. Assim, a cadeia produtiva está apresentando melhoras nos aspectos administrativos quando comparamos com pesquisas anteriores, como Rodrigues (2016), e apontam para um aprimoramento de integração, cooperação, competição em desenvolvimento. Considerando esses elementos e com base em Becker (1997), observa-se que a maneira como um determinado grupo busca para atingir seus objetivos já pode ser considerado uma forma de territorialidade. Sendo assim, é possível que já possamos falar em territorialidade da olivicultura.

Para a identificação dos atores mais relevantes, buscou-se a partir do proposto por Racine, Raffestin e Rufy (1983), a correta conexão dos níveis escalares que atuam sobre o território, visando a compreensão do fenômeno. No que tange a olivicultura, observou-se no estudo a interação de diferentes escalas com destaque para a global, nacional e regional/local. Este filtro, com o objetivo de perceber um “esquecimento coerente”, uma simplificação da realidade, permitiu que se observasse a movimentação dos atores nos diferentes níveis escalares, como pode ser observado na Figura 4.

¹⁷ Entrevista com Menezes, E. (Eng. Agrônomo Prefeitura Municipal de Bagé, 2019)

Figura 4 - Escalas de poder e gestão- atores mais representativos que atuam na olivicultura do COREDE Campanha



Fonte: a autora (2020).

Com base na figura 4 observa-se que a escala regional e local apresenta atores engajados na atividade, contudo os mais significativos em ações em prol da olivicultura, que refletem territorialmente, são os produtores e as prefeituras. As prefeituras municipais trabalham de forma hierárquica com o Governo Estadual, buscando o desenvolvimento de programas específicos para o desenvolvimento da cultura, auxílios em créditos pelos bancos de fomento através de créditos rurais. Já os olivicultores se relacionam fortemente com demais atores em escala regional e local, estadual e nacional. Esses por sua vez, não tem poder de gestão, mas auxiliam no direcionamento de políticas para o setor através da participação ativa em assembleias, associações e reuniões com o poder público.

Esse processo de gestão e poder resulta em políticas abrangentes de forma estadual e/ou nacional por parte do Governo do Estado e do Governo Federal e, muitas vezes, não específicas para a região, mas sim para a cadeia produtiva. Assim, por ser uma atividade em ascensão, mas ainda insólita até mesmo a nível nacional, o objetivo fundamental por parte da gestão pública é o desenvolvimento com base em produção e produtividade que ocorre principalmente com o aumento de produtores e hectares plantados. Dessa forma, as políticas regionais pouco contemplam a olivicultura ou, quando contemplam, são tão recentes que ainda não é possível avaliar sua efetividade como a Rota das Oliveiras instituída em 2019.

Atores em escala nacional que também tem forte atuação na produção regional são: IBRAOLIVA e o Ministério da Agricultura. Esses promovem diferentes ações na olivicultura do COREDE Campanha, o primeiro é representado pelos olivicultores e tem engajamento ao levantar pontos a serem desenvolvidos na produção, além de ser um elo nacional entre os olivicultores gaúchos e de outros estados com o Governo Federal. Através do Ministério da Agricultura, o Governo Federal atua regulando o setor desde a importação de mudas até a comercialização. A função desse ator é indispensável para a olivicultura, mas como outros atores não atua especificamente para a região. O Governo Federal tem suas funções implicadas localmente, mas é fato que isso ocorre majoritariamente de forma nacional.

O principal ponto de união entre o MAPA e a região ocorre através de pesquisas realizadas por universidades federais situadas no Rio Grande do Sul e na região do COREDE Campanha através de polos em cidades englobadas. Essa comunicação e cooperação se mostra importante para futuras políticas regionais visto que nas

pesquisas são estudados pontos endógenos, que implicam na produção e produtividade, além de ter possibilidade de contato com demais atores regionais.

Na escala global órgãos, instituições e empresas globais realizam ou realizaram em algum momento do desenvolvimento olivícola na região do COREDE Campanha, o ator, um dos pioneiros a realizar atividades aplicadas diretamente em escala regional e local, foi Governo Italiano. Esse atuou com troca de experiências técnicas por ser um país historicamente produtor. Os atores globais envolvidos na olivicultura da Campanha não são reguladores de políticas regionais, mas auxiliaram no processo de implementação da cultura na região, além de alguns como o COI regular a produção a nível mundial.

É possível perceber que atores em escala global, nacional, estadual e regional/local nem sempre são atuantes na promoção de políticas que possam beneficiar a localidade. Muitas vezes esses atores são responsáveis por serem elos na produção e cada um possui seu papel e importância em maior ou menor nível, contudo, a regulação e a responsabilidade de voltar as políticas para o desenvolvimento regional segue exclusivamente do Estado e da Federação. Porém, é visível a ineficiência desses atores na criação de políticas olivícolas específicas para cada região. Assim, se perde muito ainda em termos de aproveitamento das características locais que poderiam ser fortes promotoras da cadeia produtiva. Então, para as regiões olivícolas é essencial que haja um fortalecimento, maior participação, integração e cooperação entre os órgãos e instituições públicas com empresas privadas, associações, produtores, instituições de ensino levando em conta as especificidades para que se possa aproveitar ao máximo a evolução da cultura daqui para frente.

4.3 Repercussões territoriais já identificadas e possíveis transformações socioespaciais geradas pela olivicultura

A instalação de uma atividade em uma dada região acarreta repercussões territoriais concretas e transformações que atingem diretamente a população. É o caso da instalação de uma produção agrícola, em que se cria uma atmosfera em torno da produção. Para o desempenho das funções alguns itens são necessários, como: plantação e expansão de olivais, instalação de unidades beneficiadoras de azeite, mão

de obra, profissionalização da mão de obra, escoamento da produção, divulgação para o consumidor, inserção do consumidor na cadeia produtiva na forma de turismo.

Assim, temos as transformações concretas no território e as mudanças na organização social um determinado espaço, ocorridas ao longo do tempo. Para que ocorram as repercussões em nível local e regional é importante, novamente, a gerência. Essa necessita estar articulada entre os atores envolvidos para que as implicações territoriais da atividade tenham os melhores reflexos possíveis para a população e os demais atores envolvidos no processo. Para Nascimento *et al* (2012, p. 403) “A governança requer articulação e transparência no planejamento das políticas públicas do Estado. Com isso, é de suma importância que o Estado e a sociedade civil se articulem para tomar as decisões que repercutem no local.”

Conforme apresentado nesse trabalho, segundo diversos autores, pelos dados e pela pesquisa de campo, podem ser observadas na região da Campanha algumas **repercussões territoriais concretas** do ponto de vista territorial. Podemos inferir que **há** territorialidade por parte dos olivicultores da Campanha, já que ano a ano aumenta o número de produtores, a área plantada e a produtividade. Apesar de não haver uma governança consolidada esses se mostram empenhados para o aumento dos olivais e sucesso da região como produtora olivícola.

Na paisagem, como repercussão territorial concreta, está na própria expansão de áreas de cultivo (1) e de atividades relacionadas ao processamento do azeite, como os lagares (2 e 3), construção de empreendimentos relacionados, como empórios (4), pousadas (5), Feira do Azeite Novo, Rota das Oliveiras (apresentadas e caracterizadas em fotos nas páginas 99 e 101). Tais modificações territoriais estão exemplificadas na figura abaixo sendo (1,3,4,5) de produtores olivícolas de municípios distintos do COREDE Campanha.

As atividades resultantes em repercussões territoriais até o momento atendem a produção da região de forma que inclui diversos atores nos processos, contudo é uma iniciativa incipiente que demanda fomento, manutenção, interação e integração entre os atuantes no setor. A medida em que a produção aumente e passe a gerar demanda por mais serviços, mais distribuição e comercialização, maior conhecimento dos consumidores existe a

tendência de maior impacto nas repercussões territoriais, como é possível observar nas citações do parágrafo anterior.

Há no COREDE Campanha 3 lagares (indústrias extratoras de azeite) para suprir a safra de 38 produtores, de acordo com a SEAPI (2018), assim se apresenta um cenário de produção baseada na cooperação entre olivicultores com extratoras e os sem extratoras. Essa interação é vista como importante para a cooperação entre eles, contudo, não é o único elemento que mantém os produtores unidos para o desenvolvimento da olivicultura regional. No ano de 2019, na EXPOAZEITE/SP, ocorreu o lançamento de uma planta monobloco, de uma marca italiana que atua no Brasil, com um custo mais acessível.

Figura 5 – Repercussões Territoriais olivícolas no COREDE Campanha



Fonte: 1, 2 e 3: a autora (2019). 4: Empório Prosperato (2019). 5: Vila do Segredo (2020).

Essa pesquisa procurou questionar três produtores que já possuem marca própria para compreender se indústrias extratoras de azeites utilizadas de forma

compartilhadas são responsáveis pela cooperação entre os olivicultores. Obtivemos as seguintes respostas e considerações: um dos produtores acredita que poderia haver uma ruptura no processo de interação entre os olivicultores, visto que é um trabalho que deveria ser feito em grupo em função da falta de recursos de muitos produtores. Contudo, dois dos produtores acreditam que não havia interferência na cooperação entre os mesmos se todos ou a maioria pudesse obter suas próprias plantas monobloco. Foram citadas razões como facilidade de processamento mais rápido, o que acarretaria em aumento de qualidade e uma concorrência mais justa entre os produtos.

O pensamento de que poderia haver uma quebra na cooperação entre produtores pode ser muito enraizado no cenário atual, pois muitos produtores ainda não possuem como única atividade agrícola a olivicultura, necessitando ainda de recursos para expansão de produção, auxílio técnico, contratação de funcionários. Porém, para os produtores que acreditam que a comercialização dessa planta não traria problemas para a cooperação, possivelmente estão fortalecidos os aspectos de articulação, aprendizagem, inovação, integração e concorrência. Pontos esses que já foram trazidos e sustentam a formação de aglomerações e que rumam para um melhor desenvolvimento da cadeia produtiva.

A construção de empreendimentos relacionados à olivicultura na região do COREDE Campanha vem para afirmar o potencial da produção. Inicialmente a venda dos produtos era feita somente de forma direta com o produtor. Hoje ainda permanece majoritariamente dessa maneira, mas existem opções como lojas próximas a produção, *e-commerce* e venda por outros estabelecimentos como Mercado Público de Porto Alegre e uma rede de supermercados gaúcha.

A compra diretamente com o produtor é uma estratégia de captar os clientes que buscam compreender o sistema produtivo e querem conhecer a localidade da produção e, ainda, algumas indústrias permitem inclusive a visita tanto ao lagar quanto ao pomar. Já a Feira do Azeite Novo, que ocorre todo o primeiro sábado do mês no pátio da Secretaria da Agricultura, no Bairro Menino Deus em Porto Alegre, é outro momento de conhecer quem produz e elencar outros conceitos estão em alta que para os consumidores.

Ainda nesta linha, os consumidores presentes na feira no dia 04.01.2020 concordam que a olivicultura gera benefícios para o Rio Grande do Sul. Isso ocorre através da geração de empregos e renda para os municípios produtores; agregação de valor à imagem do estado por ser um dos pioneiros nesta produção (juntamente com São Paulo e Minas Gerais); mais saúde para quem consome. Esse fato se dá pela proximidade com o produtor, a confiança em quem produz em relação às fraudes e o menor percurso que o produto faz até o consumidor final, ou seja, um azeite fresco. Tal proximidade produtor-consumidor é representada na figura que segue:

Figura 6 – Primeira Feira do Azeite Novo em 2020 em Porto Alegre



Fonte: a autora. (2020)

Além disto, o menor impacto ambiental não consiste apenas no menor trajeto até o consumidor, mas também é guiado pelo menor uso de agroquímicos, com a utilização de lavoura-pecuária com relação ganha-ganha, e de contribuir para a criação de mais um elemento parte de uma identidade.

A repercussão territorial de diversificação e integração da produção citada como benefício pelos consumidores é fruto da diversificação da produção dos olivicultores. Muitos, como já relatado nessa pesquisa, não possuem como única atividade o cultivo de oliveiras, mas, por pertencerem a Metade Sul, possuem tradição

em outras criações como a de ovinos. **Está havendo, por parte de alguns produtores, a mescla de produção, ou seja, a integração lavoura-pecuária.** O consócio, que já causa repercussões territoriais pode, em curto prazo, se mostrar como alternativa de diversificação da matriz produtiva da região, provocando mais transformações socioespaciais. Assim, a integração e seu desenvolvimento visam incentivar a valorização da localidade e de seus produtos, como o azeite de oliva, azeitonas, lã, leite de ovelha, carne ovina. Atualmente encontramos na região uma paisagem como a figura a seguir.

Figura 7 – Integração oliveiras e ovinos



Fonte: Almeida, G. (2019). Disponível em: Correio do Povo.

A ovinocultura gaúcha é uma das atividades mais tradicionais, porém para fins comerciais vem se reestruturando há cerca de 10 anos no RS. É comprovado que a consorciação é uma relação que pode aumentar os ganhos, de acordo com Marchetti (2019). Por um lado, os olivicultores são beneficiados com a presença dos ovinos através de menor utilização de maquinários para a roçada, menor emprego de agroquímicos pela adubação através do esterco, subprodutos como lã, carne, leite e maiores atrativos para estruturação de turismo rural. Por outro lado, os ovinos se beneficiam de uma alimentação complementada com folhas de oliveiras ricas nutricionalmente e pastam em áreas de sombra.

Outro tipo de empreendimento que tende a se consolidar na região e a atrair a formação de diversos outros são as pousadas. Com a criação da **Rota das Oliveiras**

(2019), aprovada através do Projeto de Lei nº 124/2018¹⁸, o COREDE Campanha tem a oportunidade em colocar em evidência suas peculiaridades e as potencialidades da região. Abaixo temos a figura do governador Eduardo Leite sancionando a lei da Rota das Oliveiras na Expointer (2019):

Figura 8 – Lei Rota das Oliveiras sendo sancionada



Fonte: Dalla Valle/Palácio Piratini (2019)

Assim, o turismo é capaz de atrair novos investimentos, novos postos de empregos diretos e indiretos, renda, inovação e, conseqüentemente, novas configurações socioespaciais para a região. Para Menezes, engenheiro agrônomo da Prefeitura de Bagé e produtor, essas alterações na região envolvem diversos atores da produção (2019):

A inclusão da região na Rota das Oliveiras vem ao encontro do turismo gastronômico, ecológico e sustentável. Na Europa o Oleoturismo juntamente como o Enoturismo se constitui em importante fonte de geração de renda para as regiões produtoras. Temos muito a percorrer no sentido de prepararmos nossas cidades para receber este turista exigente. A preparação deverá passar pelo produtor também, porque é ele que terá que dispor de estrutura para bem receber os futuros turistas. O SEBRAE está atuando fortemente na região no

¹⁸ A Rota das Oliveiras inclui os municípios de Bagé, Barra do Ribeiro, Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul, Camaquã, Candiota, Canguçu, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Formigueiro, Hulha Negra, Pantano Grande, Pinheiro Machado, Piratini, Restinga Seca, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, São João do Polesine, São Sepé, Sentinela do Sul e Vila Nova do Sul, que têm atuação expressiva no cultivo e no beneficiamento das oliveiras. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019)

sentido de capacitar produtores, empresas e demais atores que estarão envolvidos na atividade. (MENEZES, 2019)

Algumas dessas transformações socioespaciais já estão sendo sentidas regionalmente, como a mão de obra. Embora ainda seja um problema, como retrata o Produtor com Marca Própria 1 (PCMP1, 2019), existem dificuldades na região inserida na Serra do Sudeste em relação a fruticultura. Por ser uma cultura muito nova, há poucos técnicos e trabalhadores capacitados nesse tipo de produção, manutenção de máquinas e insumos para o pomar.

Um dos perfis que foi possível delimitar para os produtores do COREDE Campanha é de um produtor majoritariamente com ensino superior completo na área de agronomia; gênero masculino; com idade média de 40 anos; tendo cerca de 2 funcionários quando é uma atividade familiar (auxiliar de serviços gerais e um funcionário com habilitação para conduzir trator ou realizar reparos mais técnicos), e mais de quatro funcionários quando se auto enquadra como produção patronal (4 contratados e outros consultores); com outras atividade como gado de corte, macieiras, videiras, nogueiras, ovinos; planejam um tempo médio de retorno financeiro de 10 anos após o início da atividade.

Dessa forma, os produtores apresentam perfis diversificados, possuem fins e áreas destinadas ao cultivo de hectares muito variados, mas almejam poder contratar o mesmo perfil de funcionários, se possível da própria região. Conforme o Produtor com Marca Própria 3 “Deveriam ser funcionários treinados para a produção vegetal – reconhecimento dos sintomas de pragas/doenças/deficiências hídricas e nutricionais, ter noção de defensivos agrícolas, regulagem de pulverizadores, poda e tutoramento.”

Por mais que seja ainda um desafio a ser enfrentado pela produção olivícola na Campanha, pode ser tratado como uma oportunidade para quem deseja se aprimorar tecnicamente, pois a tendência, com a produção em ascensão, é a necessidade cada vez maior de trabalhadores capacitados. Atualmente (MENEZES, 2019) “mão de obra não se restringe apenas à colheita e sim aos demais tratamentos culturais como podas e tratamentos fitossanitários. Sabe-se que a cada 10 hectares de oliveira gera-se um emprego com carteira assinada.” A colheita, por seu turno, acaba contratando diversos funcionários temporários, preferencialmente moradores dos municípios de produção ou limítrofes e é uma etapa extremamente manual, conforme figura a seguir,

Figura 9 – Processo de colheita manual



Fonte: Prosperato (2019).

A Região está se transformando territorialmente e tendo reflexos socioespaciais com a introdução da olivicultura. Um fator de importância para a região é a visibilidade, principalmente frente ao poder público, para que possa se tornar foco de discussões territoriais tão defasadas no COREDE Campanha e na Metade Sul de modo geral. Os produtores não buscaram a atividade de forma isolada, mas foram auxiliados por muitos atores fundamentais ao longo de todo o processo até o estágio atual.

A coesão entre os elos da cadeia produtiva tende a refletir territorialmente com gradativas discussões regionais com enfoque no desenvolvimento. Tal região urge por atenção do setor público, mas não depende exclusivamente desse ator. É através da integração e representatividade do demais que as demandas serão resolvidas e trarão consequente benefício para a região.

5 Considerações finais

O desenvolvimento da olivicultura deixa marcas através das modificações nos municípios e regiões produtoras. O desenvolvimento da pesquisa permitiu que se observasse que ainda é uma produção incipiente, mas que demonstra grande potencial, tanto do ponto de vista do setor público quanto privado. Percebe-se que a cadeia olivícola no COREDE Campanha necessita se estruturar de forma mais sólida para se tornar mais efetiva internamente e, que possa favorecer o desenvolvimento territorial. Observou-se que mesmo havendo uma melhora na organização produtiva, essa ainda não está suficientemente consolidada para que o arranjo seja ser considerado um Arranjo Produtivo Local.

Do ponto de vista dos atores, os olivicultores são essenciais e formam a base da produção. Nesse sentido, o protagonismo dos mesmos por meio de associações representativas mostra uma perspectiva para preparar a Região para o desenvolvimento da atividade. Entretanto, a perspectiva de desenvolver a Região por meio da olivicultura, requer a participação do Estado, que juntamente com outros atores pode atuar na organização dos atores locais e, também, na proposição de políticas públicas e instrumentos de financiamento, seja em nível regional, estadual, nacional ou local.

Por outro lado, observa-se que os representantes da cadeia produtiva ainda podem trabalhar no sentido de ter mais representatividade e cooperação entre os atores, não focando somente em meios legais para auxiliar seus processos. Com a interação dos elos da cadeia olivícola, o desenvolvimento de políticas notórias que beneficiem todos do “antes da porteira” até a mesa do consumidor ocorrerá de forma natural.

Observa-se que há mercado consumidor e há condições físicas favoráveis, fatores importantes para estimular a produção. Resta a cadeia produtiva se engajar para alterar aspectos fundamentais e palpáveis afim de gerar vínculos produtivos sólidos com o território. O saber-fazer se mostrou um aspecto que quando compartilhado só tende a trazer benefícios aos envolvidos no cultivo e, há grande estímulo entre os atores para o compartilhamento de conhecimento, levando a um ciclo virtuoso de aprendizagem e cooperação. A formação, durabilidade e eficiência de associações é um dos pontos que precisam de atenção, visto que é através das

associações que diversos atores têm a oportunidade de serem ouvidos, há compartilhamento de conhecimento e representatividade e se estabelecem laços mais fortes entre os atores regionais.

Quatro anos após a pesquisa de Rodrigues (2016) podemos perceber que ainda não é consolidada de forma total a governança dos atores envolvidos na olivicultura no COREDE Campanha. Assim, enquadramos a olivicultura nessa região como uma aglomeração produtiva, que pode vir a se tornar um APL ou um Sistema Territorial Local.

Entretanto, observou-se que as atividades já desenvolvidas, mesmo considerando-se a atividade uma aglomeração, **já resultam em repercussões territoriais. Transformações socioespaciais também já são observadas, como por exemplo nas relações de trabalho e na mudança do perfil da atividade agropecuária.** No entanto, os reflexos nos indicadores de emprego e socioeconômicos só poderão ser dimensionados no longo prazo.

Todas as ações já desenvolvidas que resultaram em ações de valor ou institucionais como Criação da Câmara Setorial das Oliveiras, a pressão pela criação do Instituto Brasileiro de Olivicultura, o Cadastro Olivícola, o Zoneamento Edafoclimático, Abertura Oficial da Colheita, Fundação das Oliveiras do Brasil já podem ser observados como repercussões territoriais da cadeia olivícola brasileira. Como mudanças socioespaciais, que atingem uma escala nacional e global, também já temos a procura por cursos técnicos na área da olivicultura, a busca em países tradicionais por conhecimento técnico, geração de cargos em instituições para profissionais ligados a essa área, geração de conhecimento acadêmico por meio de universidades.

Assim, as repercussões territoriais emergem de localidades produtoras, como no COREDE Campanha que expande ano a ano a produção, hectares de olivais, empreendimentos de ramos imobiliários e gastronômicos, novos espaços de feiras e comércios, instalações de agroindústrias, interações lavoura-pecuária que marcam a paisagem. Além disto, estão transbordando para fora dos olivais as novas configurações socioespaciais, principalmente, através da geração de empregos e renda para a região e normativas como a Rota das Oliveiras, capazes de alavancar a região para o centro políticas públicas a fim de consolidar a região como prioridade em análises de desenvolvimento territorial.

Sob o enfoque do planejamento territorial, observa-se que a mobilização de ações e de atores da Região e a materialização em planos e projetos tem se mostrado relevante para manter a Região na agenda de políticas públicas. Nesse sentido, o Fórum dos COREDES, por meio do COREDE Campanha, se torna um ator importante no *momento olivícola* da região, isso ocorre pois o conselho é destinado a analisar e avaliar questões territoriais com vistas ao desenvolvimento regional. Assim, o local torna-se uma alternativa para iniciar as estratégias de inserção a outros mercados, acessando às diferentes escalas e suas interações. Isso mostra que as repercussões territoriais e as novas configurações socioespaciais apresentam um importante componente que é a força do trabalho coletivo, objetivando transformar a Região e inseri-la no processo de desenvolvimento.

Observou-se com a pesquisa que já existem sinais claros da emergência de uma territorialidade da olivicultura na região da Campanha. Na construção dessa territorialidade o papel dos atores, em diferentes escalas tem sido fundamental. Entretanto, observou-se que para que a mesma seja estruturada como uma realidade para o desenvolvimento da região ainda há muitos aspectos a serem desenvolvidos pelos atores locais envolvidos na produção e governança e principalmente pelo Estado. Para a estruturação do sistema produtivo, o Estado tem um papel fundamental na governança do processo, desenvolvendo políticas públicas de forma a estimular a organização dessa nova alternativa.

Novas atividades econômicas como a olivicultura são possibilidades consistentes para diversificar a base produtiva e melhorar a qualidade de vida nos territórios afastados das zonas mais dinâmicas. No caso da Campanha, não se trata de criar uma atmosfera sem base territorial pré-existente, mas se valer da mesma e potencializá-la para o desenvolvimento da região. Aprofundar as análises elaboradas e entender como a olivicultura se organiza no território brasileiro, bem como sua relação com a produção dos países do Mercosul e da Europa, mostra-se uma alternativa promissora e que certamente poderá resolver lacunas identificadas nesse estudo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO. **Projeto Arranjos Produtivos Locais**. I Conferência Estadual de APLs 2012

AGÊNCIA SENADO. **Sistema S**. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> acesso em 23 de dezembro de 2019.

AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. dos. **Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento**. Anais, XXXIX CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA, Recife, 2001

ALBUQUERQUE, E.S de; AUED, I. M. **O mito do atraso das elites pampeanas gaúchas**. BGG N.º 32 — Porto Alegre – páginas 93 – 112 — Dezembro 2007

ALMEIDA, G. Foto divulgação. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/vantagens-m%C3%BAtuas-aproximam-ovelhas-e-a-olivicultura-no-rio-grande-do-sul-1.318657> acesso em maio de 2019.

AMIN, Ash, FERNÁNDEZ, Victor Ramiro e VIGIL. *Discutiendo el desarrollo regional: desde la emergencia y la institucionalización de la nueva ortodoxia hacia su reconsideración*. In: AMIN, Ash, FERNÁNDEZ, Victor Ramiro e VIGIL, José Ignacio (Orgs.). **Repensando el Desarrollo Regional: contribuciones globales para una estratégia latino americana**. Buenos Aires, Mino Dávila, 2008. p.19-60.

ANDRADE, A. A. V; SERRA, E. **Território e desenvolvimento na perspectiva dos geógrafos da escola de turim** – ITÁLIA ISSN: 1984-8501 Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 37, n. 3, p. 573-588, set./dez. 2017

ANUÁRIO BRASILEIRO DAS OLIVEIRAS 2018 / Benno Bernardo Kist, Cleiton Evandro dos Santos, Cleonice de Oliveira. – Santa Cruz do Sul : **Gazeta Santa Cruz**, 2018. 64 p. : il.

ANUÁRIO BRASILEIRO DAS OLIVEIRAS 2019 / Benno Bernardo Kist, Cleonice de Oliveira, Romar Rudolfo Beling. – Santa Cruz do Sul : Gazeta Santa Cruz, 2019. 56 p. : il.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. **URCAMP: Seminário debate presença de Centros Regionais de Desenvolvimento**. 2018. Disponível em: <https://www.abruc.org.br/atualidade/associadas/urcamp-seminario-debate-presenca-de-centros-regionais-de-desenvolvimento> acesso em 30 de dezembro de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ATACADISTAS E DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. **Pieralisi promove o segmento de olivicultura no Brasil**. Disponível em <https://distribuicao.abad.com.br/industria/pieralisi-promove-o-segmento-de-olivicultura-no-brasil/> acesso em 23 de dezembro de 2019.

Associação Brasileira de Produtores, Importadores e Comerciantes de Azeite de Oliveira – **OLIVA** disponível em <http://www.oliva.org.br/quem-somos/> acesso em 23 de dezembro de 2019

ASSOCIAÇÃO DOS OLIVICULTORES DE CAÇAPAVA DO SUL. **AOC**. Disponível em <http://www.olivicultura-rs.com.br/> acesso em 30 de dezembro de 2019.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE OLIVICULTORES. **ARGOS**. Disponível em: http://www.argos.org.br/new_argos/ acesso em 30 de dezembro de 2019.

BATALHA. **Azeite batalha-quem somos**. Disponível em <https://www.azeitebatalha.com.br/sobre> acesso em 31 de dezembro de 2019.

BECKER, B. K.. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, B. K. **A geografia e o resgate da geopolítica**. R.B. Geografia, v. 50, n. 2, Edição Especial, RJ: IBGE. 1988.

BECKER, B. **O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil**. Parc. Estrat. - Brasília, DF - v. 14 - n. 28 - p. 33-50 - jan-jun 2009

____. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In BECKER, Berta; COSTA, Rogério e SILVEIRA, Carmem (Orgs). **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-21.

BENKO, Georges. **A Ciência Regional**. Oeiras, Ed. Celta, 1999.

BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. Florianópolis, **Geosul**, v. 16, n. 32, p.31-50, 2001

BERTÊ, Ana Maria de Aveline *et al*. Perfil Socioeconômico da Região da Campanha. Porto Alegre, SPGG, **Boletim Geográfico do RS**. n. 26, 2016. p. 75-111.

BILERT, V. S. S.; PERONDI, M. A.; PEREIRA, A. A.; TERNOSKI, S. **A contribuição do capital social para o desenvolvimento local sustentável**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR - v. 11 - n. 21 - 2º sem. 2011 - p. 29 a 42.

BITTENCOURT, P. F; RAPINI, M. S. **Política Industrial e Arranjos Produtivos Locais: uma análise das Políticas estaduais de Santa Catarina e Minas Gerais**. In: Seminário Sobre Economia Mineira, 2012, Diamantina. XV Seminário sobre economia Mineira, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Isenta os produtos classificados na posição 15.09 r 22.04 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, originários e procedentes de Portugal, do Imposto de Importação**. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=965690 acesso em 02 de janeiro de 2020.

CÂMARA SETORIAL DAS OLIVEIRAS. **Programa estadual de desenvolvimento da olivicultura "PRÓ-OLIVA"**. Diretrizes Gerais. Porto Alegre, julho 2015

CARGNIN, A.P.. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais**. 1. ed. Brasília: Carlos Alexandre Venancio, 2014. v. 1. 240p

CARGNIN, ANTONIO PAULO. **Duas décadas de políticas para o desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 2, p. 53 - 76, maio/ago. 2014

CARGNIN, Antonio Paulo e LIMA, Rubens Soares de. Desenvolvimento territorial e governança: ação estatal e participação social. **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, FEE, nº 59, 2009. 26 p. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/059.pdf>>. Acessado em: 16/09/2009.

CARGNIN, A.P.. **Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul**. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, jan./abr. 2014. ISSN 1984-2201 Universidade Federal do Ceará.

CASSIOLATO, J.F *et al*. **O referencial conceitual e metodológico para a análise de Arranjos Produtivos Locais**. . In:____. Arranjo Produtivos Locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da RedeSist/ organização Marcelo Pessoa de Matos... [*et al*]. -1. Ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. Cap. 2, p. 61-90.

CAYE, A. **O desenvolvimento de um sistema setorial de inovação. A produção de azeite de oliva no Rio Grande do Sul** / por Aline Caye. – São Leopoldo, 2018 Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7007/Aline%20Caye.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 23 de dezembro de 2019.

CENTRO DE TECNOLOGIAS E CERTIFICAÇÃO DE AZEITE- **PRO AZEITE**. 2019. Disponível em <http://www.proazeite.org.br/quem-somos/> acesso em 31 de dezembro de 2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DA CAMPANHA. **Centro de Desenvolvimento Regional**. 2019. Disponível em <https://www.urcamp.tche.br/pesquisa-e-extensao/inovacao/centro-de-desenvolvimento-regional-cdr> acesso em 02 de janeiro de 2020.

CONSELHO OLEÍCOLA INTERNACIONAL. **INTERNATIONAL OLIVE COUNCIL**. Disponível em: <https://www.internationaloliveoil.org/> acesso em 22 de dezembro de 2019.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Ministério da Integração Nacional Governo do Estado do Pará. Mais Gráfica Editora. Brasília/2010

COSTA, G. J. M. **Globalização e a perda da identidade do Estado-Nação**. Monografia apresentada, como requisito parcial de avaliação, no curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro. Orientador: Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira - Julho de 2004.

COSTA, V.B. JORGE, R.O. **Custos de implantação de olival na Metade Sul do Rio Grande do Sul**. Revista Agronomia Brasileira, Volume 2, Número 2, 2018

DALLA VALLE, F. **Leite sanciona lei que institui Rota das Oliveiras no Estado**. Foto divulgação. Disponível em <https://www.expointer.rs.gov.br/leite-sanciona-lei-que-institui-rota-das-oliveiras-no-estado> acesso em 04 de janeiro de 2020.

DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**. Milano, Angeli, 2005.

DEMATTEIS, G. Geografia Democrática, território e desenvolvimento local, Formação, n.12, v.2, 2005, p.11-26.

DOMINGUETE, L. C. B. **Características físico-químicas e compostos bioativos de frutos de oliveira ao longo do desenvolvimento**. Belo Horizonte, MG 2016 / Laura Ciribelli Borges Dominguete. – 2016. 75 f. : il Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AN2HHJ/1/dissertacao_final_laura_completa.pdf acesso em 31 de dezembro de 2019.

DRUMM, E; QUINTANA, L.M. H; SILVEIRA, P. L; BLANCO, M. A. S. **Centro de Desenvolvimento Regional (CRD) da Campanha: uma experiência a partir das relações entre instituições de ensino, governo e sociedade civil**. CONGREGA URCAMP 2018. Revista de projetos comunitários e extensão –CONGREGA ISSN:1982-2960 2526-4146

DUMÉNIL, G.; LÉVY, E., D. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo, Boi Tempo Editorial, 2014.

EMATER. **Área plantada de olivais no RS chega a 3.464 hectares em 2017 e supera meta traçada para 2018**. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/area-plantada-de-olivais-no-rs-chega-a-3-464-hectares-em-2017-e-supera-meta-tracada-para-2018> Acesso em 04 de abril de 2018

EMATER. **Evolução da Área Cultivada com Oliveiras no Rio Grande do Sul - 2002-2015** Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201606/22153712-1449767470-olivicultura-no-rs-tailor-25-11-2015.pdf> Acesso em 07/04/2018

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Pesquisadores e produtores discutem agenda de pesquisa para a olivicultura**. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/40199559/pesquisadores-e-produtores-discutem-agenda-de-pesquisa-para-a-olivicultura> acesso em 31 de dezembro de 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA. **NACHTIGAL, J.** Entrevista para a presente dissertação. 2019

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA. **Zoneamento Agroclimático da Olivicultura para o Rio Grande do Sul**. Brasília: EMBRAPA, 2009.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA Clima Temperado – Brasília, DF: EMBRAPA. **Zoneamento Edafoclimático da Olivicultura para o Rio Grande do Sul** / editores técnicos Filippini Alba, José Maria. II. Flores, Carlos Alberto. III. Wrege, Marcos Silveira. IV. Coutinho, Enilton Fick. V. Jorge, Rogério Oliveira. VI. EMBRAPA Clima Temperado –2013.

ERBER, F. S. **Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito**. *Nova Economia*, Belo Horizonte, p. 11-31, jan./abr. 2008.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Gabinete de Consultoria Legislativa **DECRETO Nº 49.945**, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012. (Publicado no DOE n.º 238, de 12 de dezembro de 2012) Câmara Setorial das Oliveiras da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul <https://www.agricultura.rs.gov.br/camara-setorial-de-olivicultura>

FIORI, Tomás Pinheiro. **Economia e Política do Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul (1988-2010)**. Porto Alegre: Armazém Digital. 2016. 312 p.

FUINI, Lucas Labigalini. **A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito.** GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 (eletrônico) GEOgraphia, vol. 20, n. 42, 2018: jan./abr.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **IDESE.** Disponível em <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/> acesso em 20 de dezembro de 2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER **O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese): aspectos metodológicos.** 2014. Disponível em <https://www.fee.rs.gov.br/tesdes/o-novo-indice-de-desenvolvimento-socioeconomico-idese-aspectos-metodologicos/> acesso em 23 de dezembro de 2019.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **O cultivo da oliveira no Rio Grande do Sul: estratégias de desenvolvimento da cultura num ambiente sustentável.** Disponível em http://www.fepagro.rs.gov.br/conteudo/7646/?O_cultivo_da_oliveira_no_Rio_Grande_do_Sul%3A_estrat%C3%A9gias_de_desenvolvimento_da_cultura_num_ambiente_sustent%C3%A1vel acesso em 22 de dezembro de 2019.

FUNDAÇÃO OLIVEIRAS DO BRASIL. Disponível em https://pt-br.facebook.com/pg/celso.ramute/about/?ref=page_internal acesso em 31 de dezembro 2019.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. *et al.* **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GOMES, LS; GOMES, CC; MAEHLER, AE; DIAS, MFP. **Criar e disseminar conhecimento: estudo sobre os olivais da região da Campanha gaúcha.** XX Semead. ISSN 2177-3866. Novembro 2017

GOMES, L. S. **Produção de Oliveiras e diversificação produtiva:** Uma abordagem sobre o potencial estratégico para o desenvolvimento territorial. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018

GOVERNA, F. (Org.) **Territorialità, Sviluppo Locale, Sostenibilità: Il Modello SLoT.** Milano: Franco Angeli, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Financiamento beneficia produtores de azeitona em Caçapava do Sul.** Disponível em <https://Estado.rs.gov.br/financiamento-beneficia-produtores-de-azeitona-em-cacapava-do-sul> acesso em 30 de dezembro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Governo lança programa de apoio à expansão da olivicultura no Estado.** 2015. Disponível em <https://Estado.rs.gov.br/governo-lanca-programa-de-apoio-a-expansao-da-olivicultura-no-Estado> acesso em 01 de janeiro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Leite sanciona lei que institui Rota das Oliveiras no Estado.** Disponível em <https://www.expointer.rs.gov.br/leite-sanciona-lei-que-institui-rota-das-oliveiras-no-estado> acesso em 02 de janeiro de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Perfis – **COREDEs e Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 82 p., março 2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1993. 349 p.

INSTITUTO BRAILEIRO DE OLIVICULTURA. **Convênios do Instituto Brasileiro da Olivicultura visando beneficiar os olivicultores associados**. Disponível em: <https://www.ibraoliva.com.br/convenios> acesso em 22 de dezembro de 2019.

INSTITUTO BRAILEIRO DE OLIVICULTURA. IBRAOLIVA. Disponível em <https://www.IBRAOLIVA.com.br/> acesso em 26 dezembro 2019.

INSTITUTO BRAILEIRO DE OLIVICULTURA. **IBRAOLIVA participa de reunião visando a troca de experiências e tecnologias com cluster italiano**. Disponível em: <https://www.ibraoliva.com.br/noticias/detalhe/71/ibraoliva-participa-de-reuniao-visando-a-troca-de-experiencias-e-tecnologias-com-cluster-italiano> acesso em: 23 de dezembro de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA Diretoria de Estudos Setoriais – **DISET identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil** Wilson Suzigan (Unicamp) Outubro de 2006.

JORNAL MINUANO. Azeites do Pampa é inaugurada. Disponível em: <http://www.jornalminuano.com.br/noticia/2019/04/27/azeites-do-pampa-e-inaugurada> acesso em 30 de dezembro de 2019.

KESSLER, J.P. **Missão técnica é iniciativa do Programa Juntos para Competir (FARSUL, SENAR e SEBRAE RS) e tem por objetivo desenvolver projetos no Estado**. 2017. Disponível em <https://sebraers.com.br/entidades-gauchas-vaio-em-busca-de-conhecimento-sobre-a-olivicultura-uruquaia/> acesso em 31 de dezembro de 2019.

LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E.E MACIEL, M.L. (orgs) **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local (Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003)

LELING, E.; GARAVAGLIA, J.; SOUZA, D.; ROSSI, R.C., MACHADO, I.C.K. **Avaliação da utilização de farinha de folhas de oliveira, na substituição parcial de farinha de trigo, para elaboração de massa fresca e pão-de-ló**. Instituto Tecnológico em Alimentos para a Saúde, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. UNISINOS, 950, CEP 930225000, São Leopoldo, RS, Brazil.

LIPP, Paulo. **Crescendo juntos**. p.30 Anuário Brasileiro das Oliveiras 2018. Benno Bernardo Kkistm Cleiton Evandro dos Santos, Cleonice de Oliveira. –Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2018.

MACADAR, B. M. de; COSTA, R. M. da, **Aglomerções e Arranjos Produtivos Locais no Rio Grande do Sul** / Beky Moron de Macadar, Rodrigo Morem da Costa, organizadores. - Porto Alegre : FEE, 2016. 617 p. : il. ISBN 978-85-7173-142-4

MARCHETTI, E. **Vantagens mútuas aproximam ovelhas e a olivicultura no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/vantagens-m%C3%BAtuas->

[aproximam-ovelhas-e-a-olivicultura-no-rio-grande-do-sul-1.318657](#) acesso em 31 de novembro de 2019.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. **Desterritorialização e Reterritorialização das Comunidades Atingidas pela Exploração do Carvão Mineral em Moatize, Moçambique**. Porto Alegre, POSGEA/UFRGS, 2016. P.295. (Tese de Doutorado)

MARCHETTI, Eudes. **Crescendo juntos**. p.6 Anuário Brasileiro das Oliveiras 2018. Benno Bernardo Kkistm Cleiton Evandro dos Santos, Cleonice de Oliveira. –Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2018.

MEULEMAN, L. **Public Management and the Metagovernance of Hierarchies, Networks and Markets: The Feasibility of Designing and Managing Governance Style Combinations**. Springer. 2008

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Org) **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Editora da UFRGS, 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Acordo Mercosul-UE prevê eliminação de tarifas para diversos produtos agrícolas do Brasil**. 2019. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/noticias/com-acordo-mercosul-ue-tarifas-para-diversos-produtos-agricolas-serao-eliminadas> acesso em 11 de janeiro de 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira**. 2017. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/noticias/comissao-da-olivicultura-brasileira-se-reune-nesta-quarta-2-no-mapa> acesso em abril 2017 acesso em 31 de dezembro de 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Fiscalização reprovou 59,7% das amostras de azeite de oliva. 2018** Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/noticias/fiscalizacao-reprovou-59-7-das-amostras-de-azeite-de-oliva> acesso em 22 de dezembro de 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **SCHWANKE, F.** Entrevista para a presente dissertação. 2019

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **APL**. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais> acesso em 20 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, A. M. V. do; ROCHA, L. K. S.; AZEVEDO, F. F. de; MORAIS, I. R. D. **Turismo e transformações socioespaciais: uma aproximação teórica e conceitual**. Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 388-407, abril de 2013.

OLIVEIRA, Guarajá Jesus. **Crescendo juntos**. p.22 Anuário Brasileiro das Oliveiras 2018. Benno Bernardo Kkistm Cleiton Evandro dos Santos, Cleonice de Oliveira. – Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2018.

ORY, Vicente Bielza de. **Introducción a la ordenación del territorio: um enfoque geográfico**. Zaragoza, Prensas Universitárias, Textos docentes, 2008. 280p.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Intrínscica, 2014. pp 9-41.

PORTAL SANEAMENTO BÁSICO. **CEO do Grupo Pieralisi** apresenta na Itália case de sucesso da experiência brasileira. Disponível em <https://www.saneamentobasico.com.br/ceo-pieralisi-apresenta-case-italia/> 2018. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. **Começa o 3º Concurso Sul-Americano de Azeites de Oliva. 2019.** Disponível em <https://www.bage.rs.gov.br/index.php/2019/11/25/comeca-o-3o-concurso-sul-americano-de-azeites-de-oliva/> acesso em 02 de janeiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. **MENEZES, E.** Entrevista para a presente dissertação. 2019

PROSPERATO. Foto divulgação. 2019 Disponível em <https://www.prosperato.com.br/elaboracao> acesso em 20 de dezembro de 2019.

PUTNAM, R. S. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

QUEST-RITSON, C. **Guia ilustrado Zahar: azeite/** Charles Quest-Ritson; revisão técnica Paulo Freitas; [tradução Marina Slade Oliveira]. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RAMBO, Anelise Graciele e RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada aos estudos de desenvolvimento em quatro territórios rurais. **SOBER – XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Londrina, 22 a 25 de julho de 2007. 21 p. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/labes/publicacoes>>. Acessado em 11 de agosto de 2008.

RIFFO, L. **50 años del ILPES: evolución de los marcos conceptuales sobre desarrollo territorial.** Santiago de Chile: CEPAL, 2013. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7248/S1303593_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 12 dezembro 2018.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP). **Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Estado do Rio Grande do Sul – Rumos 2015 (volumes 1, 2 3, 4, 5 e Relatório Síntese).** Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, R.M. **Elementos de competitividade da cadeia produtiva da olivicultura no Rio Grande do Sul.** PPGA UFRGS. Porto Alegre/RS 2012

RODRIGUES, R.M. **A emergência do sistema olivícola no estado do Rio Grande do Sul.** PPGA UFRGS. Porto Alegre/RS. 2016

RODRIGUES, W. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional • G&DR • v. 14, n. 1, p. 43-60, jan-abr/2018, Taubaté, SP, Brasil Disponível em <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3466> acesso em 15 de novembro de 2019.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique & Géopolitique. Une grammaire de l'espace politique.** 2^a édition. Paris: Ellipses. 2007. Segunda Parte - Capítulo 2 - Les Acteurs Géopolitiques. 426p.

RÜCKERT, A. A. **O uso do território e políticas territoriais contemporaneas** : alguns canários no Brasil, União Europeia e Mercosul. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa-PR, v.1, n°1, p.17-32, jan/jun. 2010

SABREDA, C. A L.; LISSNER, L, A.; RODRIGUES, L. M. **Avaliação da metodologia de extração de óleo residual do bagaço de oliva.** CONGREGA URCAMP. 2017. Anais da 14^a Mostra de Iniciação Científica. Submetido: 24/08/2017 Aceito: 04/10/2017. URCAMP Bagé - RS, 2017

SANCHES, Josiane; CARGNIN, Antonio Paulo. A OLIVICULTURA NA REGIÃO DA CAMPANHA: REPERCUSSÕES TERRITORIAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS.. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 1, n. 1, dez. 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10557> Acesso em: 31 jan. 2019.

SANCHES, Josiane. **A olivicultura gaúcha: novas configurações socioespaciais – estudo de caso Caçapava do Sul/rs.** FFCH PUCRS, Porto Alegre. dez. 2016.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 5^a ed., 2003. 470p.

SANTOS, Milton *et al* . **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, 17., 2000, Florianópolis.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, Record, 13^a ed., 2006. 174 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et al* . (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p.15-28

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192 f

SAQUET, Marcos e CICHOSKI, Pâmela. BERTHA BECKER: **uma contribuição à análise da sua concepção de geografia, espaço e território,** Campo - Território, Uberlândia, v. 8, n. 15, p.1 - 26, 2013.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. **“Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território”.** Geo UERJ, 10 (2), p. 24-42, 2008.

SARRETA, C.R.L; CRESCENTE, L. O. **Desenvolvimento endógeno.** ICTR 2004 – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RESÍDUOS E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO. ICTR 2004DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Costão do Santinho – Florianópolis – Santa Catarina p.503-512

Disponível em <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/ictr/2004/ARQUIVOS%20PDF/11/11-011.pdf> acesso em 20 de dezembro de 2019.

SAUERESSIG, D. **O desenvolvimento da olivicultura no rio grande do sul: potencialidades e desafios.** UFRGS. 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/192800> acesso em 30 de dezembro de 2019.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO CÂMARA SETORIAL DAS OLIVEIRAS. **NOTA TÉCNICA: CADASTRO OLIVÍCOLA 2017**

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Secretário da Agricultura aposta na olivicultura para diversificar produção na Metade Sul.** <https://www.agricultura.rs.gov.br/secretario-da-agricultura-aposta-na-olivicultura-para-diversificar-producao-na-metade-sul> acesso em 20 de dezembro de 2019.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO. **NOTA TÉCNICA: Cadastro Olivícola 2017.** Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/12135955-nota-tecnica-cadastro-olivicola-2017.pdf> acesso em 21 de outubro de 2019.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO. **Pró-oliva.** Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/7432/?Pr%C3%B3-Oliva> acesso em 12 de outubro de 2018

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO (SEDETUR). **Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APLs).** disponível em <https://sedetur.rs.gov.br/programa-de-fortalecimento-das-cadeias-e-arranjos-produtivos-locais-apls> acesso em 28 de dezembro de 2019.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas públicas. **Avaliação do Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APLs).** Porto Alegre, dezembro de 2018 <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201901/17092836-relatorio-avaliacao-apls-16012019.pdf>

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SEPLAN).. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2017-2030 COREDE CAMPANHA.** Bagé. 2017

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Desenvolvimento da olivicultura no RS.** Disponível em <https://sebraers.com.br/olivicultura/desenvolvimento-da-olivicultura-no-rs/> acesso em 21 de dezembro de 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **JUNTOS PARA COMPETIR** vai em busca de conhecimento sobre a olivicultura uruguaia. Disponível em http://www.senar-rs.com.br/saladeimprensa/noticias/juntos_para_competir_vai_em_busca_de_conhecimento_sobre_a_olivicultura_uruguaia/744 acesso em 22 de dezembro de 2019.

SHEPA, C. C; HOFF, D. N; GONÇALVES, M. L. L. **Olivicultura e desenvolvimento endógeno: UMA ANÁLISE SOBRE A EMERGÊNCIA DO SETOR EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO, RS** Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações

Territoriais Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019 ISSN: 2447-4622

SILVA, Joana Braconi da. **O conceito de governança como contribuição à análise das transformações organizacionais/** Joana Braconi da Silva. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010. XI, 138 p.: il.; 29,7 cm.

SILVA, T.M. **Caracterização da estrutura da cadeia produtiva da olivicultura no estado do Rio Grande do Sul: o caso das propriedades rurais de Cachoeira do Sul.** PLAGEDER UFRGS Cachoeira do Sul/RS. 2013

SILVEIRA, Rogério L. L. da ; ALLEBRANDT, S. L. ; CAMPOS, H. Á.. O Planejamento e o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. In: FELIPPI, Angela C. T.; SILVEIRA, Rogério L. L.; ALLEBRANDT, Sérgio L.. (Org.). **Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2015,. p. 49-.

SORDI, J. O. de; MEIRELES, M. **Arranjo produtivo local ou aglomerado de empresas?** Distinção por atributos associados à temática transferência de informação. — Rio de Janeiro 46(3):775-94, maio/jun. 2012

TECNOPLANTA FLORESTAL. Disponível em <http://www.tecnoplantamudas.com.br/noticia5.htm> acesso em: 23 de dezembro de 2019.

TECNOPLANTA FLORESTAL. **Viveiro no RS usa tecnologia para preservar o meio ambiente.** Disponível em <http://www.tecnoplantamudas.com.br/noticia5.htm>. 2011. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

TONIETTO, Jorge. **Afinal, o que é terroir?** Bom Vivant, Flores da Cunha, v. 8, n. 98, p. 08, abr. 2007. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/542312> acesso em 19 de junho de 2018.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **DEAG firma convênio com Associação de produtores de oliveiras.** 2017. Disponível em <https://www.unijui.edu.br/comunica/institucional/29222-deag-firma-convenio-com-associacao-de-produtores-de-oliveiras-deag-firma-convenio-com-associacao-de-produtores-de-oliveiras> acesso em 31 de dezembro de 2019.

VILA DO SEGREDO. Foto divulgação. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2020/01/rs-desponta-como-destino-nacional-de-turismo-de-oliveiras-ck4xaogtx02d401nvmvm6xa3b.html> acesso em 10 de janeiro de 2020.

XAVIER, T. R; WITTMANN, M. L. INÁCIO; R. de O.; KERN, J. **Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 47(4):1041-65, jul./ago. 2013

WOOLCOCK, M. **Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework.** Theory and Society, 27(2), 151–208, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO BADESUL

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados. Agradecemos a colaboração!

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

- 1. Como o BADESUL percebe a Olivicultura como alternativa para desenvolvimento de regiões no RS?**
- 2. O que o BADESUL faz e o que ainda pode fazer pela olivicultura gaúcha sendo um promotor do desenvolvimento do Rio Grande do Sul?**
- 3. Para o BADESUL há alguma peculiaridade na região do COREDE* Campanha em relação a produção olivícola?**
4. O crédito e as linhas de financiamentos voltados para a olivicultura integram as Diretrizes Gerais do Programa Pró-Oliva, que enumera como objetivos específico: a adequação de condições de financiamento ao cultivo de olivais, o estabelecimento de parcerias com bancos para o crédito voltado à expansão de olivais e agroindústrias e o crédito rural atrelado à assistência técnica e recomendações da pesquisa para a cultura (RIO GRANDE DO SUL, 2015).
 - 4.1 Como está ocorrendo a oferta de crédito para os olivicultores?**
 - 4.2 Como está ocorrendo a procura por crédito pelos olivicultores?**
 - 4.3 Quais são as condições necessárias para que aos olivicultores recebam o crédito e acesso as linhas de financiamentos?**
 - 4.4 Como estão sendo divulgadas as linhas de créditos para o setor?**

*Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul.

APÊNDICE B- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO BANRISUL

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado senhor,

Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados. Agradecemos a colaboração!

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

- 1. Como o BANRISUL percebe a Olivicultura como alternativa para desenvolvimento de regiões no RS?**
- 2. O que o Banrisul faz e o que ainda pode fazer pela olivicultura gaúcha?**
- 3. Para o Banrisul há alguma peculiaridade na região do COREDE Campanha em relação a produção olivícola?**
4. O crédito e as linhas de financiamentos voltados para a olivicultura integram as Diretrizes Gerais do Programa Pró-Oliva, que enumera como objetivos específico: a adequação de condições de financiamento ao cultivo de olivais, o estabelecimento de parcerias com bancos para o crédito voltado à expansão de olivais e agroindústrias e o crédito rural atrelado à assistência técnica e recomendações da pesquisa para a cultura (RIO GRANDE DO SUL, 2015).
 - 4.1 Como está ocorrendo a oferta de crédito para os olivicultores?**
 - 4.2 Como está ocorrendo a procura por crédito pelos olivicultores?**
 - 4.3 Quais são as condições necessárias para que aos olivicultores recebam o crédito e acesso as linhas de financiamentos?**
 - 4.4 Como estão sendo divulgadas as linhas de créditos para o setor?**

Têm sido objeto de discussão e disputa judicial por parte dos olivicultores a presença de resíduos do herbicida 2,4-D, utilizados por algumas propriedades lindeiras de soja e videiras. As oliveiras atingidas reagem de forma abortiva, o que não gera frutos; portanto, há perda de rendimento de azeite por hectare. Este fato tem causado certo receio entre os produtores na hora de investir em um olival ou aplicar sua área, principalmente na região da Campanha em que a paisagem está cada vez mais repleta de uvas e olivas.
- 5. Entre as opções do Seguro Proagro do Banrisul há alguma linha para olivicultores atingidos pela aplicação em propriedades limítrofes?**

6. Se há procura por linhas para a olivicultura quais são os principais requisitos (1- maiores requisitos 4- menores requisitos):

- () Agricultura familiar (Pronaf)
- () Médios produtores (Pronamp)
- () Demais produtores
- () Cooperativas

7. Quais são os principais objetivos dos produtores (1- mais utilizado 4- menos utilizado):

- () Maquinários para plantação
- () Aumento de área
- () Instalação de indústria
- () Recursos técnicos e humanos

APÊNDICE C- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

- 1.1 O Banco atua em diversas frentes, para a olivicultura quais são estas e como são desenvolvidas para este setor?
- 1.2 Quais são os principais atores envolvidos na olivicultura gaúcha, de acordo com o BRDE, como atuam e qual sua relação com o Banco?
- 1.3 Qual foi o processo e a importância de incluir a olivicultura no Plano Safra?
- 1.4 Como o BRDE atua no desenvolvimento da olivicultura gaúcha?
- 1.5 Para a Instituição qual é a representatividade e papel da olivicultura no COREDE Campanha frente ao desenvolvimento regional? Além disso, como esta região pode ser fortalecida por esta atividade?

APÊNDICE D- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO PRODUTORES DE AZEITE DE OLIVA GAÚCHO COM MARCA PRÓPRIA

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo é levantar e analisar dados da olivicultura no RS e identificar os atores envolvidos nesta produção. Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração. Atenciosamente, Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

1. PERFIL DO PRODUTOR	1.1 Nome 1.2 Idade 1.3 Gênero 1.4 Naturalidade 1.5 Município em que reside 1.6 Escolaridade 1.7 Se nível superior, qual curso:
2. PERFIL DA PRODUÇÃO	2.1 Município da produção 2.2 Sua produção é familiar? Sim () Não () qual: _____ 2.3 FUNCIONÁRIOS: Número de funcionários: Município(s) de origem dos funcionários: Quais as funções: Tipo de contrato: Escolaridades: Sexo: 2.4 Há cursos periódicos referentes a produção? Se sim, quais: 2.5 Quem/qual entidade/instituição oferece os cursos: 2.6 Ano do início da plantação: 2.7 Já houve extração da produção?

	<p>2.8 Área inicial dos olivais:</p> <p>2.9 Área atual dos olivais:</p> <p>2.10 Possui marca comercial do seu azeite? Sim () Não() Se sim, qual? _____</p> <p>2.11 Possui lagar próprio?</p> <p>2.12 Se não, município e empresa proprietária do lagar:</p> <p>2.13 Além das oliveiras, na propriedade há integração com outras espécies vegetais/animais? Quais?</p> <p>2.14 Gastos médios anuais com a olivicultura:</p> <p>2.15 Ganhos médios anuais com a olivicultura:</p> <p>2.16 Tempo médio em que obteve ou projeta obter retorno financeiro com esta atividade:</p> <p>2.17 Qual é a origem (país) das mudas utilizadas e com quem as compra (empresa):</p> <p>2.18 Se já tem marca de azeite: Quantos litros na primeira safra? Quantos litros na última safra?</p> <p>2.19 Como e onde comercializa?</p> <p>2.20 Qual é a média de valor por 250 ml?</p> <p>2.21 Quem é e onde se localiza o consumidor da sua marca?</p> <p>2.22 Há contato direto com consumidor? Onde e como?</p> <p>2.23 Na visão do produtor, o que ainda “falta” no consumidor gaúcho para que consuma azeites locais?</p> <p>2.24 O que ainda falta no produtor ou na produção para que haja maior divulgação dos azeites gaúchos?</p> <p>2.25 Se participa da Feira do Azeite Novo, quais benefícios traz para você?</p>
<p>3. PRODUÇÃO OLIVÍCOLA</p>	<p>3.1 Quais são os principais “prós e contras” da produção? (Físicos, econômicos). Acredita que se estivesse produzindo em outra região seriam diferentes? Como e por que?</p> <p>3.2 Por quais razões iniciou a produção olivícola?</p>

	<p>3.3 Quem são os produtores e funcionários na sua propriedade?</p> <p>3.4 Quais são os diferenciais dos funcionários olivícola? Qual o perfil que mais se encaixa nas atividades?</p> <p>3.5 É feita a revenda dos frutos para quem vendeu as mudas ou para quem processa o azeite?</p> <p>3.6 Como você vê o consórcio entre olivicultura e ovinocultura?</p> <p>3.7 Como ocorre a relação entre os olivicultores na região?</p> <p>3.8 Qual é a efetividade das atividades da Associação dos Olivicultores do Sul (OLISUL)?</p> <p>3.9 Há produtos (agroquímicos) certificados e liberados para esta cultura? Como isso reflete no produtor?</p> <p>3.10 A comercialização de uma planta monobloco para pequenos e médios produtores pode acarretar em uma quebra de cooperação entre os mesmos. Isto resultaria em uma quebra de “dependência”, por exemplo, para a extração e envase do azeite. Você concorda com esta afirmação? Se sim, como poderia afetar o crescimento olivícola regional. Por que?</p> <p>3.11 Há perspectiva de subprodutos com os resíduos da produção? Quais? Poderiam auxiliar os ganhos financeiros da produção de que maneira?</p>
--	--

	<p>3.12 Quais são os principais diferenciais da sua produção e da produção gaúcha?</p> <p>3.13 O investimento inicial da produção é considerado alto? Por que?</p> <p>3.14 Dentro da sua propriedade há uma estrutura atual ou projeção para receber turistas?</p> <p>3.15 Como você vê a sua produção e propriedade dentro da região da Campanha?</p> <p>3.16 Como você avalia a importância da atividade olivícola na Região?</p> <p>3.17 Formação de associações: Há? Participa? Efetividade? Quem mais participa? Há uma união regional para discutir de forma mais forte alguns pontos da produção?</p> <p>3.18 Quais são as principais vantagens de produzir na Região da Campanha? Existem recursos ou vantagens econômicas para se produzir na Região? Quais?</p>
<p>4 Análise temporal</p>	<p>4.1 Quais foram as principais dificuldades encontradas na fase de implementação da produção?</p> <p>4.2 Quais são as principais dificuldades encontradas hoje?</p> <p>4.3 Quais foram as oportunidades encontradas na fase de implementação da produção?</p> <p>4.4 Quais são as principais oportunidades encontradas hoje?</p> <p>4.5 É projetada para a região uma estruturação na rota olivícola ou outras alternativas turísticas ligadas ao azeite? Se sim, em que âmbito e com quem está em discussão?</p> <p>4.6 Como você, como produtor, avalia a existência da rota turística olivícola?</p>

	<p>4.7 Como você se vê frente a competitividade com outros olivicultores?</p> <p>4.8 Como você se vê daqui há 20 anos em relação a olivicultura?</p> <p>4.9 Se ainda não existe, há projeção de consórcio com ovinocultura? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.10 Se ainda não existe, há projeção de associação com a noz-pecã? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.11 Como você avalia a atuação do Estado na elaboração de políticas de incentivo à produção, o que já existe para a olivicultura e o que ainda falta de cada um destes:</p> <p>Federal:</p> <p>Estadual:</p> <p>Municipal:</p> <p>4.12 Você já se beneficiou de incentivos dados à estruturação da produção, como financiamentos, apoio em participação em feiras? Se sim, como foi?</p> <p>4.13 Qual é a sua relação com cada um dos seguintes, como você os avalia atualmente quanto à olivicultura e como você acredita que estes atores poderiam auxiliar mais a produção olivícola?</p> <p>a.Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural/RS: b.Secretaria do Turismo/RS c.Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA) d.Empresa de Assistência Técnica e Rural/RS (EMATER) e.MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) f.Banco do Brasil g.Sicredi h.Caixa Econômica Federal i.Se outras entidades financeiras: quais? j.Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) l.Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) m.Outras instituições de ensino: quais?</p>
--	---

APÊNDICE E- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO COM OLIVICULTORES/ PRODUTORES DE AZEITE DE OLIVA SEM MARCA PRÓPRIA

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo é levantar e analisar dados da olivicultura no RS e identificar os atores envolvidos nesta produção. Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração. Atenciosamente, Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

4. PERFIL DO PRODUTOR	1.1 Nome 1.2 Idade 1.3 Gênero 1.4 Naturalidade 1.5 Município em que reside 1.6 Escolaridade 1.7 Se nível superior, qual curso:
5. PERFIL DA PRODUÇÃO	2.1 Município da produção 2.2 Sua produção é familiar? Sim () Não () qual: _____ 2.3 FUNCIONÁRIOS: Número de funcionários: Município(s) de origem dos funcionários: Quais as funções: Tipo de contrato: Escolaridades: Sexo: 2.4 Há cursos periódicos referentes a produção? Se sim, quais: 2.5 Quem/qual entidade/instituição oferece os cursos: 2.6 Ano do início da plantação: 2.7 Já houve extração da produção?

	<p>2.8 Área inicial dos olivais:</p> <p>2.9 Área atual dos olivais:</p> <p>2.10 Possui marca comercial do seu azeite? Sim () Não() Se sim, qual? _____</p> <p>2.11 Possui lagar próprio?</p> <p>2.12 Se não, município e empresa proprietária do lagar:</p> <p>2.13 Além das oliveiras, na propriedade há integração com outras espécies vegetais/animais? Quais?</p> <p>2.14 Gastos médios anuais com a olivicultura:</p> <p>2.15 Ganhos médios anuais com a olivicultura:</p> <p>2.16 Tempo médio em que obteve ou projeta obter retorno financeiro com esta atividade:</p> <p>2.17 Qual é a origem (país) das mudas utilizadas e com quem as compra (empresa):</p> <p>2.18 Se já tem marca de azeite: Quantos litros na primeira safra? Quantos litros na última safra?</p> <p>2.19 Como e onde comercializa?</p> <p>2.20 Qual é a média de valor por 250 ml?</p> <p>2.21 Quem é e onde se localiza o consumidor da sua marca?</p> <p>2.22 Há contato direto com consumidor? Onde e como?</p> <p>2.23 Na visão do produtor, o que ainda “falta” no consumidor gaúcho para que consuma azeites locais?</p> <p>2.24 O que ainda falta no produtor ou na produção para que haja maior divulgação dos azeites gaúchos?</p> <p>2.25 Se participa da Feira do Azeite Novo, quais benefícios traz para você?</p>
<p>6. PRODUÇÃO OLIVÍCOLA</p>	<p>4.1 Quais são os principais “prós e contras” da produção? (Físicos, econômicos). Acredita que se estivesse produzindo em outra região seriam diferentes? Como e por que?</p> <p>3.2 Por quais razões iniciou a produção olivícola?</p>

	<p>3.3 Quem são os produtores e funcionários na sua propriedade?</p> <p>3.4 Quais são os diferenciais dos funcionários olivícola? Qual o perfil que mais se encaixa nas atividades?</p> <p>3.5 É feita a revenda dos frutos para quem vendeu as mudas ou para quem processa o azeite?</p> <p>3.6 Como você vê o consórcio entre olivicultura e ovinocultura?</p> <p>3.7 Como ocorre a relação entre os olivicultores na região?</p> <p>3.8 Qual é a efetividade das atividades da Associação dos Olivicultores do Sul (OLISUL)?</p> <p>3.9 Há produtos (agroquímicos) certificados e liberados para esta cultura? Como isso reflete no produtor?</p> <p>3.10 A comercialização de uma planta monobloco para pequenos e médios produtores pode acarretar em uma quebra de cooperação entre os mesmos. Isto resultaria em uma quebra de “dependência”, por exemplo, para a extração e envase do azeite. Você concorda com esta afirmação? Se sim, como poderia afetar o crescimento olivícola regional. Por que?</p> <p>3.11 Há perspectiva de subprodutos com os resíduos da produção? Quais? Poderiam auxiliar os ganhos financeiros da produção de que maneira?</p>
--	--

	<p>3.12 Quais são os principais diferenciais da sua produção e da produção gaúcha?</p> <p>3.13 O investimento inicial da produção é considerado alto? Por que?</p> <p>3.14 Dentro da sua propriedade há uma estrutura atual ou projeção para receber turistas?</p> <p>3.15 Como você vê a sua produção e propriedade dentro da região da Campanha?</p> <p>3.16 Como você avalia a importância da atividade olivícola na Região?</p> <p>3.17 Formação de associações: Há? Participa? Efetividade? Quem mais participa? Há uma união regional para discutir de forma mais forte alguns pontos da produção?</p> <p>3.18 Quais são as principais vantagens de produzir na Região da Campanha? Existem recursos ou vantagens econômicas para se produzir na Região? Quais?</p>
<p>5 Análise temporal</p>	<p>4.1 Quais foram as principais dificuldades encontradas na fase de implementação da produção?</p> <p>4.2 Quais são as principais dificuldades encontradas hoje?</p> <p>4.3 Quais foram as oportunidades encontradas na fase de implementação da produção?</p> <p>4.4 Quais são as principais oportunidades encontradas hoje?</p> <p>4.5 É projetada para a região uma estruturação na rota olivícola ou outras alternativas turísticas ligadas ao azeite? Se sim, em que âmbito e com quem está em discussão?</p> <p>4.6 Como você, como produtor, avalia a existência da rota turística olivícola?</p>

	<p>4.7 Como você se vê frente a competitividade com outros olivicultores?</p> <p>4.8 Como você se vê daqui há 20 anos em relação a olivicultura?</p> <p>4.9 Se ainda não existe, há projeção de consórcio com ovinocultura? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.10 Se ainda não existe, há projeção de associação com a noz-pecã? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.11 Como você avalia a atuação do Estado na elaboração de políticas de incentivo à produção, o que já existe para a olivicultura e o que ainda falta de cada um destes:</p> <p>Federal:</p> <p>Estadual:</p> <p>Municipal:</p> <p>4.12 Você já se beneficiou de incentivos dados à estruturação da produção, como financiamentos, apoio em participação em feiras? Se sim, como foi?</p> <p>4.13 Qual é a sua relação com cada um dos seguintes, como você os avalia atualmente quanto à olivicultura e como você acredita que estes atores poderiam auxiliar mais a produção olivícola? Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural/RS:</p> <p>a.Secretaria do Turismo/RS b.Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA) c.Empresa de Assistência Técnica e Rural/RS (EMATER) d.MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e.Banco do Brasil f.Sicredi g.Caixa Econômica Federal h.Se outras entidades financeiras: quais? i.Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) j.Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) l.Outras instituições de ensino: quais?</p>
--	---

APÊNDICE F- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO EMATER

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração!

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

1. **Como a EMATER percebe a Olivicultura como alternativa para desenvolvimento de regiões no RS?**
2. **O que o EMATER faz e o que ainda pode fazer pela olivicultura gaúcha?**
3. **Qual é o perfil da mão de obra olivícola gaúcha atualmente? E quais são as projeções para os próximos anos?**
4. **Quem são os outros atores da olivicultura gaúcha identificados pela EMATER e como estes atuam no setor?**
5. **Atualmente quais são as principais dificuldades e oportunidades enfrentadas pelos produtores?**
6. **Para a EMATER há alguma peculiaridade na região do COREDE* Campanha em relação a produção olivícola?**

*Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul.

APÊNDICE G- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO EMBRAPA

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

1.6 As Normas de Produção Integrada da Oliveira ainda estão em desenvolvimento ou já estão sendo implantadas? De que forma devem auxiliar a olivicultura gaúcha?

1.7 A EMBRAPA se mobiliza de alguma forma na tensão entre os olivicultores e os viticultores na Metade Sul/RS em relação aos produtos utilizados, contaminação e perda de produção nos olivais?

1.8 COREDE Campanha:

1.8.1 Atualmente quais são as principais fragilidades que limitam a produção na região?

1.8.2 Para a Embrapa Clima Temperado quais são os pontos fortes dessa região para a olivicultura?

1.4 Qual é a viabilidade, necessidade e passos para concessão de uma Identidade Geográfica para a região da Campanha relacionada a Olivicultura?

APÊNDICE H- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO IBRAOLIVA

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

<p>7. CARACTERIZAÇÃO DO IBRAOLIVA</p>	<p>1.9 Atualmente quantos olivicultores gaúchos fazem parte do IBRAOLIVA?</p> <p>1.10 De acordo com o site, atualmente são 104 associados, qual é a porcentagem de representação dos gaúchos frente ao número de olivicultores de outros estados brasileiros?</p> <p>1.11 Quem mais participa do IBRAOLIVA?</p> <p>1.12 Qual é o papel de cada um destes citados no item 1.2 e 1.3?</p> <p>1.13 Há quanto tempo se formou o IBRAOLIVA?</p> <p>1.14 Qual o papel da diretoria?</p> <p>1.14.1 Há algum regimento do IBRAOLIVA?</p> <p>1.6.2 Se sim, por favor, anexar cópia ao final da pesquisa.</p> <p>1.15 Desde o início da atuação do IBRAOLIVA ocorreram modificações em atribuições da diretoria? Sim () Não ()</p> <p>1.8 Se sim (1.7), quais?</p> <p>1.16 Quais são as funções dos membros da diretoria e quais suas formações técnicas/profissionais?</p> <p>-Presidente Paulo Marchioretto:</p> <p>-Vice-presidente Renato Fernandes:</p>
--	--

	<p>-Diretor Financeiro Luiz Aberto Amaral de Castro:</p> <p>-Diretor técnico Fabricio Carlotto Ribeiro:</p> <p>-Diretora Administrativa Rosane Abdala:</p> <p>1.17 Como é o processo de escolha/eleição das diretorias?</p> <p>1.18 Quais foram os responsáveis pela criação do IBRAOLIVA?</p> <p>1.19 Quais fatores determinaram a criação do Instituto?</p> <p>1.12 Qual é o objetivo do IBRAOLIVA?</p>
<p>8. PANORAMA DO IBRAOLIVA NO BRASIL</p>	<p>2.1 Quais são as funções do Instituto em escala nacional?</p> <p>2.2 Quem são os membros envolvidos nestas funções?</p> <p>2.3 Qual é o estado de maior atuação (por demandas) do IBRAOLIVA no Brasil?</p> <p>2.3.1 Quais são estas demandas?</p> <p>2.4 Como ocorre a articulação IBRAOLIVA (nacional) com as regiões produtoras de seus associados?</p> <p>2.5 Com quais órgãos e empresas o IBRAOLIVA se mantém em contato para constante melhora da produção?</p> <p>2.6 A relação com entidades públicas ocorre de qual maneira?</p> <p>2.7 Como ocorre, por parte do Instituto, coleta de dados a respeito de seus associados (sites, questionários)?</p> <p>2.8 Quais são as principais diferenças entre os produtores do RS, SP E MG?</p> <p>2.9 Como estas diferenças são sentidas na olivicultura (ex.: mais tecnologias em determinada região do que em outra; mais investimentos públicos em determinado local do que em outro)?</p> <p>2.10 Existe uma aproximação de entidades financeiras (bancos) do instituto e dos produtores?</p> <p>Sim () Não ()</p> <p>2.11 Se sim para 2.10, quais são estes bancos?</p> <p>2.12 Existem entraves sentidos quando o Instituto entra em contato com órgãos públicos?</p> <p>Sim () Não ()</p> <p>2.13 Se sim para 2.11, quais são estes órgãos?</p> <p>2.13 Se sim para 2.11, quais são estes entraves?</p> <p>2.12 Existem facilidades sentidas quando o Instituto entra em contato com órgãos públicos?</p> <p>Sim () Não ()</p> <p>2.13 Se sim para 2.12, quais são estes órgãos?</p> <p>2.14 Se sim para 2.12, quais são estas facilidades?</p> <p>2.15 Qual é a perspectiva do IBRAOLIVA para a produção nacional?</p> <p>Em 5 anos:</p> <p>Em 10 anos:</p> <p>Em 20 anos:</p>

	2.16 O Instituto está buscando atuar em questões que auxiliem nas políticas públicas para o setor? Como e por que?
<p>9. PANORAMA DO IBRAOLIVA NO RIO GRANDE DO SUL</p>	<p>5.1 Quem está a frente das decisões do IBRAOLIVA para o RS?</p> <p>5.2 Quais são os principais “prós e contras” da produção no RS? (Físicos, econômicos)?</p> <p>5.3 Qual é a perspectiva do IBRAOLIVA para a produção gaúcha? Em 5 anos: Em 10 anos: Em 20 anos:</p> <p>3.3 Quem são os associados gaúchos? Detalhe o perfil.</p> <p>5.4 Quais são os diferenciais dos associados gaúchos?</p> <p>5.5 Quais são os diferenciais do RS nesta produção?</p> <p>5.6 Órgãos públicos estaduais se aproximam de qual maneira ao IBRAOLIVA?</p> <p>5.7 Empresas privadas estaduais se aproximam de que maneira ao IBRAOLIVA?</p> <p>3.8 Como o IBRAOLIVA vê o consórcio entre olivicultura e ovinocultura?</p> <p>3.9 Como o IBRAOLIVA vê a relação ENTRE os olivicultores na região?</p> <p>3.9 Há produtos (agroquímicos) certificados e liberados para esta cultura? Como isso reflete no produtor?</p> <p>3.10 A comercialização de uma planta monobloco para pequenos e médios produtores (PIERALISI) pode acarretar em uma quebra de cooperação entre os mesmos. Isto resultaria em uma quebra de “dependência”, por exemplo, para a extração e envase do azeite. Você concorda com esta afirmação? Se sim, como poderia afetar o crescimento olivícola regional. Por que? Se não, por que não afetaria a relação entre os produtores com indústrias e os demais que as utilizam?</p> <p>3.11 Há perspectiva de subprodutos com os resíduos da produção? Quais? Poderiam auxiliar os ganhos financeiros da produção de que maneira?</p>

	<p>3.12 ROTA DAS OLIVEIRAS: como está a estruturação e como o IBRAOLIVA está atuando?</p> <p>3.17 Formação de associações: Há? Como o IBRAOLIVA Participa? Efetividade? Quem mais participa? Há uma união regional para discutir de forma mais forte alguns pontos da produção?</p> <p>3.18 Formação de cooperativa: Há? Há perspectiva de formação? O que se discute sobre isso? Qual é a participação do IBRAOLIVA?</p> <p>3.19 Como o IBRAOLIVA avalia a atuação do Estado na elaboração de políticas de incentivo à produção, o que já existe para a olivicultura e o que ainda falta de cada um destes:</p> <p>Federal:</p> <p>Estadual:</p> <p>Municipal:</p> <p>3.20 Qual é a relação do IBRAOLIVA com cada um dos seguintes, como o IBRAOLIVA acredita que estes atores poderiam auxiliar mais a produção olivícola?</p> <p>a.Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural/RS: Secretaria do Turismo/RS</p> <p>b.Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA)</p> <p>c.Empresa de Assistência Técnica e Rural/RS (EMATER)</p> <p>d.MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)</p> <p>e.Banco do Brasil</p> <p>f.Sicredi</p> <p>g.Caixa Econômica Federal</p> <p>h.Se outras entidades financeiras: quais?</p> <p>i.Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p> <p>j.Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)</p> <p>k.UNIJUÍ</p> <p>l.PUCRS</p> <p>m.Outras instituições de ensino: quais?</p>
<p>6 ATUAÇÃO DO IBRAOLIVA NO COREDE CAMPANHA</p> <p><u>municípios: Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom</u></p>	<p>4.1 Quais foram as principais dificuldades levadas ao IBRAOLIVA pelos produtores na fase de implementação da produção?</p> <p>4.2 Quais são as principais dificuldades encontradas hoje?</p> <p>4.3 Quais foram as oportunidades encontradas na fase de implementação da produção pelos associados?</p> <p>4.4 Quais são as principais oportunidades encontradas hoje?</p>

<p><u>Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul)</u></p>	<p>4.5 Como a estruturação na rota olivícola pode impactar na região da Campanha?</p> <p>4.7 Como é vista a competitividade entre os olivicultores desta região?</p> <p>4.7 Como é vista a cooperação entre os olivicultores desta região?</p> <p>4.9 Qual é a projeção de atuação do IBRAOLIVA no consórcio com ovinocultura? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.10 Qual é a projeção de atuação do IBRAOLIVA na associação com a noz pecã? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.11 Quais são as principais vantagens de produzir na Região da Campanha? Existem recursos ou vantagens econômicas para se produzir na região? Quais?</p> <p>4.12 Quais são as principais desvantagens de produzir na Região da Campanha? Existem recursos ou vantagens econômicas para se produzir na região? Quais?</p>
---	---

APÊNDICE I- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO MAPA: DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA SFA-RS/MAPA

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado senhor,

Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

Responsável pela entrevista:

- 1.20 Quais são as ações desenvolvidas pelo MAPA para a olivicultura?
- 1.21 Como está o desenvolvimento da cadeia produtiva olivícola nacional?
- 1.22 Existem ações específicas para o Rio Grande do Sul diferentes de Minas Gerais e São Paulo? Se sim, quais são?
- 1.3.1 Estas ações suprem as necessidades atuais dos produtores gaúchos?
- 1.23 Visto que um dos pontos mais fracos da olivicultura brasileira é o desconhecimento da qualidade nacional, há alguma outra iniciativa para conscientização dos consumidores em relação as fraudes dos azeites importados e da qualidade dos azeites brasileiros (gaúchos), além da operação ISIS?
- 1.24 Como o MAPA acredita que a olivicultura pode auxiliar o desenvolvimento de regiões rurais brasileiras?
- 1.25 Em notícia divulgada em 2017 pelo MAPA “A comissão visa fortalecer a olivicultura brasileira nos aspectos sociais, ambientais e tecnológicos”

A extinção da Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira (MAPA), criada em 2017, reflete de que forma nos produtores rurais? E porque a mesma foi extinta? Qual setor ou

secretaria é o atual responsável por cuidar das demandas que seriam tratadas por essa comissão?

- 1.26 Para o MAPA qual é o perfil do olivicultor gaúcho?
- 1.27 Os produtores do COREDE CAMPANHA, pioneiro em produção, têm algum diferencial além das qualidades físicas da região?
- 1.28 Como o MAPA avalia a geração de empregos diretos e indiretos pela olivicultura?
- 1.29 Em notícia divulgado em 2017 pelo MAPA “não havia um sistema sólido de produção”, o que pode ser dito a respeito em 2019? Por quê?
- 1.30 Visto que um dos símbolos que pode agregar valor aos espaços rurais é o “garantir ao consumidor de produtos diferenciados”, qual setor do MAPA é o atual responsável pelas discussões de Indicação Geográfica e Denominação de Origem dos azeites brasileiros?
*atividade antes pertencente à Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira, de acordo com o sr. Luiz Pacheco em palestra na EXPOAZEITE 2018.
- 1.31 Existe algum acordo ou diálogo com instituições financeiras para que créditos rurais (ex. lavoura-pecuária) sejam facilitados ao olivicultor?

APÊNDICE J- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO MAPA: SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado senhor,

Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

- | |
|--|
| <p>1.32 Quais são as ações desenvolvidas pelo MAPA para a olivicultura?</p> <p>1.33 De acordo com entrevistas realizadas em 2019 (pela própria pesquisadora) com olivicultores gaúchos, a produção se caracteriza como familiar. Como essa estruturação é tratada na Secretaria?</p> <p>1.34 A olivicultura, como uma produção que pode aplicar muitas tecnologias, conhecimento técnico e ser inserida em um espaço digitalizado com facilidade, pode ser um motivador para a sucessão familiar e retorno do jovem ao campo?</p> <p>1.35 Alguns dos produtores no Rio Grande do Sul têm como forte auxílio a presença de jovens na diretoria de suas empresas. O que isto significa para o MAPA?</p> <p>1.36 Segundo relatos e reportagens a produção olivícola gaúcha tem apresentado uma crescente em seus indicadores (litros, marcas, produtores, hectares plantados) baseados na cooperação entre os produtores. Como o MAPA avalia esta dinâmica?</p> <p>1.37 Existem demandas de produtores levadas ao MAPA? Se sim, quais são as principais?</p> <p>1.38 Quais falhas e acertos em relação a cooperação olivícola brasileira ocorrem?</p> |
|--|

- 1.39 Para o MAPA quais são os atores que devem exercer cooperação nesta produção a nível nacional?
- 1.40 Existem associações olivícolas em SP, MG E RS. Existe alguma cooperativa específica desta produção?
- 1.41 Se não (1.7), quais são os benefícios, entraves e passos para a formação de uma cooperativa olivícola?
- 1.42 Quais são as principais diferenças conceituais e práticas entre uma associação e uma cooperativa para o MAPA?
- 1.43 As cooperativas olivícolas internacionais (Espanholas) se mostram muito fortes em relação a disputa com o governo por impostos e incentivos fiscais facilitados. Atualmente os olivicultores brasileiros enfrentam muitas conversas com representantes fiscais em busca de uma taxaço mais severa se produtos importados. No Brasil como seria este panorama poderia ser melhor desenvolvido com a existência de uma cooperativa?
- 1.44 O Rio Grande do Sul se diferencia de alguma forma dos demais estados olivicultores? Se sim, como?
- 1.45 Em notícia divulgada em 2017 pelo MAPA “A comissão visa fortalecer a olivicultura brasileira nos aspectos sociais, ambientais e tecnológicos”
- A extinção da Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira (MAPA), criada em 2017, reflete de que forma nos produtores rurais? E porque a mesma foi extinta? Qual setor ou secretaria é o atual responsável por cuidar das demandas que seriam tratadas por essa comissão?
- 1.46 Visto que um dos símbolos que pode agregar valor à agricultura familiar é o “garantir ao consumidor de produtos diferenciados”, qual setor do MAPA é o atual responsável pelas discussões de Indicação Geográfica e Denominação de Origem dos azeites brasileiros?
*atividade antes pertencente à Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira, de acordo com o sr. Luiz Pacheco em palestra na EXPOAZEITE 2018
- 1.47 Existe algum acordo ou diálogo com instituições financeiras para que créditos rurais (ex. lavoura-pecuária) sejam facilitados ao olivicultor familiar?

APÊNDICE K- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO MAPA: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL – PRÓ-OLIVA

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

10. CARACTERIZAÇÃO DO PRO OLIVA	<p>1.48 Atualmente quantos olivicultores estão sendo atendidos por programas relacionados ao PRO OLIVA?</p> <p>1.49 Qual é o objetivo do PRO OLIVA?</p> <p>1.50 Quem mais participa efetivamente de ações do PRO OLIVA no Rio Grande do Sul? (outras instituições/universidades) e como isto ocorre?</p> <p>1.51 Como a Secretaria da Agricultura atua através da Câmara Setorial das Oliveiras no programa?</p> <p>1.52 Há quanto tempo se formou o PRO OLIVA?</p> <p>1.53 Quem são os membros (técnico) do PRO OLIVA?</p> <p>1.54 Qual é o papel e a formação dos mesmos?</p> <p>1.8 Há algum regimento do PRO OLIVA?</p> <p>-Se sim, por favor, anexar cópia ao final da pesquisa.</p>
--	---

	<p>1.9 Desde o início da atuação do PRO OLIVA ocorreram modificações em atribuições dos membros? Sim () Não ()</p> <p>-Se sim (1.9), quais?</p> <p>1.10 Quais foram os responsáveis pela criação do PRO OLIVA?</p> <p>1.11 Quais fatores determinaram a criação do programa?</p> <p>1.12 Quais são as bases do PRO OLIVA?</p>
<p>2 PANORAMA DO PRO OLIVA NO BRASIL</p>	<p>2.1 Quais são as principais demandas levadas ao PRO OLIVA que são repassadas aos órgãos de escala nacional? -Quais são estes órgãos?</p> <p>2.2 Ocorre alguma articulação do PRO OLIVA com as regiões produtoras brasileiras (SP e MG)? SIM () NÃO () - Se sim, como ocorre?</p> <p>2.3 Com quais órgãos e empresas (públicas e privadas) PRO OLIVA se mantém em contato para constante melhora da produção?</p> <p>2.4 A relação com outras entidades públicas ocorre de qual maneira?</p> <p>2.5 Como ocorre, por parte do PRO OLIVA, coleta de dados a respeito dos produtores (sites, questionários)?</p> <p>2.6 Quais são as principais diferenças entre os produtores do RS, SP E MG observadas pelos técnicos do PRO OLIVA?</p> <p>2.7 Como estas diferenças são sentidas na olivicultura (ex.: mais tecnologias em determinada região do que em outra; mais investimentos públicos em determinado local do que em outro)?</p> <p>2.8 Existe uma aproximação de entidades financeiras (bancos) do programa para favorecer os produtores? Sim () Não () -Se sim para 2.10, quais são estes bancos?</p>

	<p>2.9 Existem entraves sentidos quando o PRO OLIVA entra em contato com demais órgãos e instituições públicas? Sim () Não ()</p> <p>- Se sim para 2.11, quais são estes entraves?</p> <p>2.10 Existem facilidades sentidas quando o PRO OLIVA entra em contato com outros órgãos e instituições públicas? Sim () Não ()</p> <p>- Se sim para 2.12, quais são estas facilidades?</p> <p>2.11 Qual é a perspectiva do PRO OLIVA para a produção nacional? Em 5 anos: Em 10 anos: Em 20 anos:</p> <p>2.12 Como o PRO OLIVA está buscando atuar em questões que auxiliem nas políticas públicas para o setor? Como e por que?</p> <p>2.13 Como é vista pelo PRO OLIVA a extinção o da Comissão Permanente da Olivicultura Brasileira?</p> <p>2.14 Como é visto pelo PRO OLIVA o Cadastro Olivícola Nacional? Já está em andamento?</p>
<p>3 PANORAMA DO PRO OLIVA NO RIO GRANDE DO SUL</p>	<p>6.1 Quem está a frente das decisões do PRO OLIVA?</p> <p>6.2 Quais são os principais “prós e contras” da produção no RS? (Físicos, econômicos)?</p> <p>6.3 Qual é a perspectiva do PRO OLIVA para a produção gaúcha? Em 5 anos: Em 10 anos: Em 20 anos:</p> <p>6.4 Qual é o perfil dos produtores gaúchos?</p> <p>6.5 Quais são os diferenciais dos produtores gaúchos?</p> <p>3.6 Qual é o perfil da mão de obra empregada durante o ano na produção?</p>

	<p>3.7 Qual é o perfil da mão de obra empregada durante a época da colheita?</p> <p>3.8 Empresas privadas estaduais se aproximam de que maneira do PRO OLIVA?</p> <p>3.9 Como o PRO OLIVA vê o consórcio entre olivicultura e ovinocultura?</p> <p>3.10 Como o PRO OLIVA vê a relação ENTRE os olivicultores na região?</p> <p>3.11 Há produtos (agroquímicos) certificados e liberados para esta cultura? Como isso reflete no produtor?</p> <p>3.12 “A comercialização de uma planta monobloco para pequenos e médios produtores (PIERALISI) pode acarretar em uma quebra de cooperação entre os mesmos. Isto resultaria em uma quebra de dependência, por exemplo, para a extração e envase do azeite.”</p> <p>O PRO OLIVA concorda com esta afirmação? Se sim, como poderia afetar o crescimento olivícola regional. Por que? Se não, por que não afetaria a relação entre os produtores com indústrias e os demais que as utilizam?</p> <p>3.13 Há perspectiva de subprodutos com os resíduos da produção? Quais? Poderiam auxiliar os ganhos financeiros da produção de que maneira?</p> <p>3.14 ROTA DAS OLIVEIRAS: como está a estruturação e como o PRO OLIVA está atuando?</p> <p>3.15 ROTA DAS OLIVEIRAS: como pode ser associado outros atrativos da região (gastronomia pela pecuária e viticultura) para potencializar os resultados?</p> <p>3.16 ROTA DAS OLIVEIRAS: visto que o consumidor olivícola se encontra em uma fatia mais restrita da população, como se prevê atrair os consumidores para um turismo em uma região ainda sem estruturas (hotéis e restaurantes conceituados, boas estradas como já existentes na Serra gaúcha)?</p> <p>3.17 Formação de associações: Há? Como o PRO OLIVA Participa? Efetividade? Quem mais participa? Há uma união regional para discutir de forma mais forte alguns pontos da produção?</p>
--	--

	<p>3.18 Formação de cooperativa: Há? Há perspectiva de formação? O que se discute sobre isso? Qual é a participação do PRO OLIVA?</p> <p>3.19 Como o PRO OLIVA avalia a atuação do Estado na elaboração de políticas de incentivo à produção, o que já existe para a olivicultura e o que ainda falta de cada um destes:</p> <p>Federal: Estadual: Municipal:</p> <p>3.21 Qual é a relação do PRO OLIVA com cada um dos seguintes e, como o PRO OLIVA acredita que estes atores poderiam auxiliar mais a produção olivícola?</p> <ul style="list-style-type: none">-Secretaria do Turismo/RS-Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA)-Empresa de Assistência Técnica e Rural/RS (EMATER)-MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)-Banco do Brasil-Sicredi-Caixa Econômica Federal <p>*Se outras entidades financeiras: quais?</p> <ul style="list-style-type: none">-Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)-Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)-UNIJUÍ-PUCRS <p>*Outras instituições de ensino: quais?</p> <p>3.22 Para o PRO OLIVA quais são os principais atores da produção olivícola gaúcha?</p>
--	--

	<p>3.23 Como está a cooperação destes atores?</p> <p>3.24 Como os consumidores podem ser melhor conscientizados dos benefícios de um consumo de produção local?</p>
<p>3 ATUAÇÃO DO PRO OLIVA NO COREDE CAMPANHA</p> <p><u>municípios: Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul</u></p>	<p>4.1 Quais foram as principais dificuldades levadas ao PRO OLIVA pelos produtores na fase de implementação da produção?</p> <p>4.2 Quais são as principais dificuldades encontradas hoje pelos produtores?</p> <p>4.3 Quais foram as oportunidades encontradas na fase de implementação da produção?</p> <p>4.4 Quais são as principais oportunidades encontradas hoje?</p> <p>4.5 Como a estruturação na rota olivícola pode impactar na região da Campanha?</p> <p>4.6 Como é vista a competitividade entre os olivicultores desta região?</p> <p>4.7 Como é vista a cooperação entre os olivicultores desta região?</p> <p>4.8 Qual é a projeção de atuação do PRO OLIVA no consórcio com ovinocultura? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.9 Qual é a projeção de atuação do PRO OLIVA na associação com a noz pecã? Quais são as vantagens e desvantagens?</p> <p>4.10 Quais são as principais vantagens de produzir na Região da Campanha? Existem recursos ou vantagens econômicas para se produzir na região? Quais?</p> <p>4.11 Quais são as principais desvantagens de produzir na Região da Campanha? Existem recursos ou vantagens econômicas para se produzir na região? Quais?</p>

APÊNDICE L- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO PREFEITURAS DO COREDE CAMPANHA

Prezado senhor,

Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

- | |
|--|
| <p>1.55 Quais foram os atores envolvidos, qual foi a importância inicial e qual é o reflexo do programa BRASIL PRÓXIMO atualmente na região do COREDE Campanha?</p> <p>1.56 Quais são políticas públicas que podem ser observadas na região especificamente ligadas ao desenvolvimento regional através da Olivicultura?</p> <p>1.57 Quais são os atores envolvidos em tais políticas e qual sua importância para a região?</p> <p>1.58 A Rota das Oliveiras, apesar de ainda não existir efetivamente, já sinaliza possíveis modificações para a região? E de que maneira está sendo pensada junto aos produtores, pesquisadores, prefeituras da região?</p> <p>1.59 Observamos, através de questionário com alguns produtores locais, que ainda se trata de uma produção familiar com contratos de trabalho temporários na época da colheita. Assim, como a Olivicultura pode vir a utilizar mais a mão de obra da região para contribuir de forma mais efetiva com a geração de empregos na região?</p> <p>1.60 Quais são os indicadores socioeconômicos e de que forma estão sendo modificados na região desde a implantação da Olivicultura na Campanha (exemplos: PIB dos municípios, renda per capita, IDH municipal, taxa de desemprego, oferta de serviços públicos).</p> |
|--|

APÊNDICE M- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO REPRESENTANTES POLÍTICOS: ROTA DAS OLIVEIRAS

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado senhor,

Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

Identificação pelo responsável pela entrevista

Nome:

Cargo/função:

- | | |
|------|--|
| 1.61 | Quais foram as facilidades e dificuldades encontradas até a aprovação do projeto de Lei que institui a Rota das Oliveiras? |
| 1.62 | Quais foram os atores fundamentais para essa aprovação? |
| 1.63 | Os produtores cooperaram durante este processo de qual forma? |
| 1.64 | Hoje há infraestrutura suficiente para atender o olivoturista na região delimitada Rota das Oliveiras? |
| 1.65 | O que busca, o que encontra hoje e o que encontrará em 5 anos o consumidor de azeite de oliva que realizar a Rota das Oliveiras? |
| 1.66 | O que o produtor espera com o funcionamento desta rota turística? |

- 1.67 Visto que o consumidor de azeite de oliva gaúcho tem um perfil mais exigente em termos sensoriais e de infraestrutura, a Rota das Oliveiras pode ser consorciada com quais outras atividades para potencializar seus resultados na região inicialmente?
- 1.68 Há uma perspectiva de como e quais recursos regionais podem ser valorizados com esta rota?
- 1.69 Qual é o perfil esperado do turista nesta rota?
- 1.70 Os municípios pertencentes a esta rota podem ser ressignificados? Se sim, de qual maneira?
- 1.71 Podemos afirmar que “o espaço rural deixa de ser um espaço somente de produção agrária e passa a ser um espaço de consumo”? Se sim, por quê?
- 1.72 Com a efetivação da rota, ao longo do tempo, é esperada que tipo de cooperação entre os produtores?
- 1.73 Qual foi o critério de inclusão ou exclusão dos municípios nesta rota? Em municípios pertencentes ao COREDE Campanha Lavras do Sul não está incluso, mas não apresentava produtores até o censo olivícola de 2017. Contudo, Aceguá possui dois produtores, de acordo com a mesma fonte. Houve exclusão pelo número de produtores, infraestrutura prévia?

APÊNDICE N- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO COMERCIANTE EMPÓRIO

Pesquisadora: Josiane Sanches

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Pesquisa – Dissertação de Mestrado: A Olivicultura na região da Campanha: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais

Prezado(a) senhor(a). Esta é uma pesquisa da aluna Josiane Sanches, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O objetivo central da pesquisa é compreender a importância da olivicultura como elemento de promoção do desenvolvimento regional, por meio da análise repercussões espaciais e transformações socioespaciais resultantes da introdução da olivicultura na Região da Campanha Gaúcha.** Os dados serão utilizados na dissertação da aluna, caracterizando as produções e produtores regionais em questão. Ao término da apresentação na UFRGS, a aluna enviará a pesquisa aos produtores colaboradores e demais interessados.

Desde já, agradecemos a colaboração.

Josiane Sanches - Mestranda em Geografia/UFRGS (josiane.sanches@acad.pucrs.br) e Orientador Prof Dr Antonio Paulo Cargnin (apcargnin@gmail.com).

- | | |
|------|--|
| 1.74 | Por quais razões a loja vende produtos regionais como o azeites? |
| 1.75 | Qual é a importância de vender produtos regionais? |
| 1.76 | A loja prevê alterações para se adaptar aos possíveis novos clientes da Rota das Oliveiras? Se sim, quais alterações? (ampliação, funcionários, mais produtos ligados ao azeite gaúcho) |
| 1.77 | Quais são as expectativas da olivicultura para a região nos próximos 5 anos? |
| 1.78 | Atualmente, a maior parte dos clientes da loja demonstra qual nível de conhecimento a respeito dos azeites gaúchos?
() pouco conhecimento () médio conhecimento () alto conhecimento |